



ABMES **25** **ANOS**
Memorial comemorativo



Sumário

Apresentação.....	5
História, atualidade e futuro da ABMES.....	9
A ABMES e a universidade brasileira	
Candido Mendes	12
Gestão e qualidade das instituições de ensino superior	
Édson Franco	27
União do ensino privado e o reconhecimento do seu valor pela sociedade	
Gabriel Mario Rodrigues	39
A ABMES na visão de seus fundadores	51
Diretoria da ABMES	65
A ABMES na visão da comunidade acadêmica.....	71
Contribuições da ABMES à discussão dos grandes temas educacionais	81
Prêmios	105
Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério	107
Prêmio Milton Santos de Educação Superior	116
Dia da Responsabilidade Social do Ensino Superior Privado.....	119
Publicações da ABMES Editora	125
Colaboradores da ABMES.....	141
Mantenedoras associadas	149
Espaço físico e virtual.....	157



Apresentação



Este, como todos os livros, tem uma história. E a história como se sabe não é apenas feita a partir de uma deliberação única. A história tem um sentido, mas este sentido não é forçosamente apenas o resultado de uma decisão preliminar seguida sem tropeços. Um livro tanto pode ser concebido de forma unitária como pode ser o resultado da união de esforços, cuja origem é múltipla. A unidade, porém, vem da idéia que está por trás destes esforços. É o caso deste volume.

Milton Santos

E é também o caso do “ABMES, 25 anos: memorial comemorativo”.

O “ABMES, 25 anos: memorial comemorativo” tem também uma história feita por um grupo de mantenedores que, na década de 1980, decidiu criar uma associação que representasse a categoria nacionalmente e que lutasse pelos interesses das instituições de ensino superior particulares. De acordo com Candido Mendes, o primeiro presidente, “a criação da ABM respondeu ao primeiro momento da consciência da mudança do País, na área crítica da educação superior de par com as perplexidades de uma política pública para o setor. Ou melhor, da sua ausência, a expansão da demanda levou à maciça dominância do setor privado no espontâneo atendimento ao mercado”.

Ao longo dos seus 25 anos, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABM e depois ABMES) tem atendido às expectativas de seu quadro de associados, à medida que marca a sua presença no cenário nacional por meio de uma contribuição decisiva nas discussões e no encaminhamento de grandes temas pertinentes ao desenvolvimento da educação superior, com destaque para o papel do ensino superior particular.

A experiência de vida da ABMES é singular e diferenciada. Candido Mendes estabeleceu durante a sua gestão (1982/1992), os ideais e os princípios que até hoje norteiam a entidade. Ele dizia em 1982: “A ABM deverá ser um grande fórum de discussão e diálogo das escolas, no sentido de captar as suas aspirações e traduzi-las em proposições viáveis ao Governo, já que a falência do setor significaria hoje a frustração de quase um milhão de brasileiros e a inexorável condenação dessa geração”.

Na gestão de Édson Franco (1994/2004), a ABMES viveu a sua segunda fase. Cresceu em número de associados – passou de 30 para 334 mantenedoras; conquistou novos espaços; trouxe para o âmbito da entidade o debate sobre temas de interesse da educação superior brasileira; ganhou respeitabilidade na comunidade acadêmica e no governo; criou a ABMES Editora, cujas publicações são conhecidas em todo o território nacional pela qualidade de seu conteúdo. Além disso, nesse período, foram realizados estudos, seminários – com a colaboração de intelectuais do Brasil e do exterior – que tiveram um papel decisivo não só para a compreensão dos problemas educacionais como também para estabelecer os fundamentos das propostas encaminhadas pela ABMES aos órgãos governamentais.

A nossa primeira gestão como presidente (2004/2007) foi marcada por fatos de grande impacto no cenário educacional brasileiro, dentre os quais se destacaram as mudanças de ministros da educação – Cristovam Buarque, Tarso Genro e Fernando Haddad; a edição e a regulamentação do Programa Universidade para Todos; as discussões sobre a reforma da educação superior; a edição das normas de transição – com o objetivo de unificar a legislação e antecipar a vigência de pontos de consenso da reforma – e a elaboração do projeto da reforma da educação superior pelo governo.

Atentos a esses fatos – e baseados nos ideais e nos princípios estabelecidos por Candido e fortalecidos por Édson – adaptamos o nosso Plano de Trabalho às mudanças, de forma a permitir a discussão de tão importantes questões. Além disso, buscamos abrir espaços de interlocução com o governo para o encaminhamento de propostas de políticas para a educação superior, expressando o pensamento e os interesses do setor privado. Com isso, a ABMES tornou-se partícipe das grandes discussões sobre o ensino superior no País.

Pretendemos na nossa segunda gestão (2007/2010) fortalecer as ações no âmbito acadêmico e dar um grande salto na direção de uma atuação política mais forte e consistente.

No espaço deste “memorial comemorativo” estão os detalhes da história da ABMES. Os leitores encontrarão no artigo de Candido, na entrevista de Édson e na nossa entrevista, no capítulo que trata das contribuições da ABMES à educação superior e nos depoimentos emocionados dos fundadores da ABMES e dos membros da comunidade acadêmica uma idéia muito clara do que a ABMES representa para todos nós e para o universo do ensino particular brasileiro.





Ainda no espaço deste “memorial comemorativo” reverenciamos os fundadores falecidos, pelo papel que desempenharam na criação e no fortalecimento da ABMES.

Além disso, todas as publicações da ABMES estão citadas em ordem cronológica mostrando a sua pujança e importância. Sobre elas (e sobre a ABMES) diz José Augusto Guilhon Albuquerque: “encontro nas iniciativas da ABMES, no âmbito dos estudos, das publicações, da adoção de políticas de apoio à pesquisa e à excelência do ensino, um empenho em responder aos interesses maiores da sociedade. Num ambiente dominado por uma mentalidade estadista e centralista, a ABMES é um importante fator na defesa da liberdade do ensino e da pesquisa”.

Este é um “memorial comemorativo” diferenciado também na sua forma de apresentação. O belíssimo projeto gráfico, invólucro das valiosas informações, foi concebido para que os leitores possam fazer uma viagem graficamente colorida e agradável na linha do tempo, isto é, revisitar o passado e colher elementos para vislumbrar um futuro promissor para a ABMES.

Temos hoje a certeza de que o campo está preparado para que a ABMES – cujo quadro de associados abriga 387 mantenedoras e 575 mantidas – se consolide como entidade representativa do ensino superior privado e esteja pronta para enfrentar os novos desafios das próximas décadas do século XXI.

Brasília, 4 de dezembro de 2007.

Gabriel Mario Rodrigues

Presidente da ABMES





História, atualidade e futuro da ABMES

A história, a atualidade e o futuro da ABMES no contexto educacional brasileiro são analisados de forma aprofundada e esclarecedora pelos ex-presidentes Candido Antonio Mendes de Almeida e Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco e pelo atual presidente Gabriel Mario Rodrigues.

Candido Mendes



1982

Bacharel em Direito e Filosofia, doutor em Direito e professor universitário, é presidente da Sociedade Brasileira de Instrução (SBI) e reitor da Universidade Candido Mendes. É membro da Academia Brasileira de Letras (Cadeira 35) e da Academia Brasileira de Economia. Intelectual respeitado no Brasil e no exterior, Candido é autor de inúmeras obras muitas delas traduzidas para o inglês, francês e espanhol. Recebeu o título de *Docteur Honoris Causa pela Université de Paris III – Sorbonne Nouvelle*, em 2005.

Édson Franco



1992

Advogado, jornalista e professor universitário, é presidente do Conselho Curador da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular, presidente do Instituto Universidade Virtual Brasileira e reitor da Universidade da Amazônia. Édson é membro da Academia Paraense de Letras e autor de inúmeros artigos na área da educação superior e dos livros "Utopia e realidade: a construção do projeto institucional no ensino superior". Brasília: Universa. 1998 e "Em busca da identidade no ensino superior particular: uma experiência pessoal". Brasília: ABMES Editora. 2004.

Gabriel Mario Rodrigues



2004

2007

2010

Arquiteto e professor universitário, é presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, vice-presidente do Instituto Universidade Virtual Brasileira, ex-presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo e reitor da Universidade Anhembi Morumbi. Articulista da revista Ensino Superior, Gabriel é também autor do livro "Se não foi a primeira, não foi a segunda: o desafio de implantar a Faculdade de Turismo no Morumbi, no início dos anos 70" São Paulo: Editora Anhembi. 2005.





A ABMES e a universidade brasileira

Candido Mendes

O horizonte da fundação da ABMES

Visão normativa e fatos consumados

A criação da ABMES em 1982 respondeu ao primeiro momento da consciência da mudança no país, na área crítica da educação superior de par com as perplexidades de uma política pública para o setor. Ou melhor, da sua ausência, a expansão da demanda levou à maciça dominância do setor privado no espontâneo atendimento do mercado.

O começo da década definia o arranque, que levaria já, à entrada do século, a iniciativa particular a responder por 75% dessa oferta, sem que estabelecesse o governo as prioridades do ensino público; os padrões de sua excelência ou qualquer plano de complementação entre os provedores da mais sentida das necessidades sociais do País.

A ABMES nascia desse sentimento da importância objetiva do esforço privado e da manutenção dos vieses publicistas herdados, ainda, do governo tecnocrático militar. Essa primeira visão nada tinha de defensiva de um mercado, ou sua reserva, tal a força original do arranco. Essa expansão lavra num quadro de fato consumado, a ter que se garantir, sobretudo, diante do clássico equívoco entre a educação como um bem público e o direito à sua prestação, tanto pelo Estado quanto pela iniciativa privada.

O Conselho Federal de Educação que a ABMES depara nos anos de 1980 já adensara o conceito de universidade, pelo Parecer Sucupira, de 1965, consubstanciado, afinal, no primeiro propósito de reforma do terceiro grau, na iniciativa de 1968. Os primeiros embates se refletiriam na defesa da diversidade da iniciativa privada no ensino superior, quando a sua prestação social poderia envolver a atividade comunitária e confessional, de par com o empenho filantrópico, que caracterizou a sua primeira expansão.

Deveríamos aguardar a Carta de 1988 para que uma visão de economia de mercado para a atividade educacional tivesse a sua plena guarida, possibilitando a explosão dessa oferta nas duas últimas décadas do século. Ao mesmo tempo, restringia-se o espaço de crescimento autônomo, confinado ao âmbito do município onde se localizasse o *campus* original.

As exigências do Parecer Sucupira tornaram preciso o requisitório para a constituição da autonomia universitária. Calcava-se o Parecer de 1965 na exigência simultânea da atividade de ensino, pesquisa e extensão como marco da capacitação plena do direito ao verdadeiro acesso universitário.

A versatilidade criadora da ABMES

A dinâmica da ABMES assentou-se mais no sucesso de sua convocatória nacional do que da linha de trincheira, para a definição de estatutos ou garantias de sua expansão. E auto-regulava-se em marcas análogas na sua economia de escala, e numa primeira divisão instintiva das oportunidades de crescimento.

Significativo é ter se realizado, em sintonia a São Paulo e ao Rio de Janeiro, a expansão metropolitana e do interior do País, com o Norte nas suas presidências originais. Vinha de par com consciência desse crescimento a definição das mantenedoras de ensino, facilitando uma divisão de trabalho interna nessas novas agendas da mudança social do país, entre a sua responsabilidade jurídica e acadêmica.

A ABMES é também contemporânea da organização dos primeiros sindicatos de ensino superior do País, na definição dos quadros da prestação salarial desse ensino, e do empenho de conciliação entre as carreiras didáticas e a adaptação desses custos a uma economia de mercado. O regime das unidades de ensino isoladas se multiplicaria de imediato nessa expansão, que levaria, de 1968 à virada do século, dos 60 mil estudantes de então aos 3 milhões de 2002.

Toda uma primeira articulação objetiva de um estatuto da iniciativa privada na educação desaguaria na exigência do novo ordenamento constitucional de 1988, remate da redemocratização e precedida da chamada proposta da Comissão Arinos.

É desse esboço original que desponta toda a estrutura desse regime do ensino particular no terceiro grau do País, ao lado do tratamento geral da educação, livre a iniciativa tal como consubstanciado pelo caput do artigo 205.

Todo esforço da ABMES nessa sua década inaugural veio ao delineio da nova Carta e pôde o seu Presidente de então ser o relator de toda a área de educação dentro da Comissão Arinos.

É significativo hoje atentar-se às sucessivas conquistas que desenvolveram o princípio básico, ou seja, o da livre iniciativa, que se constitui, ao lado da soberania, e da cidadania, nos fundamentos do Estado de Direito no País.

As garantias institucionais de 1988

Educação, tarefa por igual do Estado e da Sociedade

A Carta Magna ofereceu ao País lineamentos básicos sobre a organização da universidade pública ou privada, fixando uma diretriz de seu tratamento como instituição.

De princípio, registre-se o quanto o artigo norteador da Constituição de 1988 explicita claramente que a educação é tarefa que, desde o nascedouro, consorcia o Estado e a Sociedade em sua prestação:

Art. 205 — A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da Sociedade (...).

Não é tarefa exclusiva do poder público. Supõe a coadjuvação do esforço direto, e auto-organizado, da coletividade. Não é, pois, empenho – educação – que se delegue à área privada, tanto fosse insuficiente ou desaconselhável sua cobertura pelo setor público. No próprio embrião da atividade educacional, reconhecida pela Carta, instala-se, pois, a paridade entre ambos os agentes para realizá-la. Por isso mesmo, não existe a figura da concessão no acesso do ensino privado à educação, nem jamais foi ela considerada como um serviço público. É, sim, concurso conjunto, convocado pela própria urgência com que essa atividade se coloca como um dever social e nessa dimensão, cogente e prioritária, exorbita das forças do Estado.

Nessa vasta e indissociável solidariedade, portanto, alinham-se, por igual, os agentes convocados à tarefa: o Estado, a família, a comunidade, a iniciativa privada. Mas por força, também, cada uma é respeitada segundo suas características próprias de exercício de uma tarefa coletiva dentro da natureza, e do melhor do desempenho de cada um. Entre os fundamentos do estado de direito brasileiro está o do respeito à iniciativa privada, como



Durante o 4º Encontro de associações mantenedoras de ensino, em maio de 1982, foi decidida a criação da ABMES.
Na foto, Candido Mendes e Carlos Ludwig

um dos pilares da ordem social do País, garantida na sua complexidade de organizações e a assegurar, por isso mesmo, a independência e o multicondicionamento dos muitos protagonistas do espaço e do horizonte público que definiu o nosso modelo democrático.

A ABMES nascia desse sentimento da importância objetiva do esforço privado e da manutenção dos vieses publicistas herdados, ainda, do governo tecnocrático militar.

“Livre iniciativa”, repita-se, como “cidadania” e “pluralismo político” figuram no mesmo nível dos princípios constitutivos da ordem pública, que tem como seu suporte, no art. 1.º, a Carta Magna de 1988. No convocar a iniciativa privada à educação, por força a Constituinte o fez em obediência a esses mesmos delineios básicos. Não existe atividade de maior impacto do que o propósito educacional na organização do País no tempo, ou seja, no preparo da sucessão de nossas gerações, para o conhecimento e o aperfeiçoar-se do processo civilizatório.

Universidade, instituição e iniciativa privada

A Carta o entendeu na mais larga envergadura, ao definir o escopo do ator que remataria essa atividade, tão intrinsecamente ligada ao decisivo desenvolvimento do País. É a universidade o local onde se realizará o propósito íntegro, por definição indissociável, do ensino, da pesquisa e da extensão, esta última entendida como a tarefa de ampliação imediata dos canais e dos conteúdos de conhecimento a todos os níveis da coletividade, informalmente, e para além de todo acesso estruturado, ou exclusivo, ao plano do conhecimento e do saber.

Essa mesma atividade, como reconheceu a Constituição, deve ser garantida em sua prestação, no constitutivo mesmo da transparência e da propriedade da tarefa, ou da paidéia educacional: a atividade didático-científica. A Carta em boa hora, e referindo-se a esse último conceito, tão intrínseco à civilização ocidental, quis manter a inteireza da Academia, isto é, acautelando a prestação específica do conhecimento contra o risco de ser absorvido pela sua organização-suporte, no mundo da organização complexa de nosso tempo. Provida pela área pública, não poderia a educação confundir-se com o aparelho de Estado, de burocracia indiferenciada. Nem caberia, viesse o trabalho do campus a sofrer do condicionamento da hora, da ideologia ou das políticas de clientela, a fazer da universidade a extensão dos spoil systems, ou dos resíduos de desempenho do velho Estado patrimonial.

No extremo privado, por força, a Academia – isto é, a específica comunidade didático-científica – do complexo universitário não se pode confundir com o espírito empresarial estrito, com a atividade do ganho estritamente econômico, ou com a organização societária, responsável, em última análise, por transformar a tarefa educacional num objetivo a mais, no mundo da busca do lucro, na competição e no “saber-fazer” de uma economia de mercado. A descontaminação da Academia, da estrutura que a agasalhe, mas que pode absorvê-la, impõe-se, até, ao modo associativo mais próximo dessa legítima vocação de educar, qual a comunidade



Candido Mendes em audiência com Tancredo Neves, em 1984

expressa em formas como a das sociedades civis sem fins lucrativos, ou das cooperativas educacionais.

No jogo amplo do fortalecimento institucional a que está primacialmente voltada a universidade, há que atender, também, ao quanto a integridade de sua “idéia de obra” se estende, do concurso direto ao ensino, ao do projeto que levou à sua organização; não ao lucro, mas ao risco de levantamento de seus recursos e, sobretudo, à garantia de sua provisão; à variedade, por força, de estilos e de formas de entregar-se ao dever de educar, a que a Constituição convoca a Sociedade Civil brasileira.

No risco do sustento da atividade privada, associam-se os responsáveis últimos pela sua garantia aos prestadores do encargo didático-científico: é indissolúvel, a vê-lo de qualquer extremo, o propósito, que é a razão mesma de ser de toda instituição. Na mesma ordem de importância, concorrem a qualidade do ensino e a individualidade do projeto fundador, em que têm o seu lugar tanto a Academia quanto a sua entidade instauradora, a que efetivamente se remete a personalidade jurídica, realizadora da idéia em marcha.

A autonomia há que ser entendida, pois, no resguardo das diversas ponderações ou ascendências em que uma mesma e indivisível vocação institucional não perde o seu “próprio” – no genuíno sentido filosófico do conceito – refletido entre o ente, o fundador e garantidor de seus propósitos e a atividade que lhe empresta o “saber-fazer”, o concurso próprio da educação, garantido, sobre o registro da qualidade e da independência, ao processo das gerações brasileiras.

A Lei de Diretrizes e Bases e o exercício do direito de educar

Entender-se-á, necessariamente, a diversidade de tratamento proposto pela Carta, na disciplina dos distintos resguardos da Academia, frente ao suporte estatal ou privado dessa tarefa. No quadro público, diretamente ameaçado pela indistinção de verbas, pelas fusões indiscriminadas de patrimônio, pelo esbatimento das afetações de bens, estendeu a Carta à própria administração a partilha, entre os representantes do interesse público em geral e do interesse público referido à prestação *ad hoc*, definindo o consórcio entre ambos, expresso no conceito da gestão democrática da universidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a seguir, em 1996, a Lei Darcy Ribeiro completou o regime da Carta cidadã.

Diante do enunciado *in genere*, pelo Estado, do dever de educar, não haveria nenhuma especificação nascida da atividade-suporte para impor-se à qualificação, em si mesma, da prestação didático-científica.

Na área privada, entretanto, e exatamente na cautela da “idéia de obra” como primeiro e intangível capital desse esforço, mantém-se o constitutivo desses dois momentos da atividade. Fazem parte, *ad exemplificandum*, da “idéia de obra” o tipo de curso a se perseguir; as condições da inovação didática; o tipo de inserção ou de horizonte social pelo qual pretendam os fundadores identificar seu propósito à prestação didático-científica; as modalidades de expansão previstas, para que se cumpra e se remate a razão de ser do empreendimento.



Paulo Newton Paiva, Candido Mendes e João Carlos Schmitz no seminário “Muda Brasil”, em 1984

Não se trata, na hipótese, de meramente colocar à disposição do executor imediato da obra o núcleo didático-científico, os recursos destinados a seu objetivo. Na verdade, nosso modelo educacional nada tem de comum com uma sociedade de capital e trabalho, a que se pretenderia vincular inconscientemente uma prestação, tão exigente e ameaçada ao mesmo tempo na remissão dessas diversas autonomias a que se refere o art. 207 para animá-las de um espírito, como requer toda instituição genuína, essa oferta de ensino, pesquisa e extensão.

Na esfera da direta prestação do conhecimento, por força prelevam a análise dos programas, a adequação de métodos de ensino e, sobretudo – matéria sobre a qual não se verteu nem a Carta nem a Lei Darcy Ribeiro – a avaliação contínua do professorado e da “otimização” de seu concurso à cátedra. Identicamente, são atividades indissociáveis da “idéia de obra” o tipo de curso a abrir-se ou fechar-se, o próprio recrutamento do magistério, ou a definição dos quantitativos dessa prestação, em número de vagas.

A autonomia indissociável da “idéia de obra” universitária

Ao disciplinar a autonomia, a lei exigiu a presença do núcleo didático-científico da Academia no elenco ou no conjunto das atividades que a caracterizariam. Fê-lo a bem, exatamente, do resguardo plenário do fundador e do prestador, na idéia de obra a se realizar na área privada, por força, dentro das demais prescrições da Carta constitucional que a sustentam.

No amparo da autonomia há, pois, que assegurar, essencialmente, com a presença do núcleo didático-científico, na última instância dos corpus decisórios, a sua independência. Ao lado da voz e do voto, impõe-se a garantia do vínculo de emprego, enquanto participarem os docentes do colegiado sumo da universidade.

Esse professorado não mantém, aliás, liame necessário de representação dos demais, escolhido que é na sua qualidade intrínseca de prestador do ensino, em encargo de sua própria palavra, constitutiva dessa Academia à obra.

Não há, pois, como confundir independência com dominância na constituição da identidade da Academia, frente aos demais colegiados possíveis que caracterizem a instituição universitária. É entendimento que contraria por inteiro a preservação da iniciativa privada, reconhecida como componente de nosso Estado de Direito, e especialmente reafirmada no âmbito da conscrição da Sociedade brasileira ao dever de educar.

Identicamente, o artigo 53 da LDB só faz repetir o conceito constitucional, em nada adicionando uma determinação de prevalência à da preservação da Academia nos tópicos que enuncia na citada disposição. O que a lei expressamente não diz se define necessariamente pela impossibilidade de seu contrário. Ou das determinações, por via de consequência, que traga a norma. Ao definir a autonomia, a LDB, no artigo mencionado, refere-se à presença dos colegiados didático-científicos na decisão dos tópicos que enunciam, mas não em sua dominância.

Gestão democrática e liberdade de ensinar

Não teríamos mais a garantia medular da iniciativa privada na educação superior se os poderes de gestão mais crassos e inseparáveis, da defesa da instituição e da prevalência de sua “idéia de obra”, não ficassem em mãos de quem assume o risco da iniciativa e, em função dela, da disposição dos diversos fatores para lograr seu êxito, entre os quais justamente se coloca a direta prestação acadêmica. Seria inconcebível, por exemplo, que se deixasse, isoladamente, o corpus acadêmico decidir sobre vagas, abertura de cursos, ou contratação de professores, suscetíveis de levar à desfiguração da instituição, à mudança de sua imagem, se não à sua inviabilidade econômica. A disposição estanque dos recursos entregues pela mantenedora não deixa de ter efeitos que a transcendem e podem desestabilizar o empreendimento e comprometer sua razão de ser.

É tão ínsito à iniciativa privada a responsabilidade de quem assume seu último risco, quanto a de mantê-la no controle de toda a execução do empreendimento. A prestação da atividade acadêmica pode se pretender, erradamente, imune ao risco da obra. Esta supõe, por força, a qualidade docente e os critérios específicos para assegurá-la como fatores do resultado final – e os engloba. Por força, o adequado

exercício da autonomia envolve, também, o atentar-se à reciprocidade de perspectivas em que a específica atividade docente deve refratar-se às possibilidades de seu suporte, e os provedores deste à qualidade do ensino e sua continuada garantia.

Por isso mesmo, em tão boa hora a LDB, em seu artigo 53, especificou todo o conjunto de competências relativas à prestação do ensino, independentemente de sua economia propriamente de concurso direto ou indireto àquelas atividades. Da mesma forma, como tão bem vem de reconhecer o Conselho Nacional de Educação, consolidou-se a autonomia, primariamente, na presunção do espírito da específica instituição de cada empreendimento privado universitário, a se vazarem nos próprios estatutos da instituição, oferecíveis àquele Conselho maior.

Em respeito a essa mesma amplitude, e idêntico respeito à variedade e à diferença, sinal mesmo da esplêndida liberdade do agente privado de ensino, deixou o CNE, a cada casa ou instituição, a primazia e a independência em propor seu tratamento, seu estilo e sua versão da dita autonomia, supostas, por força, as premissas da Carta Magna, bem como da Lei Darcy Ribeiro.

As salvaguardas da autonomia didático-científica

O critério adiantado subsequente pelo Parecer Jacques Velloso de restrições à absoluta discricionariedade na composição dos colegiados universitários, de parte da entidade mantenedora, por força se apóia no louvável desígnio de distinguir, de vez, os Conselhos, propriamente, de gestão dos que, a envolvendo, implicam também as atividades especificamente de ensino e as avocam a decisões distintas.

No exercício da liberdade aberta pelo parecer, e em consonância com as normas-máter da Carta e da lei, entende-se como acolhido o princípio alvitado se, respectivamente: a) admitir-se, pelo princípio da “reciprocidade de perspectivas”, a manifestação da Academia, ou do núcleo didático-científico, de par com a mantenedora, na totalidade das competências a que se refere o artigo 54; b) outorgar-se à iniciativa da Academia, em matéria de sua especificíssima atribuição, quais as relativas a currículos e programas didáticos, consubstanciados na constituição de Câmara específica no



No primeiro plano, Fernando G. da Fonseca, Édson Franco, Vera Gissoni, Carlos Chiarelli, Candido Mendes e Mara Trama, em 1985

Conselho Universitário, vinculada a essa matéria, deixada à mesma apenas um poder de veto; c) garantir-se a independência do núcleo didático-científico, mediante a manutenção obrigatória do vínculo de emprego durante o exercício de funções no Conselho Universitário; d) adotar-se, como critério de investidura dos membros do núcleo didático-científico no mesmo Conselho, a projeção ad intra de interesses diversificados, em seus diversos graus de exercício de graduação ou pós-graduação, como a da perspectiva, in genere, dos próprios Colegiados Departamentais; e e) compor a presença do núcleo didático-científico, quer pelo processo de condicionamento recíproco das escolhas, mediante o oferecimento de listas à Reitoria da Universidade, quer pelo acesso direto, em votação aberta desses mesmos docentes.

De qualquer forma, o que se extrai do tratamento da instituição universitária privada, à luz das normas da Carta Magna e da Lei Darcy Ribeiro, assegura, na forma do exposto, a necessária conciliação entre, respectivamente: a) respeitar-se a instituição como "idéia de obra", a que se identifica, medularmente, o objeto ou a razão de ser da iniciativa particular convocada a essa tarefa nacional; b) garantir-se, nesse tratamento, a diferença e a complementação entre a atividade-fim e seu suporte numa mesma economia de riscos, e da gratificação de seus resultados, como obra vingada; e c) explicitar-se o conceito de autonomia, no que o complemento do estatuto das iniciativas privadas pode dar, a seu alvedrio, às exigências postuladas pelo imperativo da presença, da voz, do voto e da independência do núcleo didático-científico, no seio dos colegiados que cumprem o desígnio a que se propõe o ensino universitário no País.

Desenvolvimento da pesquisa nas universidades brasileiras

O investimento em ciência e tecnologia no Brasil sempre teve apoio instável do governo federal, sem uma política nacional clara e de longo prazo. Repetidos desequilíbrios nas finanças públicas do País interromperam ou provocaram o abandono de importantes linhas de pesquisa para o desenvolvimento tecnológico brasileiro, com sérios prejuízos para a implantação de uma estratégia de desenvolvimento nacional. Na verdade, o desdobramento desta política vinculou-se tão só a área pública, e nela ao viés da pesquisa *hard* e tecnológica.

O desenvolvimento da pesquisa pelas universidades não é tarefa trivial, pois é uma atividade que exige grandes investimentos e que não garante retornos imediatos. Requer das universidades docentes em tempo integral, altamente qualificados, bem-remunerados e com carga reduzida de horas-aula. Uma universidade que sobrevive de mensalidades escolares não poderá, de nenhuma forma, onerar seus alunos com aportes adicionais para bancar os custos institucionais das atividades de pesquisa. É justamente por essa razão que esse financiamento precisa contar com recursos públicos, das empresas e de outras fontes.

Recentemente, o governo empenhou-se no saneamento das deficiências no investimento em ciência e tecnologia, com a introdução de uma nova estratégia de financiamento baseada nos chamados *fundos setoriais*. São ao todo catorze fundos, já criados por leis específicas, em diferentes estágios de implantação e abrangendo diversas áreas.

A constituição dos Fundos Setoriais

Os recursos dos fundos setoriais não provêm do orçamento do governo federal. Resultam de diferentes mecanismos, tais como *royalties*, parcelas de faturamento, compensação financeira e licenças, extraídos da iniciativa privada. No ano de 2002, estima-se que a arrecadação de recursos para os fundos tenha somado cerca de 1 bilhão de reais.

A gestão dos fundos é feita, de forma compartilhada, por comitês coordenados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (a única exceção é o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Comunicações (Funttel), coordenado pelo Ministério das Comunicações), em associação com os ministérios relacionados às áreas-fim e contando, na maioria dos casos, com representantes da comunidade científica e do setor privado.

Ressalte-se que a articulação entre universidades/centros de pesquisa com o setor produtivo é um dos princípios que nortearam a criação dos fundos setoriais. Com o novo modelo, o governo federal reduz a sua função de financiador do desenvolvimento da ciência e da tecnologia e passa a atuar essencialmente como planejador e coordenador de uma política pública. A participação das universidades brasileiras nesse novo processo de estímulo ao desenvolvimento da ciência e tecnologia tende a ocupar espaço destacado, pelo acervo de experiências acumuladas nas áreas científica e tecnológica.

A demanda das universidades particulares

Os setores público e privado, responsáveis por um grande número de centros universitários de excelência, vêm progressivamente se impondo pela sua densidade e pelo acervo da sua produção científica, tecnológica e cultural, inclusive em estabelecimentos universitários privados que desfrutam, atualmente, de condições de infra-estrutura material e de massa crítica docente que os elevam a patamares anteriormente ocupados exclusivamente pela iniciativa pública.



Vera Costa Gissoni, Janir de Carvalho, Severino Sombra e Candido Mendes no seminário "Rumos emergentes", em 1988

O Fundo Setorial de Infra-Estrutura (CT-Infra) destina-se ao financiamento de projetos de implantação e de recuperação de infra-estrutura de pesquisa (instalações e equipamentos) nas instituições públicas de ensino superior. Seus recursos são formados por uma parcela de 20% dos aportes destinados a cada um dos demais fundos setoriais.

Duas sugestões foram apresentadas para que as universidades possam melhor contribuir para o sucesso do novo modelo de financiamento e desenvolvimento da pesquisa no Brasil: a) em face dos grandes investimentos requeridos pela atividade de pesquisa (que não podem ser sustentados pela exclusiva receita de mensalidades), propõe-se que às universidades privadas sejam dispensadas idênticas oportunidades de fomento, com base nos recursos do CT-Infra; e b) sugere-se também que, a exemplo do modelo adotado para a criação do CT-Infra, seja criado o Fundo para a Formação de Pesquisadores, cujos recursos seriam canalizados para programas de capacitação de pesquisadores, em todos os níveis da graduação e da pós-graduação, nas universidades públicas e privadas.

As alterações propostas, bem como a criação de um novo fundo ou o desdobramento de fundo existente, poderiam ser levadas a termo mediante alteração da Lei n.º 10.197/2001, que instituiu o CT-Infra, ou a aprovação de novo instrumento legal.

A perspectiva da universidade privada

Rumo à nova política pública do ensino superior

A atividade da ABMES, ao longo destas décadas, para além do mandato de seu primeiro Presidente, suscitaria, também, a necessária perspectiva sobre a sua problemática, subsequente à estabilização da procura; à crescente expansão da empresa educacional; à nova intervenção corporativa na regulação do mercado, e do começo, já, deste empreendimento educacional no mercado acionário, com a presença de investimentos estrangeiros no setor.

Doutra parte, desde o início do governo Lula, a política pública da educação foi à radicalidade do propósito normativo, propondo-se a nova reforma do ensino superior. A iniciativa sofreu do ritmo de todo novo modelo de ampla discussão em assembléias públicas, transpondo-se praticamente sem avanço de discussão ao novo mandato.

À sua demora, o governo adiantou a política de acesso, de modo a assegurar o ingresso de grupos economicamente menos favorecidos ao ensino superior. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) colocou-se vantajosamente nestes resultados e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) deu a partida à passagem deste regime de acesso, da bolsa ao financiamento a longo prazo do aluno carente. A iniciativa acelera, neste intuito o projeto, ainda, do antigo estilo do Programa Universidade para Todos (ProUni). Mas o estímulo fiscal à ampliação das bolsas nas universidades privadas – leva realisticamente o Ministério a enfrentar a atual carência de mais de um milhão de vagas no ensino superior, prevendo a ampliação de 300.000 vagas/ano até 2010.

No quadro das novas iniciativas, à espera da aprovação do PL n.º 7.200/2006, da Reforma da Educação Superior, e independentemente das medidas, *medio tempore*,



do Decreto n.º 5773/2006 são de se atentar às seguintes grandes linhas da evolução – e da problemática – do ensino privado superior no País.

A universidade privada na emergente economia de mercado

O investimento em educação, como atividade vinculada ao próprio sistema de economia de mercado, é ainda prematuro, tendo em vista o quadro regulamentar de onde nasceu e a tradição da política de ensino frente a essa atividade fundamental ao desenvolvimento. É significativo que se chegue hoje a idéia da venda em bolsa de ações de empresas e que a viabilidade de uma internacionalização desse investimento responda à modernidade atrasada com que este setor da economia brasileira ganha o seu reconhecimento e de fato a garantia de sua competitividade dentro da nossa expansão contemporânea.

Aí estão os exercícios e as prognoses buscando saber como ou entendendo a maneira pela qual esta oferta se comporta diante de uma demanda prioritária do País para a política de mudança e dentro dela para o nível de bem-estar a que se associa a modernidade nacional. E da mesma maneira haveria que atentar ao quanto nesse quadro perdura um viés regulamentar inibitório senão frenador, saindo da condição efetiva de competitividade no limite produtivo para deparar-se com os clássicos privilégios de inversão e garantia de mercado ou, sobretudo, com a conservação das idéias de carreira e de habilitação à visão estatutária, muito mais do que de fato de um dinamismo econômico que nos levaria a uma verdadeira oferta de consenso geral onde se definissem, finalmente, preços e ofertas na nova dimensão da mobilidade social brasileira.

Doutra parte ainda este momento brasileiro continua a sofrer de um inadmissível viés regulamentar na sua própria expansão, qual o que representa a “lei do calote” (Lei n.º 9.870/1999). Ou seja, trata-se da única atividade empresarial no País ligada a uma economia de mercado que admite o não-pagamento dos seus preços em moratórias indefinidas vindas a quem argüindo a falta de possibilidades ou de meios de fazê-lo posterga tais pagas e gera a condição de um desequilíbrio estrutural na própria empresa prestadora deste serviço.

Repetiu-se o perfil histórico pelo qual ao longo de uma década a redução das liquidezes das prestadoras de ensino privado veio de par com a limitação praticamente das suas disponibilidades aos pagamentos essenciais e ao forçamento do ensino superior privado à inadimplência continuada e crescente de seus débitos sociais e fiscais. Um regime de economia forçada e de necessária fuga aos padrões de estabilidade do empreendimento foram finalmente reconhecidos pelo governo à medida que pela atual PEC n.º 370/1996 admite-se pela primeira vez a efetiva compensação da lei do calote, reconhecendo que esses débitos fiscais nascidos de tal economia forçada possam ser compensados por um programa amplo de bolsas de estudo que respondam a esta carência e, sobretudo, a restauração do sentido social sem quebra do direito de empresa e a garantia da liberdade da sua prestação que lhe franqueia a Carta Magna.

Política pública e crescimento empírico

Importante, sim, e também é de logo verificar-se o quanto o setor educacional não cresceu hoje em função de uma política pública definida, mas pelo estado geral de fato quase que vegetativo do sistema que levou a esta clara dominância hoje da área privada sobre a pública, chegando a 66% da sua presente oferta. Ou, de atendimento a 3.722 milhões de estudantes contra 1.178 milhão dentro da área pública.

Mas, sobretudo, já hoje dentro de um entendimento de que o privatismo não pode se dissociar de uma visão de empresa e de que a idéia de lucro deve reger cada vez mais esse tipo de dinâmica econômica no País. É o que mostra os presentes dados em que 755 unidades de mantenedoras já, hoje, se voltam para a prestação de serviços com lucro e 817 ainda se mantêm dentro do padrão de atividade social constelada no estatuto da filantropia.

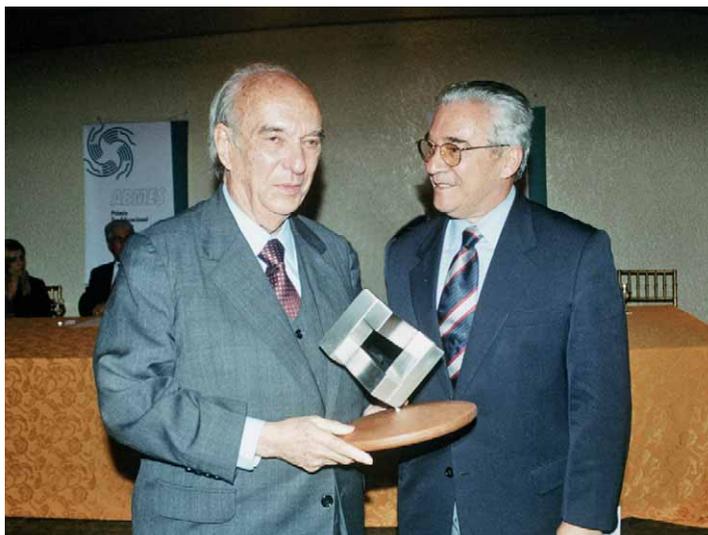
Fixar-se, também, que nessa modernização regulamentar tem-se a vantagem da isenção fiscal, o que supõe necessariamente um percentual avaliado em 8% da receita e que obrigatoriamente será cometido à expansão do investimento, à melhoria dos seus equipamentos, das condições técnicas de oferta da educação e, sobretudo, à garantia de remuneração adequada do seu professorado em termos de estabilidade e de incentivo à sua pesquisa, tal como reclama a Constituição Brasileira em princípio pouco trazido à consciência política do País.

Também é evidente que é de agora também o próprio reconhecimento desta inserção do porte econômico da educação no quadro global da educação brasileira. São atividades que abarcam 35 bilhões de reais ano, em comparação favorável com a indústria de bebidas, que vai a 23, ou a de comunicação capitaneada pela Telemar, a 22 milhões. E da sua magnitude final diz a comparação a primeira atividade empresarial geradora de produção no Brasil, ou seja, a Petrobrás com o seu patamar dos 155 bi ano.

Não nos damos conta muitas vezes, entretanto, que a empresa educacional envolve 553 mil pessoas, entre 293 docentes e 266 administrativos e cuja remuneração orça em torno de R\$2.294,00, mostrando nesse rendimento médio uma das comparações mais vantajosas no quadro de uma redistribuição de renda e da aplicação do trabalho no Brasil emergente.



Candido Mendes e Édson Franco, na comemoração dos 20 anos da ABMES, em 2004



Candido Mendes recebe das mãos de Arthur Roquete de Macedo o Prêmio Milton Santos de Educação Superior, em 2004

Expansão e freios corporativos

Faz-se mister, sim, verificar o quanto este universo ainda mal dimensionado à sua estrita consideração empresarial só vem das limitações decorrentes da permanência de um entendimento predesenvolvido de seu dinamismo e das suas capacitações. Rege-as a noção de status de reserva de mercado, de contingenciamento do afluxo final dessas novas levas de brasileiros ao topo do que seria a sua capacitação para o mercado de trabalho. É o que se define pelo fato de termos hoje esse desnível claríssimo entre 2.422 ocupações no Brasil e tão só 485 profissões reconhecidas e a partir delas capacitados aos clássicos cursos de bacharelado que definem a noção e o delineio do que seja a oferta de ensino superior no País.

Outrossim, as corporações cada vez mais se aplicam na limitação dessa definição e exatamente dentro da idéia de que o “saber fazer” se dissocia da demanda social e a partir de mandarinatos regulam o cerimonial desta prestação que afasta a noção de uma educação para o desenvolvimento do que seja o aprendizado formal nas nossas universidades. E há só que ver o modo pelo qual hoje se dá a dissociação entre a carreira cursada e a aplicação prática do seu formado como nos números de apenas 61% dos formados em Direito seguindo a carreira de advocacia, e para chegarmos ao seu consolo negativo apenas aos 30% que estão na profissão de economia. Sirva-nos sim o consolo de que nas áreas médicas e biológicas ainda encontramos a contraposição. Em enfermagem são 92% que estão no mercado dentro da sua formação, 86% na área de medicina e 74% na área de odontologia.

Tal seria inseparável da idéia em que o status ainda continua a reger a qualificação da idéia de ensino à medida que continuamos a subestimar aquilo que, na visão realista do que seja formar para o desenvolvimento, sugeriu o governo a formação das carreiras tecnológicas e dos seqüenciais. Tratava-se de definir no limite, no umbral do ensino superior esses tipos de conhecimento e de um “saber fazer” que responderia imediatamente ao manejo de técnicas e à produção de serviços reclamados por uma sociedade que se sofisticava, mas que não precisaria do conhecimento – presumido

como completo e adequado – a que corresponde a noção tradicional da profissão e sobretudo aos currículos que a definem e que situam hoje os padrões e as premissas de uma avaliação de qualidade pelos órgãos regulamentares do País.

Estamos apenas no limiar da idéia de que nos cursos tecnológicos encontraríamos o caminho natural também para a sua adaptação e mudança e que na transformação ganha na prática dessas atividades que esse “saber fazer” brasileiro encontra os caminhos do emprego e da sua melhoria crescente por fora dos estatutos e das prescrições em que o status avançava sobre a verdadeira integração do mercado de trabalho das novas gerações brasileiras.

É difícil imaginar-se, no último objetivo da política de um projeto como o da reforma da educação superior (PL n.º 7.200/2006), num contexto como o da cultura política do atual governo, que ele venha se juntar ainda à vigência do segundo mandato Lula. Mas a amplitude das novas discussões permitirá sem dúvida que se definam nas suas características nítidas os diversos atores emergentes da iniciativa privada entre as universidades confessionais, as comunitárias, as filantrópicas, as empresariais, que hoje já respondem por 46% da expressão do setor.

Neste último denominador delineiam-se por força as marcas distintivas da prestação social do ensino frente à dinâmica indiscriminada do mercado ao compatibilizar os preços da educação como uma *commodity* – atentando-se às características de uma prestação social num mercado acionário. Estamos apenas no vestibulo desta nova problemática que implica, com os reptos da economia de escala e controles de mantenedoras, a manutenção, a prazo, da diversidade da “idéia de obra”, do pluralismo da oferta a que está vinculada, pela Carta, a iniciativa privada na educação brasileira.

A ABMES, por estas décadas, na amplitude de seus associados, no exercício democrático de sua presença diante da opinião pública e dos poderes de Estado só se tem a acreditar no seu impacto crescente sobre a expressão partilhada da universidade brasileira.

E do podermos atingir, até 2010, aos 10% do País, de acesso efetivo ao terceiro grau, que nos libere, talvez, da pior das carências do subdesenvolvimento nacional.



Gestão e qualidade das instituições de ensino superior

Entrevista com Édson Franco

Com as dezessete perguntas que tenho de responder, lembrei-me primeiro daquele forró do Luiz Gonzaga, que falava na devolução dos 17.700. A moeda referenciada na letra era “réis”¹. Afinal eu tenho de devolver, como inspirava a música, dezessete respostas para perguntas, algumas generosas, outras desafiadoras e uma última, no mínimo, inquietante. E como são tantas as questões, todas muito elaboradas, cheguei a pensar que o desejo da entrevistadora era o de promover, na surdina, uma CPI da minha gestão de doze anos à frente da ABMES. Na verdade, pouco mais de doze anos pois que, por quase um semestre, tive de substituir esse baluarte da cultura brasileira que é o ilustre Professor Candido Mendes, acometido por uma doença que o fez se afastar do comando da nossa instituição, antes mesmo de concluído o seu mandato. No final das minhas respostas, eu vou devolver os “setecentos” para seguir a letra de Gonzaga.

Se Bonini foi quem colocou as primeiras pedras do alicerce da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABM, hoje ABMES), Vera Gissoni foi uma espécie de João Batista da nossa entidade, percorrendo o Brasil inteiro à busca de associados para se reunirem no Hotel Glória e fundarem, efetivamente, a ABMES. Lembro-me desses acontecimentos como se tivessem ocorrido ontem. No mínimo, a velhice tem o condão de nos fazer ver o filme do nosso passado. Enquanto isso os jovens sonham com a utopia. Vivem o amanhã.

ABMES – A ABMES vem cumprindo uma trajetória de lutas e conquistas nesses vinte e cinco anos de existência. Na condição de segundo presidente, como o senhor avalia a iniciativa de criação da entidade?

EF – No passado, havia o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) – entidade quarentona que hoje abriga os diversos segmentos universitários – e a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen). O Conselho

1 O refrão da música de Luiz Gonzaga era mais ou menos este: Eu lhe dei vinte merréis / pra tirar três e trezentos./ Você tem que me vortá dezessete e setecentos.

não admitia instituições isoladas de ensino superior, salvo o caso do IPÊ (hoje Centro Universitário de João Pessoa – Unipê) e nem se falava em centros universitários naquela época. A Confenen estava mais voltada para a educação básica, reunindo os sindicatos patronais, em sua maioria criados e mantidos por educadores dessa educação básica. Lembro-me de Esther Ferraz que uma vez me segredou que: “agora os educadores da educação básica aprenderam a caminhar para o ensino superior”, justamente pelo que ocorreu com as escolas de educação básica que, aos poucos, foram guindadas ao ensino superior. A história confirma isto.

A ABMES vinha preencher uma lacuna na representatividade do ensino superior particular. Tenho certeza que, se não fosse Vera Gissoni, nós não teríamos o êxito da reunião de educadores particulares, realizada no Hotel Glória. Como aqui se tenta resgatar um pouco da história, ela deve ser lembrada, como de justiça.

A ABMES não foi constituída como um sindicato, nem poderia sê-lo. Então, abrigando instituições mantenedoras de ensino superior, ela teve não só o intuito de defender o ensino superior particular, mas, ao mesmo tempo de pugnar pela qualificação desse nível educacional. Fez-se, pois, um misto de sindicato sem sê-lo, mas ao mesmo tempo de pugnadora pela qualidade da educação oferecida pelos associados. Candido tinha acesso fácil ao Poder e eu fiquei com o “cachimbo” de cuidar um pouco da qualificação do ensino superior particular em sua gestão, mas vivemos muitos momentos de “pires na mão” para manter os ideais da ABMES. As mensalidades eram baixas e os associados eram poucos. No edifício Rádio Center, em Brasília, instalamos a primeira sede. Tudo muito modesto e Manoel Agostinho se incumbia de fazer as vezes de um Diretor Executivo. Entendo, como entendia, que a ABMES, antes só ABM, representava a convergência do ensino superior particular.

ABMES – No seu ponto de vista, ocorreram ao longo desses 25 anos mudanças nos ideais e nos princípios que nortearam a criação da ABMES como órgão que representa nacionalmente as mantenedoras de ensino superior?

EF – Não creio que nesse quarto de século tenha havido mudanças nos ideais e nos princípios que nortearam a criação da ABMES. Apenas o que ocorreu foi um tipo de luta diferente diante de cada titular da Educação. Sofremos muito e, de um modo geral, com gente avessa à livre iniciativa. Ora ocorreu o freio à expansão do ensino superior particular (até com fechamento de protocolo para ingresso de solicitações), ora se percebeu uma vontade incontida de acabar com a livre iniciativa no ensino superior particular, especialmente no favorecimento aos estudantes para lutarem contra as escolas superiores particulares na questão das mensalidades escolares, ora foram introduzidos modelos de avaliação de qualidade que se destinam, na prática, a atormentar o ensino superior particular. Poucos são os avaliadores que visitam instituições ou candidatas a instituições mantenedoras com o intuito de orientar. Ozires Silva chega a dizer que o maior desafio do ensino superior particular é o do “controle governamental sobre o ensino particular sob as mais diversas formas”. Embora existindo outras entidades representativas do segmento particular de ensino superior, a ABMES ainda se constitui na entidade agregadora das instituições mantenedoras de ensino superior.

ABMES – Quais foram os principais pontos defendidos no seu projeto de gestão na ABMES?

EF – Não sou insensato, não sou ousado e nem atrevido para dizer que tenha tido um projeto de gestão na ABMES. Apenas sempre adotei o que o Ministro Nelson Hungria, do Supremo Tribunal, disse a um litigante de um terreno, localizado em Brasília, que supostamente pertencia à senhora mãe do mestre de Direito Penal que era o Ministro Hungria. Depois de ouvir o adversário de sua mãe, Nelson o aconselhou com uma frase lapidar: “Faça o que o senhor deseja, dizendo à minha mãe que está fazendo o que ela quer e siga a sua missão”. Os governantes sempre julgam que estão certos e, tenho convicção que não adotam medidas adversas ao ensino superior particular por pura maldade. Na maioria dos casos o que têm é alguma miopia.

Pautei a minha gestão pelo tudo quanto foi produzido para a qualificação do ensino superior particular. Mostrando qualidade na gestão, os governantes passaram a ser sensíveis aos trabalhos da ABMES. Cheguei a ser questionado para expulsar associados da ABMES, no momento em que o Congresso Nacional viveu o período dos “anões do orçamento”, que teriam distribuído recursos orçamentários para mantenedoras educacionais. Superamos essa fase.

Para demonstrar o desejo de qualidade produzimos editorialmente algo realmente relevante, inclusive com propostas muito coerentes quando o então candidato Lula pretendeu o posto de Presidente. Os livros, os cadernos, os seminários e revistas produzidos fizeram da ABMES uma instituição respeitada. O Ministro Haddad recorreu à ABMES para implementar a idéia do Programa Universidade para Todos (ProUni) e ele já disse isto generosa e publicamente.

Não creio que adiante simplesmente criticar ou investir contra governantes. O importante é fazê-los ver o que seria do ensino superior brasileiro sem o ensino superior privado. Há momentos em que tenho a sensação de que os governantes querem colocar um freio no ensino privado para fazer com que o ensino superior público o alcance na oferta educacional. Parece que visualizam uma espécie de corrida de Fórmula 1 e fazem tudo para nos tirar da “pole”.



Édson Franco e Milton Santos no lançamento do livro “O ensino superior público e particular e o território brasileiro”, em 2000



Cristovam Buarque e Édson Franco durante o curso "Universidade Permanente", em 2001

Um dos momentos mais gloriosos da ABMES foi quando consultamos a Secretaria da Receita Federal e conseguimos a declaração da mesma de que a transformação de entidades sem finalidades lucrativas em entidades com finalidades lucrativas, essa simples transformação, não se constituía em fato gerador de tributação. Esperamos pacientemente por dois anos a resposta, mas ela nos foi favorável.

O artigo 209 da Constituição Federal também foi outro ganho que muito se deve creditar à figura de Candido Mendes. Não somos "concessão" do Poder Público, embora alguns desavisados, míopes do Direito Constitucional, pensem o contrário. Apenas devemos obedecer às normas gerais da educação e à avaliação de qualidade.

Na defesa das instituições mantenedoras sempre acompanhei as demais entidades representativas do ensino superior privado. Omissão não é palavra inserida no meu dicionário de vida. Apenas sou cauteloso.

ABMES – Como o senhor analisa a sua gestão na ABMES, à luz dos fatos mais importantes que ocorreram na educação do País?

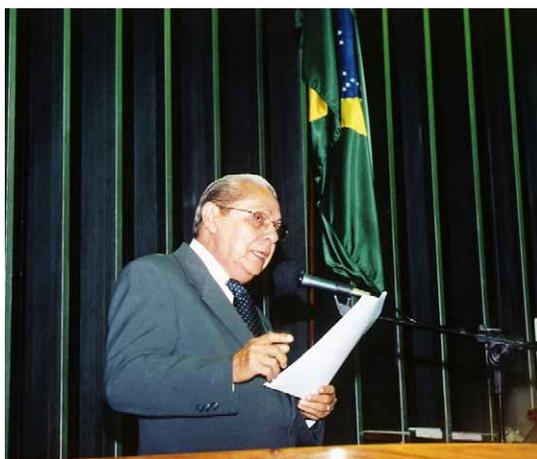
EF – Acho que enveredei por esta questão na resposta anterior, mas vamos pensar em outros pontos como por exemplo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n.º 9.394/1996). Ela se constituiu, no projeto de Darcy Ribeiro, na vitória do ensino superior particular, embora em alguns momentos o ilustre Senador tenha introduzido dispositivos que mereceriam melhor redação, especialmente para colocar em pé de igualdade o público e o privado. Em texto que já produzi tratei disto, especialmente quando me refiro ao artigo 46. Ele mostra, claramente, a opção pelo público em detrimento do ensino particular.

Por outro lado, o artigo 213 da Constituição Federal dispensa os governantes de apoiarem a iniciativa privada. A cantilena adotada – parece que ainda a estou ouvindo – no caput desse artigo demonstra que os constitucionalistas pensaram que nunca seria derrubado o Muro de Berlim e que Fidel Castro fosse imortal ao ponto de, pela "liberdade" que existe na Ilha, banir dos esportes atletas da melhor estirpe como agora aconteceu.

Minha gestão não foi nada significativa. Tenho bem consciência disto. Sou fanático pela crítica ao que faço. Aliás, algumas vezes fui muito criticado pela minha moderação, fruto da minha condição pessoal de um ser um tanto anfíbio, ou seja, alguém que tem espírito público, apesar de defender o ensino privado. Na minha lápide gostaria que fosse inscrito que sempre “amei a liberdade”. Acho que fatos importantes aconteceram. Destaco, entre eles, a “conversão” de alguns educadores arredios ao ensino particular. Eunice Durham, que muitos educadores particulares odiavam e a quem tanto admiro, tornou-se uma “cristã nova” do ensino privado de qualidade. Minha alegria era a de ver os auditórios cheios e o esgotar das nossas publicações. Quem desejar conhecer o ensino superior da segunda metade do século passado tem de recorrer às publicações da ABMES. Nenhuma entidade representativa do ensino superior particular se rivalizou com a ABMES em publicações.

ABMES – O Conselho Federal de Educação foi instituído em 1961, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para tornar-se o órgão supremo de orientação do sistema federal de ensino. A esta função básica foram acrescentadas outras de natureza burocrática. Na sua opinião, teria o Conselho sido vítima de uma “conspiração”, quando de sua extinção em 1994? Qual é a sua avaliação do Conselho [hoje Conselho Nacional de Educação], antes e depois de 1994?

Pergunta difícil, pois quase todos ainda estão vivos. Integrei o Conselho Federal de Educação (CFE) de 1966 a 1972 e nele fui saudado por Deolindo Couto como representante dos estudantes pela minha juventude. Aprendi demais com meus mestres que integravam o CFE. Lastimei profundamente o fechamento do Conselho. Sou testemunha ocular da saída do Padre Laércio Dias de Moura, então Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, do prédio onde funciona o Conselho. Cabeça baixa o jesuíta parecia apunhalado com o fechamento. Foi um erro grosseiro o fechamento do CFE. Se houvesse corruptos, que fossem banidos daquela Casa. Não posso dizer que tenha havido conspiração para fechar o Conselho. Até agora, graças a Deus, não se fechou o Congresso Nacional com todos os “anões” e os “mensaleiros” que já tivemos. Em épocas passadas fui instado pela direção da Secretaria de Educação Superior (SESu) da época para banir da ABMES três instituições particulares que supostamente praticavam o ensino de fim de semana.



Édson Franco comparece ao Congresso Nacional para discutir as conseqüências da crise de energia nas instituições, em 2001



Para demonstrar o desejo de qualidade produzimos editorialmente algo realmente relevante, inclusive com propostas muito coerentes quando o então candidato Lula pretendeu o posto de Presidente.

Voltei ao MEC e disse que duas delas eram de Deputados Federais. Aí cessou a pressão para bani-las...

O que era desejado à época do fechamento era, em última análise, a subserviência do CFE ao MEC, algo que foi obtido com o fechamento.

Prefiro não avaliar o Conselho de hoje. É muito cedo para tal. Ponho-me como o fotógrafo que precisa de distância do personagem a ser fotografado, mas não posso deixar de lastimar o que o Conselho fez com os cursos sequenciais para favorecer os cursos tecnológicos. Acabaram por destruir as belas idéias de Jacques Velloso. Continuo acreditando neles e vejo quanta dificuldade iremos enfrentar com a implantação das idéias da Reforma de Bolonha.

ABMES – Claudio de Moura Castro afirmou em 1984 que “não vale a pena perder tempo com a pergunta se cabe regular o sistema federal de ensino. Para ele, a questão correta é como regulá-lo de tal forma a compatibilizar a necessária autonomia e a liberdade de iniciativa das IES com as restrições inevitáveis visando ao bem comum”. Na sua visão, esta afirmativa é verdadeira?

Sou admirador incondicional de Claudio (ambos acreditamos no ensino a distância) e concordo integralmente com ele. Já tive o desprazer, a ousadia mesmo, de me dispor, perante alguns governantes, para redigir suas idéias de regulação para não cometerem os equívocos que alguns deles cometem. Em alguns casos já tive algum sucesso. Se não aceitaram integralmente meu texto, ficaram bem perto. Nós deveríamos ser bem mais ágeis nas nossas proposições, chegando aos governantes com textos prontos e devidamente justificados. Os governantes, e não são só os de plantão, equivocam-se no “como” da regulação. Nunca vi tanta regulação ser alterada não sei quantas vezes. O pior de tudo é quando a regulação é feita à base de um sistema informatizado, que exclui situações reais. Este é bem o caso do “recredenciamento” de universidades, esquecendo que há universidades reconhecidas e universidades credenciadas. É até lingüístico o problema. As credenciadas têm de se submeter ao recredenciamento, mas as reconhecidas têm de se submeter à renovação do reconhecimento, com conclusões bastante diversas. Mais adiante complemento esta questão por ser ela tão atual.

Cheguei a ser grosseiro até na apresentação do primeiro volume da publicação Ensino superior: legislação atualizada e legislação complementar. Inscrevi um neologismo: “legismania”. Tudo parecia poder se transformar em portaria. Manoel Gonçalves, por ironia, na linguagem oral trocava propositadamente o “t” pelo “c” na palavra “portaria”.

ABMES – No governo Lula foram instituídos o Sistema de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), o Programa Universidade Para Todos (ProUni) e os procedimentos de regulação previstos no Decreto n. 5.773/2006 (o “decreto-ponte”) que antecederam o PL 7.200/2006 da reforma da Educação Superior, ora em tramitação no Congresso Nacional. Mais recentemente o ministro da Educação Fernando Haddad lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Como senhor analisa esse conjunto de medidas?

EF – Retornemos um pouco a 1988. A questão da indissociabilidade é uma falácia já que, no mundo inteiro, ela não faz parte da receita regulatória obrigatória das universidades.

Como fazer pesquisa (que é de cunho social e de benefício coletivo) com o dinheiro das mensalidades do ensino (que é de caráter pessoal e contratual)? Depois, arrisco falar dos mestrados e dos doutorados que não ensinam a trabalhar na sala de aula. Formam pesquisadores, mas esquecem de formar professores. Depois, as atividades de extensão parecem ser colocadas na periferia das atividades universitárias como algo marginal. Cobra-se, entretanto, a responsabilidade social das entidades de ensino superior. A extensão expressa a responsabilidade social.



Edson Franco e Fernando Haddad durante entrevista sobre o ProUni, em 2001

O Sinaes acabou com o Exame Nacional de Cursos, o “Provão”. O ProUni é um programa vitorioso. O PDE ainda não pode ser devidamente analisado por ser muito recente. A intenção do Sinaes é boa, mas valeria a pena escutar o que é dito aos avaliadores nos treinamentos. Alguns, e graças a Deus muito poucos, vêm às instituições com vontade resoluta de detectar erros. Magalhães Barata, que foi interventor do Pará no Estado Novo, e até depois se elegeu governador pelo voto popular, repetia uma frase que é atualíssima: “Para os amigos, os favores da Lei. Para os inimigos, os rigores da Lei”. Muitos são os avaliadores que fazem seu trabalho com a intenção de transformar as instituições avaliadas naquilo que pensam ser as suas instituições, quando muitas vezes o discurso das suas instituições é um e a prática nas mesmas é outra.

Quem pensou que teria somente alunos de baixo nível cultural fazendo inclusão social com o ProUni e, com isso as instituições privadas seriam desqualificadas nas avaliações, enganou-se profundamente. Alunos do ProUni geralmente são alunos

aplicados. Desejam aproveitar a oportunidade que tiveram. Na instituição que dirijo testemunhamos isto. Nela premiamos os melhores alunos nas colações de grau como é o caso de um jovem que obteve o primeiro lugar, com as melhores notas, em seu curso superior. Na regulamentação interna que adotamos aos premiados devolvemos tudo quanto pagaram enquanto realizaram seus cursos. O vitorioso do ProUni nunca pagou nada. Vai receber, em contrapartida, um *laptop* de presente. É o mínimo que lhe poderemos ofertar. Quanto o Ministro Haddad souber disto vai ficar feliz.

A reforma universitária por decreto é um fato pouco usual na legislação brasileira. É o avesso do princípio democrático das funções dos Poderes da República. “Decreto-ponte” é novidade. Na hierarquia das leis, decreto é regulamentação do que já existe. Não adianta dizer que o projeto de reforma foi discutido. A discussão não resultou em convergência. Imperou um pouco a surdez. O PL 7.200/2006 pode corrigir a situação atual e tenho fé que isto acontecerá.

Noto que o Presidente da República é avesso ao ensino particular. Tenho participado das iniciativas para as quais convoca as instituições e percebo, na forma de tratamento com os particulares, que ele respira um odor desagradável diante do ensino privado. Fico triste com isso, pois há joio e há trigo no setor público e na área particular.

De modo geral as medidas do governo são inovadoras, mas há necessidade de se buscar o equilíbrio nas decisões. O antigo Ministro a quem tanto admiro, em algum momento da sua gestão, deu uma do Presidente Figueiredo – do “prendo e arrebeno” – mas não fechou instituições.

ABMES – No que se refere ao processo de avaliação, a substituição do Exame do Nacional de Cursos (o Provão) pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudante (Enade), trouxe benefícios para o sistema?

EF – Certamente o “Provão” despertou o ensino superior particular do estado letárgico anterior a ele. Tenho consciência que o “Provão” serviu para despertar a concorrência. O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), tão bem feito quanto o “Provão”, ainda carece de mais tempo para verificação de seu acerto. No “Provão” o ensino superior privado teve média superior ao ensino superior promovido pelos Estados e Municípios, mas isto foi relegado a plano inferior na mídia. A divulgação dos resultados dessas avaliações foi feita para a mídia antes de ser objeto de divulgação para as instituições particulares. Lembro que estudantes pertencentes à instituição que dirijo fizeram boicote ao primeiro Provão. Ilustrei para o MEC tudo quanto ocorreu. Nos resultados os cursos tiveram uma classificação SC, isto é, sem conceito. Vi-me numa situação constrangedora perante a mídia local que simplesmente acusou de que sequer tínhamos conceito.

Depois, o que percebo é que, após a difusão dos resultados das avaliações, pouco fazem as autoridades governamentais para oferecer assistência técnica às instituições com menores escores nessas avaliações. A conclusão que chego é que o objetivo da qualificação do ensino superior fica por conta das próprias entidades de ensino superior. Em última análise: “elas que se virem...”. O que detesto do sistema de avaliação atual e passado é que ele vem se tornando sempre uma ameaça.



Newton Lima, Carlos Maldonado, Antonio Gois, Édson Franco, Maria Helena Guimarães Castro e Wanderley de Souza, durante o Ciclo de Debates sobre Políticas Públicas de Educação Superior, em 2002

ABMES – Ao fazer uma avaliação das políticas educacionais, o Senador Cristovam Buarque afirmou, em entrevista à revista Aбраfi Educação (ano 1, n.º 2, 2007), que a educação não evoluiu no governo FHC e regrediu no governo Lula. Qual é a sua avaliação?

EF – O Senador Cristovam Buarque é um parlamentar dedicado à questão educacional brasileira. Sou profundamente grato aos seus ensinamentos e sou leitor atento de seus livros, de seus pronunciamentos e artigos na imprensa escrita.

Embora isto, não sou pessimista. No Governo FHC ocorreu um elevado crescimento quantitativo da educação básica. A corrida foi pela quantidade. Também se caminhou firmemente no sentido da avaliação de qualidade em todos os níveis e graus de ensino. Houve uma mudança no perfil da pirâmide educacional: polegadas a mais na educação básica; cintura afinada de quem extraiu costelas, no meio, e uma cabeça ainda pequena no ensino superior. No atual Governo está sendo promovida uma grande ação de inclusão social, a partir das vagas não ocupadas nas instituições particulares de ensino superior. A desqualificação educacional ainda é um problema sério no País e os remédios demoram para surtir efeitos e, no meu modesto entendimento, ainda se concentram na qualidade da sala de aula. Os investimentos na qualidade são sempre superiores aos investimentos nas estruturas físicas.

ABMES – Qual foi o espaço de interlocução conseguido pela ABMES, durante sua gestão, junto ao governo na defesa dos interesses do segmento privado?

EF – A porta de acesso nunca foi larga. A ABMES, entretanto, era chamada para alguma interlocução. Sempre foi propositiva, mas alguns enclaves também sempre nos perturbaram. Tivemos de recorrer a ações judiciais, no caso, interpostas pela Confederação Nacional de Ensino (Confenen), como órgão principal de representatividade, aceito constitucionalmente. No Programa de Financiamento Estudantil (Fies), por exemplo, sempre tivemos acesso às discussões. No ensino a distância, também. Essas lembranças eu as guardo de memória. Os interlocutores do candidato Lula talvez não tenham conseguido sintetizar ao Presidente as aspirações da ABMES.

ABMES – Durante sua gestão foram intensas as discussões do setor privado com os órgãos do governo sobre a oferta de vagas a alunos candidatos ao ensino superior, em troca de isenção fiscal, que deu origem ao ProUni. Quais foram os pontos positivos e negativos dessa negociação?

EF – Eu me espantei quando fui convocado pelo Doutor Fernando Haddad, então assessor do Ministro Guido Mantega, para discutir as bases do ProUni. Foi um encontro memorável. Fui instado a demonstrar que poderia convocar os educadores de maior número de alunos do País para um encontro no Ministério do Planejamento. Lá se firmaram as bases do Programa. Quando o Ministro Fernando Haddad foi guindado ao comando da educação nacional ainda tivemos alguns encontros de solidificação da medida. Defendi arduamente o Programa, inclusive no Congresso Nacional, e o Ministro Haddad sabe disto.

Os pontos negativos decorrem da precipitação em regulamentar a matéria, mas isto já passou. Os pontos positivos são em maior número. Faz-se com o ProUni inclusão social. O medo de receber alunos pouco empenhados já foi destruído. A aplicação dos alunos é um dos aspectos mais interessantes. Agradeço a Deus ter participado do nascedouro dessa medida governamental. Podemos ainda aperfeiçoar mais o Programa e estou às ordens para sugerir complementações.

ABMES – O Senhor realizou, em 2002, um ciclo de debates sobre a educação superior, reunindo educadores, intelectuais e políticos de todo o País, com o objetivo de subsidiar a definição de políticas para o setor no primeiro governo Lula. O esforço feito alcançou os resultados almejados?

EF – Creio que caminhamos um pouco, mas não o tanto que esperávamos. Acho até que fui além em outra resposta.

ABMES – O Senhor é reconhecido pela comunidade acadêmica como um grande educador. Durante sua gestão, transformou a ABMES num importante espaço de discussão do ensino de graduação. Incentivou a linha editorial da ABMES Editora,



Anna lida, Édson Franco e Cecília Horta no jantar de 20 anos da ABMES, em 2002



Édson Franco e Lauro Ribas Zimmer em momento de descontração, em 2004

cujos títulos são requisitados por pesquisadores nacionais e internacionais. Teve um papel decisivo no encaminhamento de propostas para a definição de políticas para o ensino superior. Que respostas o Senhor daria aos seus críticos que ao avaliar a sua gestão dizem que ela esteve mais voltada para os aspectos acadêmicos em detrimento dos aspectos corporativos?

EF – Quero contraditar a questão. Sou um educador minúsculo, de 1,64 metros, apenas. E essa modesta medida não é apenas anatômica. É muito mais ampla que os aspectos físicos com os quais Deus me dotou. Aos meus críticos – que bom contar com críticos ! – respondo que a ABMES, embora corporativa, não é um sindicato no estrito sentido do termo. Tem limitações legais. Não pode, por exemplo, acionar diretamente o Poder Judiciário com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin). Entendo, por outro lado, que ampliando a qualidade acadêmica das nossas instituições nós nos tornaremos mais fortes e mais respeitados. Entro no MEC de cabeça erguida. Não sou de fazer bravatas. Quem me conhece sabe que sou um frustrado candidato ao Itamaraty. Como advogado sempre fui favorável a acordos. Reconheço que muitos são os governantes que passam ao largo do ensino particular. Minha glória é vê-los, fora dos governos, criando ou dirigindo instituições particulares e também reclamando dos governantes. Tenho exemplos de toda natureza nessa área.

ABMES – A representação do ensino superior privado está muito fragmentada com a criação de um grande número de entidades. Os movimentos de articulação entre elas não têm dado resultados. Que conselhos o senhor daria aos seus dirigentes?

Que seus dirigentes espantassem os “estrelismos” e pensassem na causa primeira de tudo, que é a boa educação.

ABMES – O papel e o desempenho do ensino privado têm sido objeto de controvérsias e desencontros. Alguns o desqualificam e não consideram a sua legitimidade. Outros o reconhecem como meritório partícipe do sistema educacional brasileiro, ao suprir a omissão do Estado e ao ampliar o acesso

à educação. Como o senhor avalia o papel da iniciativa privada no campo educacional?

EF – Considero fundamental a existência do ensino superior particular e creio que, com um bom trabalho, poderemos mudar o conceito negativo que é apontado na pergunta. Se formamos 96% dos profissionais de Comunicação não somos capazes de mostrar a eles nosso empenho pela qualidade? Eles serão os futuros construtores da opinião pública. As pesquisas mais recentes mostram que os graduados no ensino superior privado estão tendo acesso a postos cada vez mais elevados nas empresas privadas. Será que isto não alterará os conceitos negativos do ensino superior particular?

ABMES – Quais são as suas idéias para a definição de um projeto estratégico para o futuro da educação superior no Brasil?

EF – Investir seriamente na qualidade da educação básica. Ampliar o ensino médio e favorecer o pós-médio técnico. Cuidar, cautelosamente, do “como” na regulação. Acreditar que o sistema de ensino superior do MEC não é só público. É também particular.

ABMES – Finalmente, Professor Édson, qual o futuro da ABMES como entidade representativa das mantenedoras de ensino superior brasileiras?

EF – Agora chega a hora da “pegadinha”. Não sou pitonisa. Creio, porém, que a ABMES deve continuar a ser propositiva em defesa do ensino de livre iniciativa e mostrar-se parceira governamental neste campo, sem esquecer o seu papel de pugnadora da qualificação do ensino superior privado. Deve sugerir, objetivamente, caminhos do financiamento da pesquisa e da extensão para além dos recursos resultantes da contratação dos serviços educacionais pelos motivos já expostos. Para o alcance das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) a ABMES tem urgência em aprofundar estudos sobre o ensino a distância e estimular os associados à prática do mesmo.

Se respondi às dezessete questões e a música, com a qual comecei, fala em 17.700,00 vou ao restante, ou seja, aos setecentos réis.

Quero me referir ao quadro atual das instituições mantenedoras de ensino superior. Elas mudaram de feição, algumas até maiores que a própria ABMES pelo número de alunos e com ou sem investimentos internacionais. Corre-se o risco de enfrentar dois tipos de globalização: a globalização nacional e a globalização internacional. O “negócio” educacional passa por recursos, mas passa também pela dedicação acadêmica e pessoal. Esses movimentos pela *quantidade* precisam ser, cada vez mais, movimentos pela *qualidade*. Quantidade e qualidade devem viver juntas. E esse é um desafio para a ABMES.





União do ensino privado e o reconhecimento do seu valor pela sociedade

Entrevista com Gabriel Mario Rodrigues

ABMES – A ABMES vem cumprindo uma trajetória de lutas e conquistas nesses vinte e cinco anos de existência. Na condição de terceiro presidente, como o senhor avalia a iniciativa de criação da entidade?

GMR – As relações entre o Estado e as instituições de ensino superior nem sempre foram pacíficas. De um lado, as faculdades precisando crescer para atender às demandas populacionais e expandir os seus serviços e, de outro, o poder do Estado criando obstáculos para que as ações não se concretizassem. Por princípio, o poder de ensinar com a finalidade de habilitar para o exercício profissional sempre foi prerrogativa do poder público sob o domínio de papas, reis, imperadores e militares. Eles sempre se arrogaram os direitos de únicos concessionários da formação de pessoas para o exercício profissional. Criavam organismos que definiam as normas e até os programas que as escolas deveriam oferecer aos estudantes para que eles se tornassem aptos a exercer uma determinada profissão. Nos primórdios da civilização o exercício do poder era mais fácil, pois existiam poucas ocupações bem estruturadas, além daquelas para formação do sacerdote, do militar, do médico, do engenheiro e do advogado. Imagine tal situação num amplo território atavicamente preso à cultura ibérica da corte e dos palácios. A prova insofismável é que levamos mais de cinco séculos para criar a primeira universidade e mais de quatro para fundar as escolas de Direito e Medicina. A formação de quadros profissionais na universidade mantida pelo Estado era privilégio da elite dominante. Isto valia para um país demograficamente inexpressivo, como era o nosso, na primeira metade do século passado. Na década de 1960, porém, o cenário não era mais propício para suportar as demandas por

ensino superior de uma classe média emergente, para cujos filhos não havia vagas nas universidades públicas. Milhares de estudantes, apesar de aprovados nos vestibulares, não conseguiam lugar para estudar – os célebres “excedentes” – porque não havia capacidade de ensino público instalada para atendê-los. Com expressividade e com intuito de atender às demandas de ensino superior é que foram criadas pela iniciativa particular, a partir desta época, as faculdades que passaram a propiciar a formação profissional da juventude brasileira. O órgão que autorizava a criação de escolas e de cursos era o Conselho Federal de Educação (CFE). Dos encontros dos mantenedores nos corredores do CFE e das longas esperas nas ante-salas do Ministério da Educação (MEC) é que nasceram as aspirações de criar uma associação organizada que representasse os legítimos interesses das mantenedoras privadas do ensino superior. O modelo veio de São Paulo onde já existia a Associação de Ensino Superior Particular do Estado de São Paulo (Aesp), por Electro Bonini, que congregava um grupo de faculdades. Assim surgiu a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), que nesses 25 anos tem trabalhado pela valorização dos educadores brasileiros. Melhor que minha avaliação pessoal, o “memorial comemorativo” do jubileu da ABMES dá uma mostra da representatividade da entidade e do profícuo trabalho em prol dos legítimos interesses dos mantenedores de ensino superior brasileiro.

ABMES – No seu ponto de vista, ocorreram ao longo desses 25 anos mudanças nos ideais e nos princípios que nortearam a criação da ABMES como órgão que representa nacionalmente as mantenedoras de ensino superior?

GMR – Os ideais e os princípios são os mesmos desde a criação da ABMES. É lógico que a realidade mudou bastante assim como as pessoas e o ambiente educacional. Entretanto, o problema central continua o mesmo: a nossa eterna luta contra a subordinação aos diversos escalões burocráticos do MEC. Sempre foi difícil conciliar os interesses dos vários tipos de instituições. No início, éramos apenas faculdades. Com o tempo, muitas transformam-se em universidades e centros universitários o que motivou a criação, por exemplo, da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), da Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu),



Dora Bueno, Therezinha Cunha, Antonio Carlos Caruso Ronca, Gabriel Mario Rodrigues e Lauro Ribas Zimmer em jantar de confraternização da ABMES, em 2004

O “Fórum da Livre Iniciativa na Educação” foi um instrumento capaz de, num momento da história da educação superior privada, unir em um único pensamento, todos os argumentos e justificativas para fazer com que o MEC e o Congresso repensassem o Projeto da Reforma da Educação.

da Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas (Abrafi) e, mais recentemente, da associação que visa a defender os interesses das escolas que realizam o ensino a distância. O mantenedor é geralmente muito exclusivista, olhando sempre os seus interesses, em detrimento daqueles da sua categoria. Perante o poder público, sempre estamos em desvantagem, porque quando o Estado quer, ele sabe como nos dividir. Vejo, portanto, como principal objetivo da atuação da atual diretoria, a união de todas as entidades, para podermos falar como um segmento forte e trabalhar de forma uníssona. Acredito que o papel da ABMES nesses anos todos foi o de apoiar as instituições de ensino superior (IES) nas suas legítimas reivindicações junto ao MEC. Além disso, procurou oferecer às IES subsídios para a oferta de um ensino de qualidade, promovendo um grande número de atividades – seminários mensais, reuniões, publicações. Digno de nota é o registro feito pela ABMES, por meio das publicações da ABMES Editora, amplamente divulgadas e requisitadas por professores e pesquisadores de todo o País e do exterior.

ABMES – Quais são os principais pontos defendidos no seu projeto de gestão na ABMES?

GMR – A atual diretoria da ABMES concebeu um Plano de Trabalho que tem como principais diretrizes: unir o ensino superior privado e fazer com que o seu valor seja reconhecido pela sociedade; acompanhar e analisar de forma sistemática as normas editadas pelo MEC e todos os projetos de interesse do setor privado em tramitação no Congresso Nacional, sempre que confrontem os legítimos direitos do setor privado previstos na Constituição. Por outro lado, o nosso Plano prevê o aprofundamento da discussão sobre vários temas, dentre os quais destaco: o financiamento estudantil e da pesquisa; o corporativismo das entidades de classe; a avaliação e a regulação da educação superior; a mudança da organização do sistema de educação tecnológica; as políticas afirmativas de educação superior; a entrada do capital estrangeiro no setor; a competição e a ética no mercado de ensino superior e a construção de um modelo de ensino com qualidade para atender a um grande número de alunos, o chamado ensino de massa.

ABMES – Como o senhor analisa a sua gestão na ABMES, à luz dos fatos mais importantes que ocorreram na educação do País?

GMR – A ABMES tem uma longa folha de serviços prestados ao ensino superior brasileiro. O trabalho da diretoria é dar seqüência às iniciativas dos que nos antecederam sem perder o entusiasmo e o espírito de luta. A ABMES estabeleceu com o governo um profícuo debate com resultados importantes, dentre os quais pontuo: o



Apresentação do primeiro documento do Fórum Nacional da Livre Iniciativa sobre a Reforma da Educação Superior. Paulo Antonio Gomes Cardim, Gabriel Mario Rodrigues e Fernando Leme do Prado, em 2005

aperfeiçoamento do Programa Universidade para Todos (ProUni); a formação de um Grupo de Trabalho para discutir a reforma da educação superior e que resultou na criação do “Fórum da Livre Iniciativa na Educação”, em fevereiro de 2005; a elaboração de uma “Agenda” orientadora das discussões do setor privado com o MEC; a retomada dos debates sobre os instrumentos oficiais de avaliação; as contribuições ao governo para a definição de políticas para a educação superior e para o aperfeiçoamento do Plano de Desenvolvimento da Educação. No âmbito normativo da ABMES, promovemos modificações no nosso Estatuto para incluir o Código de Auto-regulamentação das Instituições Particulares de Ensino Superior (Cares) visando a sedimentar uma filosofia orientadora das ações implementadas pelas IES que a ele aderirem.

ABMES – O Conselho Federal de Educação foi instituído em 1961, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para tornar-se o órgão supremo de orientação do sistema federal de ensino. A esta função básica foram acrescentadas outras de natureza burocrática. Em sua opinião, teria o Conselho sido vítima de uma “conspiração”, quando de sua extinção em 1994? Qual é a sua avaliação do Conselho (hoje Conselho Nacional de Educação), antes e depois de 1994?

GMR – Os mantenedores, sensíveis à demanda por ensino superior, precisavam obter a autorização do Estado para criar as suas instituições e, para tanto, tinham de submeter os seus pleitos ao Conselho Federal de Educação. A justificativa social para que qualquer curso fosse autorizado era facilmente demonstrável, pois havia demanda, mas não faculdades em número suficiente para atendê-la. Nesse sentido, o CFE não tinha como deixar de aprovar os projetos de cursos enviados pelas IES. A principal justificativa para a extinção do Conselho foi a denúncia de que seus membros analisavam com pouco rigor os pleitos dos mantenedores e que facilitavam as autorizações dos cursos e instituições. Basta verificar um gráfico do crescimento do ensino superior brasileiro para perceber que o início da sua expansão ascendente foi desta época. A necessidade de escolas era tão gritante que nos dois governos que sucederam o de Itamar Franco, foram criadas mais escolas do que em todos os governos anteriores. Vou lembrar de um fato que ilustra bem as relações entre

Governo e mantenedoras. O então presidente do CFE, em 1994, Manoel Ferreira Gonçalves, percebendo o desconforto dos mantenedores que se postavam nos corredores do Conselho, enquanto aguardavam audiências, resolveu criar uma sala de atendimento e de apoio aos representantes das instituições. Na semana seguinte, evidentemente alimentada por fonte palaciana, saiu uma reportagem no jornal O Estado de São Paulo, criticando a atitude do presidente do Conselho. Essa foi a gota-d'água do processo que culminou com sua extinção, em 1994. No meu ponto de vista, a "conspiração" tinha um objetivo claro: restabelecer os poderes do MEC. O CFE tinha autonomia completa e legislava sobre todos os aspectos do sistema educacional e, ao Ministro, praticamente só cabia homologar suas resoluções. Na realidade, houve um desentendimento entre o ministro da Educação e o presidente do Conselho, que não quis capitular. O atual Conselho Nacional de Educação (CNE) perdeu muito de suas atribuições anteriores, tornando-se mais um órgão de assessoramento do que de decisão, em matérias substantivas de política, avaliação e planejamento educacional.

ABMES – Claudio de Moura Castro afirmou em 1984 que não vale a pena perder tempo com a pergunta se cabe regular o sistema federal de ensino. Para ele, a questão correta é como regulá-lo de tal forma a compatibilizar a necessária autonomia e a liberdade de iniciativa das IES com as restrições inevitáveis visando ao bem comum. Na sua visão, esta afirmativa é verdadeira?

GMR – O grande desafio apontado por Moura Castro de como compatibilizar os interesses da livre iniciativa na educação com as necessidades da sociedade está correto. Na prática, a educação é um bem de caráter social que pode ser oferecido pelo empreendedor particular. Num mercado livre, todas as IES concorrem com seus cursos. As mais competitivas são aquelas que conseguem oferecer o melhor curso, pelo menor preço. Bens tangíveis são facilmente avaliados pelos compradores, mas quando intangíveis, deve haver critérios que esclareçam ao consumidor qual deles é o melhor. Na área educacional, com o natural crescimento populacional e diante da necessidade das camadas mais populares de possuírem educação superior, a expansão da oferta de vagas e de novos cursos pelas universidades, centros universitários e faculdades foi desmesurada. Há vinte anos, as regiões Sul e Sudeste detinham o maior número de oferta de vagas e hoje elas estão distribuídas igualmente pelo Brasil. Quando a oferta é muito maior que a procura, a estratégia é diminuir os preços, o que determina o acirramento da concorrência e procedimentos, algumas vezes, não compatíveis com os preceitos éticos. Faz-se necessário que as IES desenvolvam mecanismos de controle de qualidade que possam informar à sociedade a configuração qualitativa dos cursos oferecidos. Enquanto isto não acontece, o MEC propõe indicadores de qualidade para os cursos, sem a participação das IES. Na minha opinião, somente uma avaliação bem-feita e articulada com as instituições poderá mostrar à sociedade os cursos de qualidade. A avaliação concebida nesses termos é, para mim, o único mecanismo capaz de dar as verdadeiras coordenadas para o aperfeiçoamento e o fortalecimento do ensino superior.

ABMES – No governo Lula foram instituídos o Sistema de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), o Programa Universidade para Todos (ProUni) e os procedimentos de regulação previstos no Decreto n. 5.773/2006 (o "decreto-ponte") que antecederam o PL 7.200/2006 da reforma da Educação Superior, ora em tramitação no Congresso Nacional. Mais recentemente o ministro

da Educação Fernando Haddad lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Como o senhor analisa esse conjunto de medidas?

GMR – Realmente houve e há um esforço muito grande do Governo Lula para criar normas que visem ao aperfeiçoamento do sistema de educação superior. A instituição do Sinaes, depois de longa discussão técnica no Congresso, criou um instrumento de avaliação, capaz de balizar o referencial das instituições com respeito à sua qualidade, mas que precisa de tempo para se aperfeiçoar e se consolidar para se tornar um processo de avaliação confiável, uma diretriz a ser seguida por todos. Outro grande feito do MEC foi, sem dúvida, o ProUni, que abriu oportunidade de estudo universitário aos estudantes de baixa renda. Na verdade, o Sinaes, o ProUni e o Decreto n.º 5.773/ 2006, que criou as normas para o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das IES e dos cursos superiores e seqüenciais, antecederam a Reforma da Educação Superior. Por isso, muitos questionam a pertinência do PL 7.200/2006 que está hibernando no Congresso Nacional. Considero o PDE um instrumento por meio do qual o governo busca promover o ensino fundamental e médio, não só implantando as diretrizes básicas para o seu desenvolvimento, mas também criando meios de financiamento para sua sustentabilidade. Minha análise é, portanto, positiva.

ABMES – No que se refere ao processo de avaliação, a substituição do Exame Nacional de Cursos (o Provão) pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudante (Enade), trouxe benefícios para o sistema?

GMR – Com o crescimento da oferta de educação superior, a avaliação tornou-se necessária não só para avaliar o sistema mas também para oferecer à sociedade instrumentos próprios de aferição. Há um longo caminho a ser percorrido, antes que se possa falar dos benefícios do processo de avaliação. O Provão, o Sinaes e o Enade, que substituiu o primeiro, sempre foram bem recebidos pelas instituições particulares. Apenas é preciso fazer uma ressalva. É um processo longo, que precisa ser aprimorado. É um processo pedagógico de correção de percursos e não um ato punitivo. Entretanto, é primordial que a avaliação do estudante conste do seu



Ladeado por Gabriel Mario Rodrigues e José Roberto Covac, Fernando Haddad fala sobre o ProUni, em 2005

histórico escolar. Além disto, o Enade é apenas uma parte do Sinaes e, portanto, não pode ser analisado isoladamente.

ABMES – Ao fazer uma avaliação das políticas educacionais, o Senador Cristovam Buarque afirmou que a educação não evoluiu no governo FHC e regrediu no governo Lula. Qual é a sua avaliação?

GMR – Cristovam Buarque é economista de formação e homem de planejamento. É um visionário obstinado e prega que somente pela educação o País poderá superar as suas dificuldades na distribuição de renda, alcançar amplo desenvolvimento e propiciar qualidade de vida à sua população. O senador está certo. Porém, o grande desafio é o de “como”, estrategicamente, construir tudo isto. No fundo, há uma conscientização maior pela sociedade do valor da educação e cada governo tem de aprimorar o seu desempenho para alcançar o propósito de aprimorar a educação em todos os níveis. Foi este o propósito de Fernando Henrique e tem sido este o objetivo de Lula. Na minha opinião, a educação evoluiu no governo de ambos.

ABMES – Qual tem sido o espaço de interlocução conseguido pela ABMES na sua gestão, junto ao Governo na defesa dos interesses do segmento privado?

GMR – Vou contar um fato que julgo relevante para estar registrado nesse “memorial comemorativo” dos 25 anos da ABMES. Nunca houve tanta interlocução com o Governo como a que existe agora, o que não era comum antes, porque no máximo éramos atendidos uma ou outra vez no ano. Nem no tempo de Esther Figueiredo Ferraz, que já conhecíamos do antigo CFE, tivemos tantas oportunidades de expor as nossas idéias. Mas ainda não atingimos o ideal. O ministro Fernando Haddad, desde quando era secretário-geral do MEC, sempre recebeu os representantes do segmento privado para discutir as nossas principais questões. Jamais deixamos de ser ouvidos, embora isto não queira dizer que tenhamos sido sempre atendidos nas nossas principais reivindicações. Realmente, o ministro Haddad abriu espaços, permitindo a discussão de vários temas com ele e com seus secretários como por exemplo o ProUni, os diversos decretos regulatórios e o projeto da reforma da educação.

ABMES – A elaboração da “Agenda Propositiva” pelas entidades representativas do setor privado tem contribuído para o estabelecimento de um diálogo com o Ministério da Educação?

GMR – A “Agenda Propositiva” é um documento que contém as principais reivindicações do setor privado acompanhada de propostas de soluções. Trata-se, em última análise, de uma referência às discussões do setor privado com o MEC. Quando o atual Ministro da Educação ainda era secretário-geral do MEC e nos recebia mensalmente, era comum comparecer muita gente. Todos falavam, mas nada ficava registrado. É lógico que a “Agenda” tem propiciado um melhor diálogo com o ministro Haddad.

ABMES – Merece destaque, durante sua primeira gestão na ABMES, o seu papel na criação e manutenção do “Fórum da Livre Iniciativa na Educação”, cujo objetivo é o de acompanhar o desenvolvimento da reforma da educação superior e apresentar propostas. Como o senhor avalia a receptividade do governo às propostas encaminhadas pelo setor privado?

GMR – O “Fórum da Livre Iniciativa na Educação” foi um instrumento capaz de, num momento da história da educação superior privada, unir em um único pensamento, todos os argumentos e justificativas para fazer com que o MEC e o Congresso repensassem o Projeto da Reforma da Educação. Não foi somente o Fórum que ergueu sua voz contra a visão excessivamente burocrática e controladora do Projeto, em detrimento da inovação e da modernização da educação brasileira. Mas, certamente, foi aquele que apresentou maior contundência na argumentação. Com isso, convenceu o governo e a sociedade que uma Reforma de tal teor não poderia ser feita na base do afogadilho e da emoção. Vou mais além. Se a ABMES nada tivesse feito nesses dois últimos anos afora essa sua participação, como articuladora e organizadora do Fórum – que congregou 27 entidades do segmento privado em torno de um ideal comum – valeria por tudo. Por meio dele, os órgãos governamentais passaram a conhecer com maior profundidade o pensamento do setor privado.

ABMES – Sabe-se que o senhor pretende, na atual gestão, fortalecer a ABMES dando um grande salto no papel político da entidade. Para tanto, “costurou” sabiamente a chapa única que concorreu à eleição da nova diretoria em maio deste ano, com representações de outras entidades. Quais são os seus objetivos com esta articulação?

GMR – As associações, os sindicatos, os órgãos de classe ou até os clubes ou entidades sociais, têm sempre como principal papel a representatividade das aspirações dos seus afiliados. Enquanto houver pleitos a serem resolvidos e trabalho a ser desempenhado, as entidades sobreviverão. Realmente, ao participarmos da atual Diretoria, procuramos unir todas as associações, de modo que todas tivessem representatividade. Para mim, o principal problema das instituições é o de sua sobrevivência dentro de um ambiente cada vez mais competitivo e com uma tendência à concentração. Encerrou-se o modelo pulverizado de gestão familiar e entrou em cena o modelo da gestão profissional e conglomerada. Por outro lado, as relações com o governo precisam ser mais sedimentadas e há um fator maior que estamos trabalhando: a relação com a opinião pública.

ABMES – O senhor é um homem conhecido pelo seu espírito empreendedor e pelas suas idéias inovadoras. Uma delas foi a criação do “Dia da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular”, iniciativa que vem ganhando corpo, mas que está longe de atingir a grande mídia. Que medidas pretende tomar para que a sociedade conheça e valorize as ações do ensino privado?

GMR – O setor privado comete um erro de comunicação incomensurável por não saber transmitir à sociedade os seus feitos na área educacional, o valor de seu trabalho, a qualidade de suas instalações e o papel que desempenha na formação de jovens, por meio de dezenas de milhares de cursos oferecidos. A sociedade por desconhecer o nosso valor só tem olhos para as notícias negativas que a mídia publica a nosso respeito. Enquanto isso, mais de três milhões de universitários todos os dias assistem às aulas das IES particulares. A idéia de criar o “Dia”, em 2005, veio ao encontro do nosso objetivo de dar maior visibilidade às ações das IES particulares. Da primeira campanha participaram 187 IES; da segunda, em 2006, mais de 400 e da terceira, em 27 de outubro último, mais de 700. Importante registrar que a campanha

de 2007 articulou-se com o movimento chamado “Virada Universitária”, que reuniu com o mesmo objetivo e no mesmo dia todas as IES públicas da cidade de São Paulo. Portanto, trata-se de um processo lento de conquista e que a longo prazo contaminará todo o País. E a mídia terá de abrir espaços para os feitos do ensino privado.

ABMES – O papel e o desempenho do ensino privado têm sido objeto de controvérsias e desencontros. Alguns o desqualificam e não consideram sua legitimidade. Outros o reconhecem como meritório partícipe do sistema educacional brasileiro, ao suprir a omissão do Estado e ao ampliar o acesso à educação. Como o senhor avalia o papel da iniciativa privada no campo educacional?



Edson Franco cumprimenta Gabriel Mario Rodrigues pela sua eleição como presidente da ABMES, em 2004

GMR – Há duas considerações a fazer: a primeira é a de a classe média alta ter sempre colocado nas costas do Estado a formação dos quadros profissionais. Dentro do conceito da elite vigente do século passado, o Estado deveria investir na formação de seus filhos para garantir a continuidade de seus privilégios, cabendo aos outros segmentos da sociedade a condição de prestadores de serviços às classes dominantes. Para uma população de 30 milhões de habitantes, até que era suportável. Mas o País desenvolveu-se, sua população cresceu vertiginosamente e o Estado não teve competência para promover a democratização do acesso ao ensino superior. Como todo o quadro dirigente dos organismos que controlam o ensino superior é oriundo da universidade pública, é dele que se originam as primeiras censuras. Criticam-nos por não fazermos os planos ideais que eles nunca conseguiram tirar do papel. Decorrente deste mesmo pensamento – o de que o Estado deve arcar com tudo – criou-se um falso dogma de que o estudo deveria ser gratuito, aliado à constatação de que poucas famílias vêem a educação como um investimento e pensam que ela deve ser mesmo gratuita. Ora, o ensino é uma atividade que, para alcançar resultados qualitativos, necessita de investimentos e de riscos, devendo, para tanto, ser gerido pela ótica empresarial, isto é, os resultados devem compensar o trabalho dos empreendedores.

ABMES – Quais são as suas idéias básicas para a definição de um projeto estratégico para o futuro da educação superior no Brasil?

GMR – A promoção da educação como condição para a sociedade do conhecimento e para o conseqüente progresso da Nação somente será viabilizada se as políticas educacionais forem traçadas em perfeita harmonia com as necessidades de todos os segmentos que interferem, direta ou indiretamente, na vida dos cidadãos e no desenvolvimento econômico e social do País. Inquestionavelmente, a formação da sociedade do conhecimento exige a definição das competências técnicas vinculadas aos conteúdos específicos das várias áreas de conhecimento, das competências comportamentais necessárias ao convívio na sociedade moderna e das competências estratégicas associadas à formação de profissionais altamente qualificados. Nessa perspectiva, é fundamental que as políticas públicas observem os princípios constitucionais associados aos direitos individuais e coletivos e à liberdade de ensino e pesquisa. As políticas públicas devem considerar, na expansão da educação superior, as especificidades das demandas locais, regionais e nacionais. Devem ainda, fomentar o equilíbrio entre os conteúdos programáticos e as práticas de aprendizagem, bem como contemplar a ciência, a tecnologia, a gestão e a cidadania com o objetivo de solucionar problemas correntes do mundo do trabalho.

Nesse contexto de inovação e de desenvolvimento integrado, requer-se estreita articulação entre a educação, a ciência, a tecnologia, a indústria e os serviços. Torna-se também indispensável um crescente investimento na pesquisa voltada para a expansão e domínio dos conhecimentos necessários à superação dos desafios do País.

ABMES – Qual deverá ser, no futuro, o papel das instituições educacionais?

GMR – O papel das instituições de ensino superior não poderá se limitar somente ao oferecimento de cursos de graduação, extensão, pós-graduação, mestrado e doutorado quer sejam presenciais ou a distância. O modelo de ensino superior baseado no desenho de programas de cursos, em formatos de disciplinas e aulas, centrado no professor, na sua verbalização e na complacência do aluno está, a meu ver, condenado. O modelo de negócios apoiado na construção de prédios, na aquisição de novos edifícios, adaptação em salas de aula, contratação de professores, criação e oferecimento de cursos, entrada de novos alunos e manutenção dos existentes está com os dias contados. A educação on line, surgida no Brasil há 15 anos, com o advento da Internet, também ainda não se consolidou e segue o mesmo modelo do presencial, onde não se pergunta ao aluno nem se questiona se é isso que ele deseja aprender ou qual caminho quer seguir na sua aprendizagem. O modelo desenvolvido está baseado nas necessidades do mercado de trabalho e nas diretrizes curriculares impostas pelos órgãos públicos e associações de classe. Não se acompanham as drásticas transformações do conhecimento. Diante da falta de interesse e motivação do aluno em freqüentar a sala de aula, bem como da falta de orientação por parte da instituição de ensino para motivar o seu corpo docente a refazer e reinventar sua grade curricular, a tendência é de a universidade se tornar cada vez menos necessária. Vivemos numa sociedade cada vez mais móvel e conectada, onde é possível resgatar, registrar e receber informações de qualquer lugar do mundo. A universidade não é mais a única provedora de informação e o pior é que vejo a nova geração de educadores repetir tudo da mesma maneira

de sempre, exatamente como faziam os professores no século passado. Não sei se daqui há cinco anos um professor poderá garantir a aprendizagem e manter o aluno motivado e interessado. Não sei se numa sala de aula fechada os professores terão ambiente para estimular a inteligência e a criatividade dos alunos para que se tornem cada vez mais empreendedores e integrados à sociedade. Não sei se vale a pena a locomoção, principalmente nas grandes cidades. Quanto tempo e esforço perdidos para pouquíssima aquisição de aprendizagem. Não sei se aprendemos mais na vida, nas ruas, no trabalho do que nas salas de aula.

Minha visão – que para muitos pode ser considerada pessimista, é para mim absolutamente realista. E como sou otimista, acredito que ainda é possível nos reinventar, dar a volta por cima e pensar em alternativas inovadoras e criativas para fortalecer o nosso papel de educadores.

ABMES – Finalmente, Doutor Gabriel, como o senhor vê o futuro da ABMES?

GMR – A exemplo do que acontece com a evolução das atividades de todas as organizações, das empresas, das instituições, dos governos, das religiões, dos clubes de futebol somente sobreviverão as entidades que se fizerem necessárias e cumprirem o papel que delas esperam os seus associados e a sociedade. Vivemos num mundo muito dinâmico e com transformações diuturnas. Na questão anterior, tentei mostrar os cenários que nos esperam e para os quais precisamos nos preparar, aliado ao fato de que o empreendimento educacional não pode ser mais tratado sem a profissionalização da sua gestão e dos seus colaboradores docentes para que possa vencer os desafios de hoje e alcançar os resultados almejados. Conseqüentemente, a ABMES sobreviverá se também acompanhar a tendência de se reestruturar para superar os obstáculos que, inevitavelmente, surgirão na sucessão das novas realidades, quando cada vez mais, a competência em todas as áreas far-se-á necessária.



José Janguê Bezerra Diniz, Euler Bahia, Abib Cury, Cristovam Buarque, Gabriel Mario Rodrigues e Carmen Luiza da Silva, em 2007





A ABMES na visão de seus fundadores

Os fundadores falam com orgulho da entidade
que fundaram e que ajudaram a construir.





Há 25 anos tive o privilégio de partilhar com outros colegas a realização de um sonho que, sem dúvida, transformaria o cenário do ensino superior no Brasil – juntos, fundamos, em agosto de 1982, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Hoje, comemorando os 25 anos da ABMES, sinto-me orgulhoso de ter contribuído pessoalmente com a construção de uma entidade que se transformou em ponte sólida e segura entre as instituições de ensino, o governo e a sociedade civil.

Nestes anos todos de trabalho, a ABMES acolheu, difundiu e incentivou o debate, a pesquisa, a atualização das mantenedoras de ensino do País, acompanhando a evolução da sociedade contemporânea, suas rápidas mudanças, necessidades e expectativas. Participar deste projeto vitorioso é contribuir para o crescimento e a evolução de nosso País; é confirmar nossa vocação para a integração, a colaboração; é acreditar que, de mãos dadas, continuaremos a construir um Brasil melhor. Parabéns!

Electro Bonini

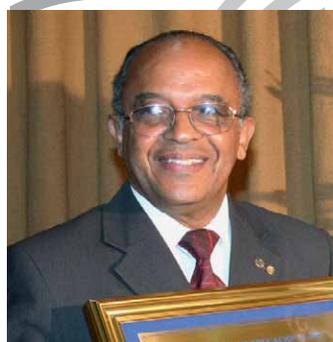
Chanceler da Associação de Ensino de Ribeirão Preto



A Reitoria e a comunidade acadêmica do Centro Universitário Ritter dos Reis parabenizam a Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior – ABMES pela passagem de seus 20 anos. Nestas duas décadas, a ABMES primou por lutar pelos direitos e interesses de suas instituições associadas, assessorando-as nas áreas pedagógica, técnica, administrativa e jurídica, visando o aprimoramento da educação e da cultura dos brasileiros. Nós do UniRitter ficamos especialmente felizes com esta comemoração, pois, juntamente com nosso fundador, Dr. Romeu Ritter dos Reis, fui um dos integrantes da comissão de formação da ABMES, em agosto de 1982. Nossos mais sinceros parabéns e votos de um caminho ainda mais repleto de êxitos.

Flávio Romeu D'Almeida Reis

Reitor do Centro Universitário Ritter dos Reis



Ao ensejo do transcurso dos 25 anos de vida organizada da ABMES, cabe ressaltar o fiel cumprimento dos objetivos pelos quais fora ela organizada. Por outro lado, é de se reconhecer a competência de seus dirigentes e funcionários ao longo desta trajetória, não só pelo importante papel no desempenho de inúmeras lutas em defesa das mantenedoras das IES, mas também pela promoção de inúmeros eventos visando o fortalecimento e a troca de experiências entre suas Instituições filiadas. Que Deus, na sua sabedoria, continue a derramar bênçãos sem medida sobre nossa querida e amada Associação.

Hermínio da Silveira

Reitor do Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação (UnIBMR)

Já em 18 de janeiro de 1979 a gestação da ABMES começava com o Congresso realizado em São Paulo, sob coordenação das Associações/Sindicatos de São Paulo, Rio de Janeiro e Instituto Brasílio Machado Neto. Estes primórdios anunciavam a necessidade de um núcleo pensante e representativo junto à Sociedade Brasileira e Instituições Políticas, para destravar a penosa oposição que o ensino superior privado sofria, particularmente dentro do Congresso Nacional, tanto no processo credenciador como na sua sustentabilidade econômica. O Poder Executivo Federal colaborava, mas foi necessário fundear o artigo 209 da Constituição Federal – 1988, e a LDB – 1996, como âncoras protetoras à livre iniciativa. E assim, com essa base, os governos neoliberais puderam distender ao ponto suficiente de hoje. (Que não haja regresso!) A ABM depois ABMES, pontifica, consegue e cria, desde 1982. Os destaques pessoais, nesta comemoração da sua história, devem ser contidos para não desmerecer ninguém, mas foi a soma aguerrida da vontade de muitos que nos deram o estamento do êxito e do avanço, presentes, em notáveis instituições privadas brasileiras.

Honório Tomelin

Siracusa Tecnologia de Informação STI Ltda

É com grande júbilo que comemoramos os 25 anos de fundação da ABMES, que tanto e importantes serviços tem prestado à causa do ensino superior particular no Brasil. Nasceu fruto da inspiração, do trabalho e dos esforços de educadores de diversas regiões do país, com o objetivo comum de proporcionar às IES associadas a orientação conveniente ao seu melhor desempenho em suas atividades educacionais. Em seus 25 anos de existência desenvolveu um crescimento qualitativo e quantitativo digno de nosso melhor reconhecimento e apreço. Cabe aqui especial menção de agradecimento e louvor ao trabalho meritório de seus presidentes: Candido Mendes, Edson Franco e Gabriel Mário Rodrigues.

Janir de Carvalho

Sociedade Educacional Nuno Lisboa

Há vinte e cinco anos, reuniu-se no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, um grupo representativo de mantenedores do ensino superior privado oriundos de vários estados para analisar a possibilidade de fundação de uma entidade que representasse o setor. Nascia a ABMES. Foi um momento memorável. Lembro-me dos educadores que lideraram o movimento. Citando-os, homenageio a todos que participaram da Assembléia – Candido Mendes de Almeida, Édson Franco, Gabriel Mario Rodrigues, Vera Costa Gissoni, Vítório Lanza e Marlene Salgado. Destaco o relevante papel da ABMES quando da elaboração da atual Constituição. A atuação junto aos constituintes, em defesa do ensino superior privado, foi fundamental para atingir a realidade em que hoje se encontra. Registro a criação do Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério para estimular a pesquisa e a qualidade do ensino nas instituições particulares. A ABMES, ao completar seus vinte e cinco anos, pode comemorar suas conquistas e realizações. Foi honroso para mim participar de sua fundação e integrar o Colégio de Presidentes durante vários anos.

João Carlos Schmitz

Consultor educacional





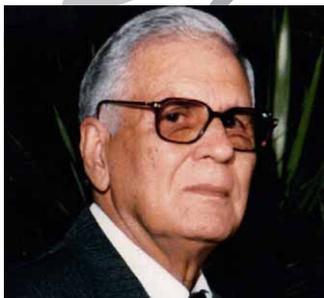
A criação da ABMES, na década de 80, foi um dos marcos fundamentais no processo de modernização e consolidação das políticas públicas de ensino, assim como no estabelecimento de um eficiente canal de comunicação entre as diversas Instituições de Ensino do país e o Poder Público trazendo, desta forma, para o cenário da discussão educacional o viés do ensino privado.”

Leovegildo Bogéa Nogueira da Cruz
Sociedade Educacional Nuno Lisboa



Em 1982, assinei a Ata de Fundação da ABMES, na qualidade de diretora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba. Lembro-me que cheguei a Brasília e encontrei dirigentes de todos os estados brasileiros nos corredores do MEC. Aos poucos, aos iniciadores do movimento somaram-se outros, e hoje a ABMES é referência para todos nós dirigentes. A entidade propõe um lugar de encontro e integração das instituições de ensino. Vale destacar as questões atuais e inovadoras que vêm sendo debatidas por meio dos variados meios utilizados pela associação. As Faculdades Integradas “Espírita” cumprimentam e parabenizam todas as equipes da ABMES, que ao longo de 25 anos edificaram uma instituição sólida, atuante e eficiente na área da Educação.

Lucia Maria da Veiga Segall
Diretora Geral Adjunta das Faculdades Integradas Espírita



À época da fundação da ABMES, em 30 de agosto de 1982, ocupava o cargo de diretor da Fundação Educacional de Ituiutaba, MG, quando recebi o convite para participar da assembléia de constituição da ABMES e da aprovação do seu Estatuto. Valeu a pena. Hoje ela é uma entidade respeitada, a nível nacional, graças à sua diretoria e conselheiros. Presente ao ato, verifiquei a importância da entidade para o futuro do Ensino Superior Privado. Membro do Conselho de Presidentes, posteriormente, Secretário Executivo (10 anos) pude contribuir para o desenvolvimento da Instituição.

Manoel Agostinho
Membro do Conselho de Presidentes e,
posteriormente Secretário Executivo da ABMES



A educação brasileira passou por diversas transformações nesses últimos 25 anos, mudanças ocorreram, novas diretrizes foram criadas e diversas entidades surgiram. Mas para as mantenedoras de ensino superior, o dia 30 de agosto de 1982 é considerado um ícone, com a primeira Assembléia que aprovou o Estatuto da ABMES. Estive presente nesse dia histórico e pude acompanhar o surgimento dessa associação que é o canal de discussão e representação para as universidades. Parabênito por essa marca e confio que continuaremos contribuindo para o crescimento de nosso País.

Marlene Salgado de Oliveira
Reitora da Universidade Salgado de Oliveira



Escrevo em nome do meu pai, que, devido a um acidente automobilístico, encontra-se hoje impossibilitado de ditar um depoimento por ele mesmo. Nicolau Dinamarco Spinelli é Cidadão Emérito de Ribeirão Preto, Membro da Academia Ribeiraopretana de Educação, da Academia Ribeiraopretana de Letras, professor de Estudos Sociais, de História e Bacharel em Direito, escolheu o campo educacional para sua área de atuação. É um sonhador, idealista, realizador, conhecendo como poucos os assuntos atinentes à gestão educacional. Fundou, em 1968, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Barão de Mauá, credenciando-a, em 1998, como Centro Universitário que hoje abriga cursos de graduação, de formação específica, tecnológicos, de pós-graduação e MBA. Na foto, Nicolau Dinamarco Spinelli

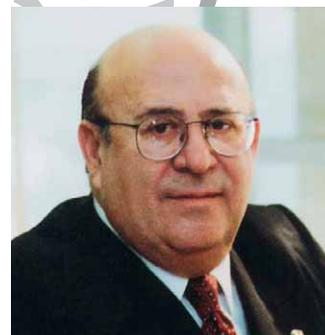
Carlos Cesar Palma Spinelli
Vice Reitor do Centro Universitário Barão de Mauá

Um grupo de idealizadores que sempre militou na educação superior resolveu instituir, no início da década de 1980, uma organização nacional que pudesse representá-los. A Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior foi criada, depois de acaloradas e frutíferas discussões, em 1982. De lá para cá, tem exercido um papel relevante para a construção de uma política educacional que observe os anseios do Brasil, nas suas cinco regiões geográficas.

No momento em que comemoramos os 25 anos de fundação da ABMES, precisamos registrar os esforços de seus líderes e enaltecer, ao mesmo tempo, as ações que são buscadas para a promoção de estudos e propostas de soluções para os problemas relativos ao desenvolvimento e à qualificação do ensino superior, assim como a colaboração que empreende junto aos poderes públicos, objetivando sempre ao aprimoramento da educação, da cultura, da ciência e da tecnologia do nosso imenso País. Se não fosse o devotamento dos nossos verdadeiros líderes, e aqui menciono Víctorio Lanza, Candido Mendes, Édson Franco e Gabriel Mario Rodrigues, certamente a nossa ABMES não teria conquistado o espaço que a consagrou no cenário nacional.

Orgulho-me de ter participado da iniciativa da criação da ABMES há 25 anos. Temos, ainda, um longo caminho a percorrer, mas com a noção clara da nossa responsabilidade, creio que poderemos continuar, de forma devotada, a defender os reais anseios da Educação Brasileira, que precisa manter sua expansão, para proporcionar a todos os brasileiros oportunidades de aprendizado e de inserção social no mercado produtivo de trabalho. Parabéns a todos os que, comigo, comemoram esses primeiros 25 anos de relevantes serviços prestados ao País.

Ney Robinson Suassuna
Presidente da Sociedade de Ensino Superior e Assessoria Técnica,
Mantenedora do Grupo Anglo-Americano de Educação Superior





A satisfação profissional consiste em sabermos que em nossa existência lutamos por um mundo melhor.

Oscar Luiz de Moura Lacerda
Instituição Moura Lacerda

É com muito prazer que cada um de nós, fundadores de nossa ABMES, falamos sobre aquele momento histórico de criação da entidade e, principalmente, sobre sua evolução. Vivíamos o clima do preconceito e do vezo ideológico, instalado na área pública, e não tínhamos o foro e a voz que falasse por nós. A ABMES foi criada para isto, para ser nossa porta-voz e nossa representante onde nossos direitos precisassem ser respeitados. Esta instituição não se afastou deste caminho. Ao longo de sua trajetória, capitaneada por grandes educadores, como Electro Bonini, Candido Mendes, Édson Franco e, agora, Gabriel Mario Rodrigues, honra e orgulha seus associados por suas posições corajosas e voltadas à defesa intransigente do ensino particular. Nosso desejo é termos, sempre, muito a comemorar e muito a agradecer à ABMES por sua atuação.

Paulo Newton Paiva Ferreira
Presidente do Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda



Quero, em meu nome e no da Mantenedora a qual pertencço – Fundação Cultural de Belo Horizonte –, cumprimentar essa pujante instituição ABMES nos seus 25 anos de vida. Desde a hora do parto, há 25 anos, participei ativamente das reuniões dos líderes, onde sobressaíam Candido Mendes de Almeida e o querido professor Édson Franco, e de cujo documento nasceu a que veio ser, depois, a ABMES. Lá no Edifício Rádio Center, na Avenida W3 Norte, nasce o infante, cheio de saúde e disposição. Deste dia em diante, reuniões, congressos, publicações de revistas, jornais e reuniões mensais dos associados foram o seu destino. A preocupação central era com o crescimento com qualidade e expansão de gente qualificada no corpo docente e na administração.

Ninguém podia prever, contudo, que aquela sementinha, aquele grãozinho de mostarda, quase pó, quase poeira, fosse transformar-se nesta árvore frondosa que hoje abriga centenas de IES, milhares de professores e alunos, todos recebendo continuamente da árvore-mãe o conteúdo de um ensino transformador, nobre, leal, de qualidade, capaz de colocar centenas de estudantes no mercado de trabalho, com a eficácia econômico-social de que o Brasil tanto necessita. Evidentemente, seus líderes contaram com gente altamente preparada, como Cecília Horta, Anna lida, e funcionários da qualidade de uma Arlete Ribeiro que souberam cultivar a terra e expandir sua produção. Sem querer pôr um ponto final nesse crescimento, mas feliz por ver que a ABMES é a grande mãe, o centro polizador e nutricional das IES particulares, resta-me desejar que todos os objetivos finais desta instituição sejam alcançados e o ensino brasileiro, livre da burocracia do governo e aberto às grandes aventuras do futuro, continue a liderar o ensino particular tão desejoso e necessitado desse progresso.

Ronald Braga,
ex-técnico do Ipea, professor da Universidade Federal
de Minas Gerais e do Centro Universitário de Belo Horizonte



Lembro-me ainda da minha peregrinação pelo Brasil – do Amazonas ao Rio Grande do Sul –, em busca de parceiros dispostos a construir comigo uma associação que unisse e representasse, de forma séria e inovadora, as instituições de ensino superior privadas. Era o início dos anos de 1980, não existiam tantas universidades e precisávamos, naquele momento, ter uma voz forte, única, que falasse em nome dos mantenedores. Apesar de exaustiva, não foi uma tarefa difícil, afinal, levava aos quatro cantos do País uma proposta irrecusável: criar uma entidade que, organizada, pudesse suprir a pouca representação das universidades de ensino superior privadas no âmbito nacional. Eu sonhei. Sonhei com uma associação grande, forte, coesa. Em maio de 1982 realizamos o “I Encontro dos Mantenedores”, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro. Foi o primeiro grande passo para a consolidação da ABMES. Meu sonho, finalmente, começava a tomar forma. Passaram-se 25 anos e conquistei meu objetivo! Hoje, diante da importância e do tamanho da ABMES, tenho absoluta certeza de que tudo valeu a pena e que o esforço empreendido em prol da Educação não foi em vão. Temos o apoio de profissionais competentes e comprometidos com a missão de representar e apoiar o desenvolvimento das instituições de ensino superior brasileiras. Tenho orgulho de fazer parte desse grupo de centenas de instituições e continuo a sonhar, agora, com um futuro ainda mais próspero para a nossa associação. A universidade brasileira privada cresceu porque realiza constantemente o intercâmbio de informações e de talentos entre si e com outras instituições, tornando-se um referencial de qualidade. Nós fazemos parte disso. É tempo de fortalecermos os laços dos nossos mantenedores e prepararmos nossos sucessores para levar o legado de amor e dedicação à universidade brasileira que construímos.



Vera Costa Gissoni
Chanceler da Universidade Castelo Branco

Além destes, são também fundadores da ABMES:

- Amélia Maria Cerqueira Uchôa, Sociedade de Educação Tiradentes S/S Ltda.
- Antonio Carlos Osório Montenegro, União Pioneira de Integração Social
- Candido Mendes de Almeida, Sociedade Brasileira de Instrução
- Carlos Rodolfo Moglia Thompson Flores, Fundação Átila Taborda
- Clotilde de Guimarães Maeder, Centro de Estudos de Comércio Exterior do Paraná
- Daltro Silva e Souza, Silva e Souza Sociedade Educacional do Rio de Janeiro
- Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco, Associação Paraense de Ensino e Cultura
- Gabriel Mario Rodrigues, ISCP - Sociedade Educacional S.A.
- Hélio Leal, Fundação Gildásio Amado
- Irmã Querubina Silva, União Brasiliense de Educação e Cultura
- Joaquim de Oliveira, Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura
- José Geraldo Gomes, União Pioneira de Integração Social
- José Roberto Franco Tavares Paes, Fundação Cultural de Belo Horizonte
- Jouberto Uchôa de Mendonça, Sociedade de Educação Tiradentes S/S Ltda.
- Leopoldina de Souza Marques, Fundação Técnico-Educacional Souza Marques
- Márcia Rezende, Associação de Educação e Cultura Professor Geraldo Rezende
- Marcos Francisco Pereira, Fundação de Ensino Superior de Passos
- Paulo Antonio Gomes Cardim, Febasp Associação Civil
- Ruy da Silva e Souza, Silva e Souza Sociedade Educacional do Rio de Janeiro
- Stella de Souza Marques Gomes Leal, Fundação Técnica Educacional Souza Marques
- Victor José Ferreira, Instituto Metodista Bennett

Reverência aos fundadores falecidos



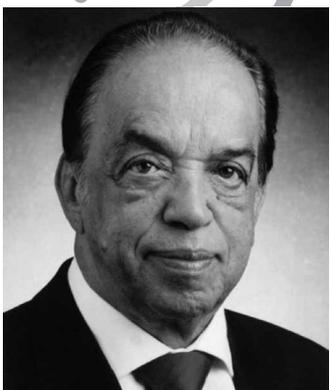
Antonio Paulo Capanema de Souza (1937 - 1988) Fundação Educacional Serra dos Órgãos

Médico hematologista, sanitarista e um dos fundadores da Feso, mantenedora das Faculdades Unificadas Serra dos Órgãos, credenciadas em 2006 como Centro Universitário Serra dos Órgãos.



Joaquim Henriques Vianna Júnior (1918 - 1994) Instituto Vianna Júnior

Jurista, com formação em Odontologia, Teologia e Filosofia; Professor de Direito Constitucional e Línguas; Membro da Associação de Educadores para a Paz Mundial (Washington - EUA). Vereador da Câmara Municipal de Juiz de Fora (1947/1951).



João Herculino de Souza Lopes (1927 - 2003) Centro de Ensino Unificado de Brasília

Mineiro de Sete Lagoas, João Herculino de Souza Lopes nasceu de família humilde, trabalhou desde criança. A dedicação fez dele o prefeito mais jovem do Brasil no ano de 1950. Chegou a deputado federal e marcou sua história com a luta pela democracia. Em 1968, foi um dos fundadores do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, do qual foi o primeiro reitor. Em 2003, faleceu aos 76 anos. Deixou legado inestimável como homem de família, amigo, educador, advogado e na vida pública.

José de Souza Herdy (1924 - 1989) Associação Fluminense de Educação

O projeto mais ambicioso e visionário de Herdy, dedicado e competente empresário da educação, foi a Universidade do Grande Rio, autorizada pelo Ministério da Educação em 17 de junho de 1994.



Mário da Fonseca e Silva Instituto Brasileiro de Contabilidade

Contador e Professor de Contabilidade Bancária, exerceu os cargos de Professor, Vice-Diretor e Diretor da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior, atualmente Faculdade Moraes Júnior - Mackenzie Rio. Falecido em 1995, representou o Presidente Professor Píndaro Machado Sobrinho, do Instituto Brasileiro de Contabilidade, entidade mantenedora da Faculdade Moraes Júnior, na solenidade de Fundação da ABMES.



Luthero Vieira (1918 - 1999) Centro de Ensino Unificado de Brasília

Pioneiro em Brasília, desde 1958, foi comerciante e industrial até o ano de 1972 quando passou a ter dedicação plena na advocacia e magistério. Formando da 1ª Turma de Direito do Uniceub, tornou-se titular de sua Assessoria Jurídica e da Cátedra de Direito Privado, Ética e Legislação dos Meios de Comunicação e com a instalação do Juizado Informal de Pequenas Causas – Circunscrição Judiciária do CEUB –, atuou ativamente como conciliador e Administrador-Geral mediante designação do TJDF; exerceu o cargo de Diretor e Redator da primeira Revista de Cultura “UNIVERSITAS”, editada a partir do ano de 1978. Foi Professor Universitário e resume-se como um idealista, de fé intensa e inabalável em Deus.





Myrthes de Luca Wenzel (1917 - 2004)
Fundação Brasileira de Educação

Diplomada em História e Geografia na rede pública do antigo Estado da Guanabara. Em 19/04/1960 o Centro Educacional foi fundado, sendo Myrthes a primeira diretora desta Instituição. À frente do Centro Educacional de Niterói (CEN), Myrthes liderou durante trinta e nove anos um Projeto Educacional que desde os primórdios de sua criação caracterizou-se pela inovação, pela ousadia e pela consistência pedagógica e acadêmica. No final dos anos 60 implantou no CEN o Ensino a Distância, sendo a primeira instituição particular a ter essa modalidade de ensino. Em 1972 criou a Faculdade do Centro Educacional de Niterói (Facen), que atuou fundamentalmente com cursos de formação superior voltados para as áreas de Magistério e da Educação.



Paulo de Lima (1938 - 2000)
Sergio Sebastião Magalhães (1936 - 1994)
Associação Goiana de Ensino

Economistas, ambos de coração e alma goiana, criaram na década de 70 em Goiás a Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas atualmente Centro Universitário de Goiás - UniAnhanguera, um dos feitos mais importantes de suas vidas foi ter participado da criação da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES).



Píndaro J. A. Machado Sobrinho (1909 - 2004)
Fundação Educacional Machado Sobrinho

Professor Píndaro foi contador, economista e administrador. Foi fundador da Faculdade Moraes Júnior, mantida pelo IBC, hoje, Faculdade Moraes Júnior - Mackenzie no Rio de Janeiro. Fundador e Presidente da Fundação Educacional Machado Sobrinho, em Juiz de Fora - MG. Diretor da Divisão Econômica e Financeira do SESI-RJ. Cidadão do Estado da Guanabara, membro da Academia Brasileira de Ciências Econômicas e Administrativas. Um dos fundadores da Confederação Nacional das Profissões Liberais. Chefe da Delegação Brasileira no VII Congresso Internacional de Contadores em Amsterdam. Chefe da Delegação Brasileira em congressos de contadores em Toronto, Nova York, Roma, Paris, Genebra, Lima e Buenos Aires.

Raphael Borelli (1927 - 2004)
Sociedade de Cultura e Educação do Litoral Sul

Formado em Contabilidade, foi Presidente da Mantenedora.



Romeu Ritter dos Reis (1915 - 1992)
Sociedade de Educação Ritter dos Reis

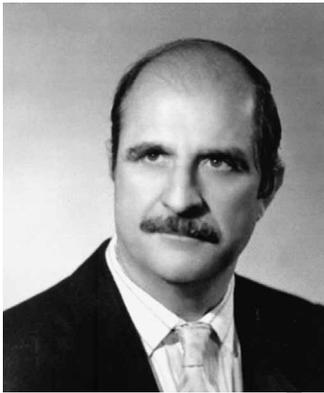
Em 18 de outubro de 1971, com a fundação da Faculdade de Direito em Canoas/RS, inaugurava-se o sonho do educador Romeu Ritter dos Reis. Hoje completam-se 36 anos de atuação do Centro Universitário Ritter dos Reis, o UniRitter, no ensino superior gaúcho. Falecido em 1992, era filho do primeiro pastor da igreja Adventista do Sétimo Dia nascido no Brasil. Cursou Teologia em São Paulo e graduou-se também em Direito, Letras, Pedagogia e Administração. Era Especialista em Linguística e Filologia (pela Universidade alemã de Heidelberg), e doutor em Direito Comparado na França (Universidade de Estrasburgo).



Severino Sombra (1907 - 2000)
Fundação Educacional Severino Sombra

Formado pela Academia Militar de Realengo, o General Severino Sombra foi político, escritor e professor universitário com importante e destacada atuação nos movimentos sociais de seu tempo. Dedicou trinta e quatro anos de sua vida à educação e criou, na década de 1960, a Fundação Universitária Sul-Fluminense cujo nome foi mudado, mais tarde, para Fundação Educacional Severino Sombra, mantenedora da Universidade Severino Sombra, a sua "Coimbra Brasileira". É autor do livro "História Monetária do Brasil Colonial".





Victorio Lanza (1936 - 1992) Fundação Victorio Lanza

Foi um dos idealizadores da ABMES. Engenheiro, sociólogo e professor universitário, participou da implantação das Faculdades do Morumbi, em São Paulo, e de diversos cursos de Turismo pelo Brasil. Presidente da Associação Educacional do Litoral Santista, foi o principal responsável pela criação do Centro Universitário Monte Serrat, em Santos-SP.



Wilson Rodrigues (1925 - 2006) Fundação de Vassouras

Pedagogo e Mestre em Educação. Cargos ocupados: Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso, Diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, Diretor do CREC do Rio de Janeiro, Diretor Acadêmico e Conselheiro da Fundação André Arcoverde (Valença) e Assessor da Presidência da Fundação Severino Sombra (Vassouras).



Além destes, foram fundadores da ABMES:

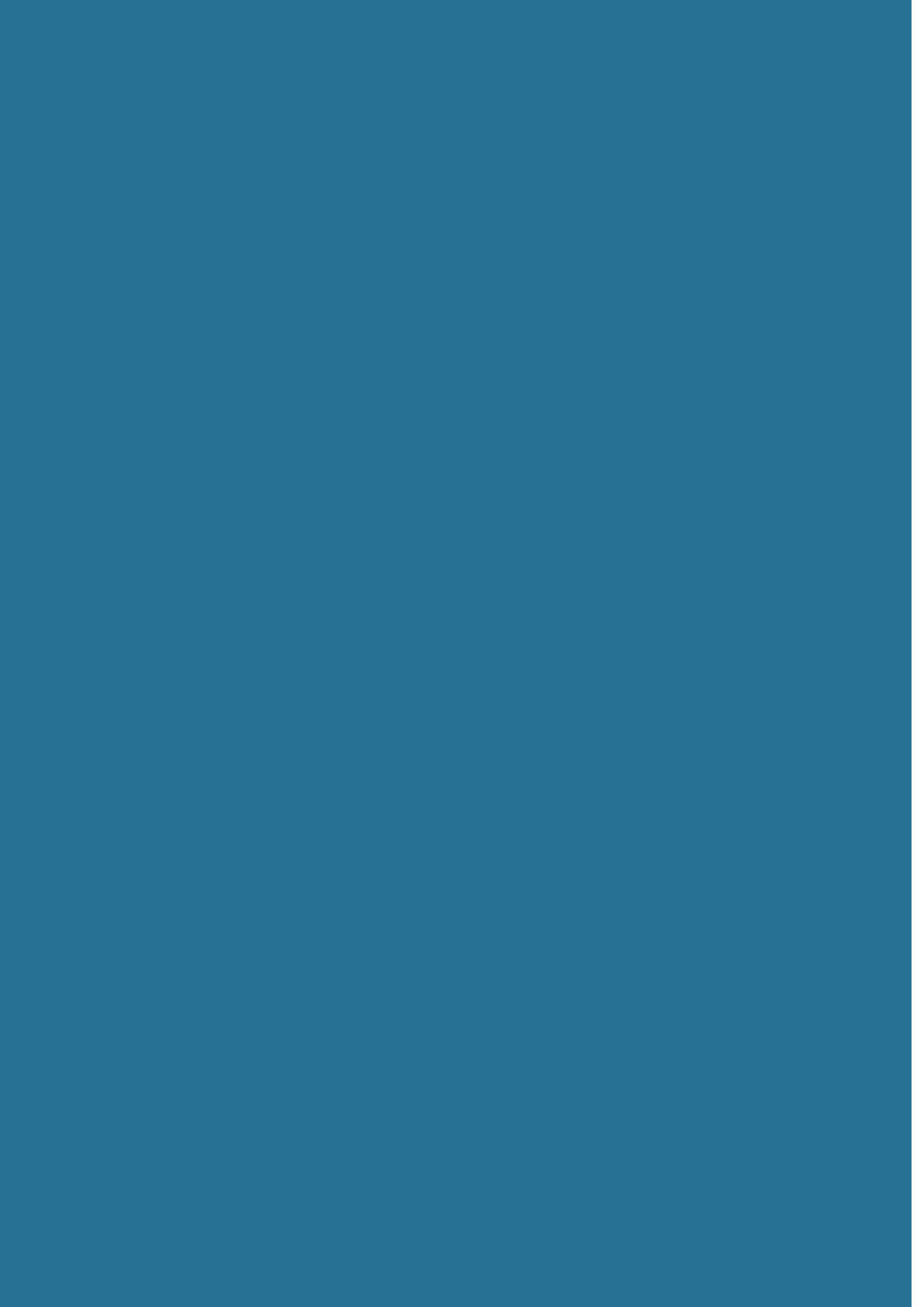
- Célio Antonio de Aquino Ferros, União Educacional de Brasília
- José Simões e Silva Júnior, Associação Universitária e Cultura da Bahia
- Mario Veiga de Almeida, Associação Educacional Veiga de Almeida





Diretoria da ABMES

Gestão 2007-2010





Gabriel Mario Rodrigues

Presidência

Presidente

Gabriel Mario Rodrigues, ISCP - Sociedade Educacional S.A.



Carmen Luiza da Silva



Getúlio Américo Moreira Lopes



José Janguê Bezerra Diniz

1º Vice-Presidente

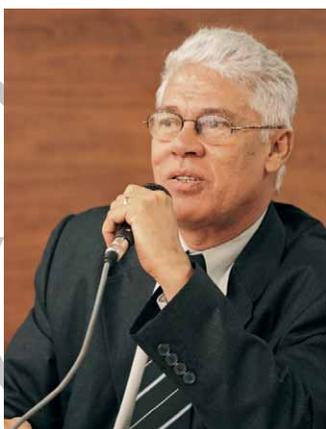
Carmen Luiza da Silva, Sociedade Civil Educacional Tuiuti Ltda.

2º Vice-Presidente

Getúlio Américo Moreira Lopes, Centro de Ensino Unificado de Brasília

3º Vice-Presidente

José Janguê Bezerra Diniz, Ensino Superior Bureau Jurídico



Fabrício Vasconcellos Soares



Décio Batista Teixeira



Antonio Carbonari Netto

Diretoria Executiva

Diretor Geral

Fabrício Vasconcellos Soares, Unidade Baiana de Ensino Pesquisa e Extensão

Vice-Diretor Geral

José Eugênio Barreto da Silva, Sociedade Baiana de Educação e Cultura S/A

Diretor Administrativo

Décio Batista Teixeira, ISJB/Centro de Convenções Israel Pinheiro

Diretor Técnico

Antonio Carbonari Netto, Anhanguera Educacional S.A.

Conselho da Presidência

Candido Mendes de Almeida, Sociedade Brasileira de Instrução

Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco, União de Ensino Superior do Pará

Paulo Newton de Paiva, Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda.

Terezinha Cunha, Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação

Pedro Chaves dos Santos Filho, Centro de Ensino Superior de Campo Grande

Paulo Antonio Gomes Cardim, Febasp Associação Civil

André Mendes de Almeida, Sociedade Brasileira de Instrução

Décio Corrêa Lima, Centro de Educação Superior de Inhumas Ltda.

Eduardo Soares Oliveira, Sociedade Brasileira de Ensino Superior Ltda.

Cláudio Galdiano Cury, Associação Cultural e Educacional de Franca/Acef S.A.

Wilson de Mattos Silva, Centro de Ensino Superior de Maringá

Manoel Joaquim Fernandes de Barros Sobrinho, Universidade de Salvador

Fábio Ferreira de Figueiredo, Instituição Educacional São Miguel Paulista

Suplentes

José Loureiro Lopes, Institutos Paraibanos de Educação

Eda Coutinho Barbosa Machado de Souza, Centro de Educação Superior de Brasília/IESB

José Antonio Karam, Organização Paranaense de Ensino Técnico Ltda.

Fernando Leme do Prado, Instituição Educacional Professor Luiz Rosa S/C Ltda.

Daniel Faccini Castanho, Centro Universitário UNA Ltda.

Conselho Fiscal

Geraldo Maria Brocca Casagrande, Fundação Dom Aguirre

Jorge Bastos, Associação Princesa Isabel de Educação e Cultura

Luiz Eduardo Possidente Tostes, Fundação Educacional Serra dos Órgãos

Marco Antonio Laffranchi, União Norte do Paraná de Ensino S.A.

Arthur Leandro Filho, Associação Baiana de Ensino Superior

Suplentes

Eliziário Pereira Rezende, Faculdades Pitágoras de Montes Claros Ltda.

Jorge de Jesus Bernardo, Sociedade Assistencial de Educação e Cultura

Assessoria

Cecília Eugenia Rocha Horta

Frederico Ribeiro Ramos

Jamile Costa Sallum

Apoio

Arlete Gonçalves Ribeiro

Leandro Rodrigues Uessugue

Éder Ribeiro



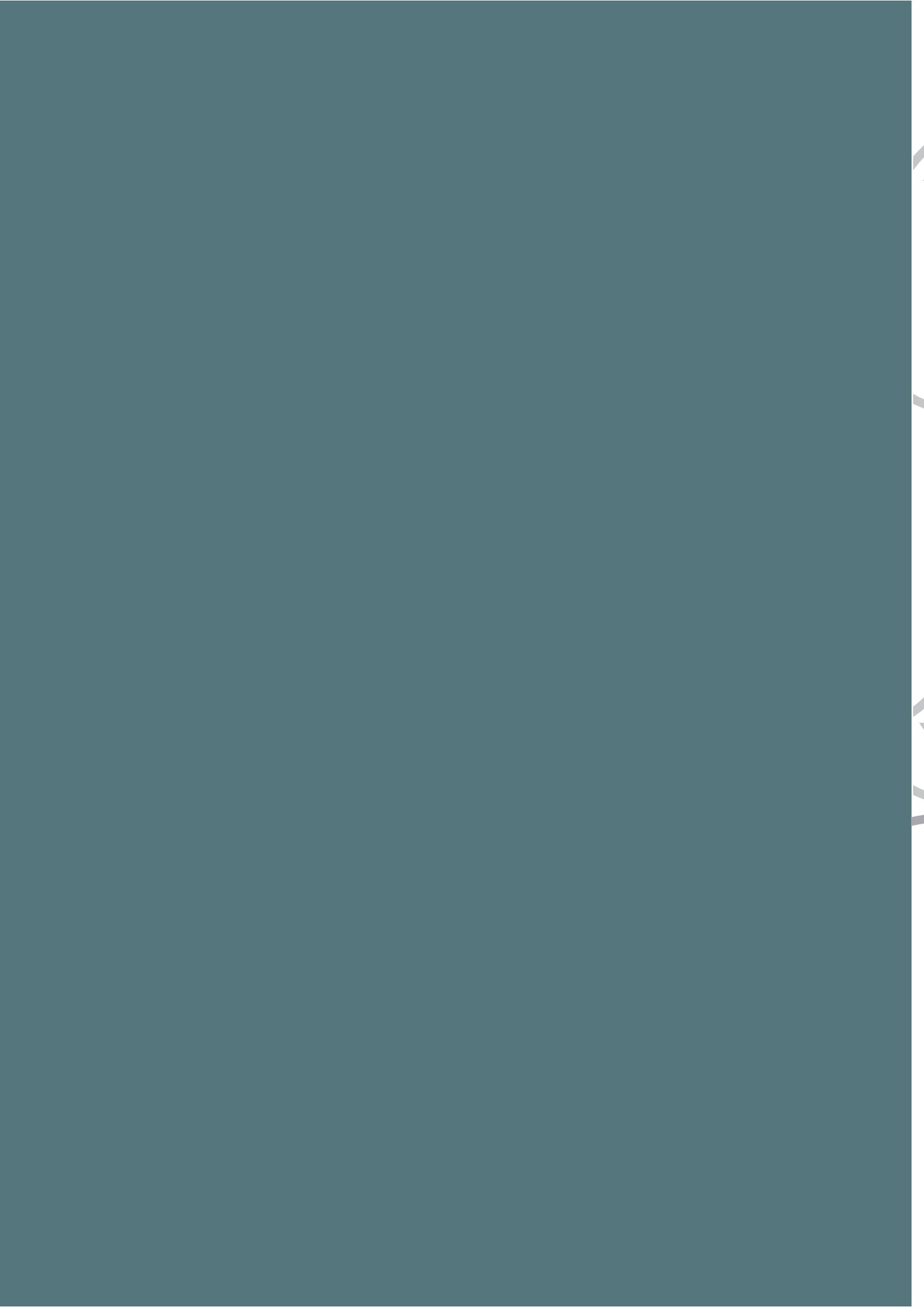
Arlete Gonçalves Ribeiro, Jamile Costa Sallum, Cecília Eugenia Rocha Horta, Éder Ribeiro, Leandro Rodrigues Uessugue, Frederico Ribeiro Ramos





A ABMES na visão da comunidade acadêmica

“Nesses 25 anos, a ABMES venceu turbulências, conquistou credibilidade e tornou-se uma referência nacional pela qualidade e seriedade da sua atuação.”





Gosto muito de colaborar com a ABMES. É uma organização que atua em múltiplas frentes sendo uma delas, e com a qual mais me identifico, as iniciativas para aprimorar a gestão das IES por meio da criação de espaços de discussão e da produção de publicações sérias e de indiscutível qualidade sobre a educação superior brasileira. É muito gratificante para mim não só ver como ganham concretude projetos que ajudei a formatar e também constatar, por meio das viagens que realizo pelo Brasil afora, como as publicações da ABMES, que são realmente utilizadas no aprimoramento das estratégias gerenciais das instituições. Entretanto, o que mais gosto da ABMES é sua gente, pessoas extremamente sérias e competentes que, no dia-a-dia, fazem a diferença.

Adolfo Ignacio Calderón
Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
e coordenador do Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas
da Universidade Mogi das Cruzes

No cuidado com a educação, o País necessita de políticas públicas que mantenham firmeza de propósitos. Igualmente, precisa de instituições incansavelmente comprometidas com a integridade na formação de cidadãos e com a excelência na qualificação de trabalhadores. É impossível o País crescer permanentemente sem que a educação seja uma prioridade de todos. Sabendo disso, a ABMES registra uma história de profundo trabalho em prol de todos que promovem a educação superior no Brasil. Reconhecer a contribuição da ABMES é fortalecer significativamente a justiça social que alcança a vida dos jovens e a construção do nosso País.

Amábil Pacios
Presidente do Colégio Dromos

A ABMES, nesses anos todos, vem escrevendo páginas brilhantes na história das IES. A seriedade e a sobriedade de seus pioneiros, aliada à criatividade e à assertividade de seus atuais líderes, dão-nos a garantia de que o melhor ainda está por vir.

Américo José de Castro Peixoto
Consultor Educacional

A ABMES foi se constituindo nesses anos em um espaço de construção de políticas de melhoria do ensino privado sob a lógica da qualidade e da eficácia, sem perder de vista a dimensão política. Os momentos em que tive a oportunidade de colaborar nas discussões de temas relacionados aos projetos pedagógicos, à avaliação institucional e ao curso de Pedagogia foram enriquecedores e estimulantes.

Ana Célia Bahia Silva
Diretora do Centro de Ciências Humanas e Educação
da Universidade da Amazônia

Nesses oito anos que frequento a ABMES, fui palestrante em alguns seminários, membro do Conselho da Presidência e sempre participei intensamente de suas atividades. Posso, portanto, testemunhar o reflexo que tem para todos nós, que desejamos construir projetos qualificados para a educação superior particular do País, o profícuo e comprometido trabalho nesses 25 anos da ABMES. É prática da Associação transformar idéias em projetos, trazer contribuições para o bom desempenho profissional da comunidade acadêmica, apresentar propostas ao governo em todas as oportunidades possíveis, enfim defender com integridade os interesses das entidades mantenedoras que representa. Parabéns aos homens e mulheres que dirigiram e dirigem a ABMES, aos que nos bastidores movem suas engrenagens e às instituições que neles confiam.

Ana Maria Costa de Sousa
Consultora sênior da Covac – Educação & Soluções
e diretora acadêmica do Grupo Ânima

Para comemorar os 25 anos de existência da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, tive a honra de ser convidado a prestar depoimento na condição de ex-assessor da ABMES. Fui co-responsável, até 2001, pelo conteúdo e formato de Ensino Superior: Legislação Atualizada, quando então o professor Celso Frauches passou a incluir no rol de suas tarefas a de consultor dessa publicação. Nem por isso me senti descartado, continuando a receber publicações, notícias, reflexões, recomendações, debates e, sobretudo, amizade nos contatos. Torno-me porta-voz do reconhecimento de que a ABMES cumpre papel de raro efeito catalisador num País amalgamado, sincrético, de difícil diagnóstico. Parabéns a toda a equipe ABMES pelos 25 anos e votos por mais realizações.

Antônio de Oliveira
Professor e consultor da Consultoria
Acadêmico-Educacional (Caed)

Conheço e acompanho o trabalho desenvolvido pela ABMES desde os seus primórdios. Testemunhei o trabalho e a abnegação de educadores fantásticos que se dedicaram de corpo e alma para o reconhecimento pela sociedade da notável importância do ensino superior privado. Por isso tenho orgulho de, não sendo mantenedor, pertencer ao quadro associativo dessa estupenda entidade.

Carlos Antônio Monteiro
Diretor presidente da CM Consultoria

Anuncia o IBGE que as matrículas no ensino superior alcançaram em 2006 a expressiva marca de 5 milhões e 874 mil estudantes – crescimento de 13,2% sobre 2005 – das quais 75,5% são oferecidas por instituições privadas de ensino superior. Isso é muito importante para a vida nacional em termos educacionais, econômicos, científicos, políticos e culturais. Reflete o êxito de uma política pública bem sucedida, fundada no princípio constitucional da livre iniciativa em educação. Como entidade representativa de instituições privadas, a ABMES, ao completar 25 anos de atuação persistente, efetiva e eficaz, sob irrepreensível comportamento ético e espírito de vanguarda, merece o nosso testemunho de que sem ela o Brasil não haveria conquistado o avanço registrado pelo IBGE. A ABMES é uma vitoriosa na história do associativismo educacional brasileiro.

Claudio Cordeiro Neiva e Flávio Roberto Collaço
Diretores da Educonsult Consultoria em Educação

Participar de Associações é a prática dos que pretendem a comunhão. Viver uma Associação de Mantenedores de Ensino Superior é congregar o conhecimento e comungar do espírito empreendedor dos educadores, fazendo das ações cotidianas indicações basilares do desenvolvimento humano, intelectual e cidadão. A ABM, que passou a ser ABMES, é essa Associação: aberta, dialogal, responsável e parceira.

Eduardo José Silva de Souza Franco
Diretor do Centro de Estudos Superiores de Formação
Específica da Universidade da Amazônia

Desde a criação da Universidade Solidária (UniSol), em 1995, pudemos contar com a parceria da ABMES e com a adesão de inúmeras instituições de ensino superior privadas dispostas a aperfeiçoar e promover a extensão universitária. A ABMES, ao longo desses 25 anos de existência, vem impulsionando a extensão universitária dentre suas instituições associadas, compreendendo que nosso País tem uma agenda a ser cumprida para promover justiça social e que o papel do ensino superior é fundamental nesse processo, sobretudo quando alia seus conhecimentos para promover o desenvolvimento do nosso País. Esse engajamento permite que estudantes ponham em prática o saber acadêmico, levando conhecimento e aprendendo com a realidade de comunidades pobres. Uma troca que só engrandece e fortalece a cidadania. Nós da UniSol temos orgulho dessa parceria e estamos certos de que nosso trabalho em conjunto continuará contribuindo para a formação cidadã dos universitários brasileiros.

Elisabeth Vargas
Superintendente-executiva da Universidade Solidária

No curso de 25 anos, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior construiu uma identidade sólida como espaço de debate e de representatividade das instituições de ensino superior particular. Venceu turbulências, conquistou credibilidade e tornou-se uma referência nacional pela qualidade e seriedade da sua atuação. Dizem que vários fatores determinam o sucesso de uma organização: recursos, oportunidades, idéias, competências. Tudo isso pode ter contribuído, mas acredito que a força, a respeitabilidade e a projeção da ABMES somente foram possíveis pela dedicação e pelo trabalho extraordinário de muitas pessoas. Sobretudo, pela qualidade, seriedade e idealismo de suas lideranças. Da intelectualidade de um Candido Mendes. Da liderança habilidosa e positiva de um educador de escol como Édson Franco. Do espírito inovador e ambicioso de um Gabriel Rodrigues. A garra e o compromisso da entidade na defesa de valores fundamentais como o da liberdade de ensino, do pluralismo pedagógico e do papel da iniciativa privada foram condições fundamentais. Impõe-se também reconhecer que a sustentação técnica e operacional da ABMES deve ser debitada ao esforço de uma pequena equipe. A entidade poderia ser maior ou menor, mais agressiva ou prestativa, mais forte ou mais fraca. Todavia, não seria o que é hoje sem a responsabilidade e os cuidados de duas pessoas: Cecília Horta e Anna Maria Iida.

Geraldo Moisés Martins
Ex-Diretor Superintendente da Fundação Nacional
de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular

Meus primeiros contatos com a ABMES datam do ano de 1996, quando fui convidada pela Direção para apresentar os resultados de minha tese de doutorado, concluída em 1995, que versava sobre a profissão acadêmica no Brasil. Naquela época pude contar com uma audiência atenta da diretoria, especialmente a do Professor Édson Franco, que apresentou várias contribuições bastante estimulantes para meu trabalho. Nos anos subsequentes, participei em diversas ocasiões de seminários e debates dentro da ABMES. Pude constatar a importância dessa associação como um fórum ativo para a discussão dos rumos do ensino superior no Brasil, especialmente na análise da contribuição do setor das instituições particulares. Numa perspectiva comparada, uma das características que se destaca no ensino superior brasileiro é o enorme peso e presença do setor das instituições particulares. Em poucos países do mundo é possível encontrar um cenário semelhante. Esse fato confere um dinamismo e diversidade ímpar ao nosso ensino superior. Dentro dessa realidade cheia de contrastes, a ABMES tem um papel ímpar, pois é uma instituição que organiza e dá voz a um setor crucial para o futuro do ensino superior no Brasil: aquele composto pelas instituições particulares, que atendem à grande massa de nossos estudantes.

Elizabeth Balbachevsky

Professora associada do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo e do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais

Convivo com a ABMES desde o início da década de 1990 e, desde então, me sinto “em casa” quando participo de reuniões, palestras, seminários. Um ambiente ao mesmo tempo crítico, criativo e acolhedor, onde os temas de maior diversificado interesse das IES privadas e da educação nacional são tratados abordados com o devido respeito a diferentes abordagens. Cada convite à participação em eventos na ABMES tem sido para mim motivo de satisfação e, ao mesmo tempo, de orgulho, pois me sinto fazendo parte da construção de uma instituição que colabora, de maneira consistente, no questionamento de grandes questões da educação nacional e, ao mesmo tempo, responsabilmente, toma a si a tarefa de apresentar e debater propostas consistentes com a melhoria das políticas públicas em educação e da consequente participação do empresariado nacional em regime de parceria. Agradeço à ABMES o Prêmio Top Educacional com que fui agraciada, artigos que tive oportunidade de publicar em suas revistas e, mais que tudo, a amizade e companheirismo de sua equipe e de seus dirigentes.

Glúcia Melasso Garcia de Carvalho

Coordenadora do curso de Pedagogia e assessora da direção do Instituto de Educação Superior de Brasília



Embora acompanhe a ABMES há pouco mais de seis anos, sinto a força de sua representatividade e o alcance de suas iniciativas em prol da educação superior em todos os momentos desta convivência que muito me honra. As iniciativas da associação nessa sua profícua existência certamente são um dos alicerces da força do segmento da educação superior privada no Brasil, pois promovem debates sobre os temas relevantes da educação sem se furtar de sua obrigação precípua de lutar pela qualidade e pela unidade do setor.

É certo que muito foi conquistado nesses 25 anos, mas também sei que muito mais será conquistado no próximo jubileu. Encerro ombreando esforços com todos aqueles que acreditam na educação como ferramenta essencial para o desenvolvimento da Nação.

Gustavo Monteiro Fagundes
Consultor Jurídico do Ilape

Parabéns à ABMES pelos 25 anos. A organização de todos os setores e atores envolvidos com a educação brasileira é fundamental para o fortalecimento do processo democrático e para o pleno desenvolvimento da cidadania, objetivo ainda distante em nosso horizonte. Estou feliz por poder comemorar como um dos milhares de colaboradores da ABMES, ainda que minha colaboração tenha sido pequena. Espero que possamos continuar o aperfeiçoamento do projeto de reforma universitária, trabalho importante que não pode ser interrompido.

João Claudio Todorov
Professor da Universidade Católica de Goiás e ex-reitor da Universidade de Brasília

A ABMES merece o respeito de todos os que se dedicam a um ensino superior à altura das pretensões de modernidade, crescimento e equilíbrio de nosso País, porque defende os interesses das IES particulares sem se limitar a interesses imediatistas e pontuais. Encontro nas iniciativas da ABMES, no âmbito dos estudos, das publicações, da adoção de políticas de apoio à pesquisa e à excelência no ensino, um empenho em responder aos interesses maiores da sociedade. Num ambiente dominado por uma mentalidade estatista e centralista, a ABMES é um importante fator na defesa da liberdade do ensino e da pesquisa.

José Augusto Guilhon Albuquerque
Professor titular aposentado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo

“Co-memorar” o tempo de serviços e a relevante contribuição da ABMES é um momento de alegria para todos os que estão nessa mesma trincheira de lutas, buscando contribuir para o aprimoramento das filiadas, que atendem à expressiva parcela dos universitários brasileiros. Lembrar juntos que esse desafio tem sido assumido pela iniciativa privada, mesmo diante de tantas dificuldades, quer pelas crises econômicas que atravessamos, quer pelas mudanças de cenários e pela sempre instável e confusa legislação. Os mantenedores da Universidade Iguazu se unem a todos os demais, para dizer “muito obrigado” a cada presidente e seus diretores, pelo trabalho, dedicação e competência.

Julio Cesar da Silva
Reitor da Universidade Iguazu

Meu primeiro contato com a ABMES data do final da década de 90, atuando no CNPq e retomando as atividades de professora de Ensino Superior – iniciadas na UFMG e interrompidas por ocasião de meu ingresso no MEC. Ao reassumir a docência na área de Políticas Educacionais, encontrei nas publicações e nos seminários da ABMES notícias importantes e material relevante, fundamentado e objetivo sobre temas atuais em Educação e, especialmente, vinculados à Educação Superior. Desde 2006, na Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (Funadesp), pude acompanhar a eficiente atuação da ABMES em duas outras vertentes – mobilização da comunidade das Instituições Particulares de Educação Superior em torno de assuntos/problemas básicos do setor e protagonismo junto aos Poderes Executivo e Legislativo na apresentação de propostas fundamentais para o segmento. Parabens a ABMES por sua trajetória de sucesso e desejo-lhe contínuo aprimoramento na articulação de diferentes formas de atuação em prol da Educação Superior não-estatal no Brasil.

Maria Lucia de Vilhena Garcia
Diretora Técnica da Fundação Nacional de Desenvolvimento
do Ensino Superior Particular (Funadesp)

Sentimo-nos gratificados pela oportunidade de contribuir na construção da identidade visual de uma entidade voltada para os interesses da educação universitária. Gostaríamos de testemunhar o modo receptivo e colaborativo que encontramos nas pessoas de Cecília Horta e Anna Maria Lida, que sempre nos prestigiaram com gentileza e profissionalismo, constituindo assim um motivo de estímulo. Lembramos que a adoção da identidade visual decorreu de um concurso público nacional. A idéia contida etimologicamente no termo mantenedora (manter, do latim *manutenere*, ter na mão) foi o ponto de partida para a solução gráfica. As “mãos” e o entrelaçamento delas gerou a idéia de colaboração. Condiz com a atitude e o caráter da instituição.

Marisa Cobbe Maass e Matheus Gorovitz
Professores da Universidade de Brasília, criadores da logomarca da ABMES

A atuação da ABMES, ao longo dos últimos 25 anos, constitui-se num dos fatores determinantes para o notável crescimento do sistema de ensino superior privado no Brasil, um dos mais pujantes em todo o mundo. Sempre liderando a iniciativa privada na educação brasileira, a presença marcante da ABMES na construção de um novo projeto para nosso País pode ser verificada na viabilização da nova Lei de Diretrizes e Bases, na promoção de amplo diálogo com os governos e com a sociedade e na defesa intransigente da qualidade como o principal marco regulatório da educação superior. Graças ao seu trabalho contínuo e perseverante e à sua ação política e estimuladora de novos empreendimentos, foi possível atender às crescentes e cada vez mais exigentes demandas de nossa sociedade, fazendo com que a iniciativa privada seja considerada hoje uma das grandes responsáveis pelo desenvolvimento nacional, à medida que vem cabendo a ela a responsabilidade pela formação de expressivos contingentes de profissionais, em todas as áreas de conhecimento, sempre habilitados ao competente exercício profissional e à prática da cidadania.

Paulo Alcântara Gomes
Reitor da Universidade Castelo Branco

O ensino superior no Brasil experimentou notável expansão nos últimos dez anos, graças à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sancionada no final de 1996, que abriu as portas para a sua modernização e diversificação acadêmica e institucional. Esse crescimento ocorreu com melhoria significativa em todos os indicadores de qualidade, o que se deve ao sistema de avaliação criado em 1995 e à transparência das informações para a sociedade. Sou testemunha privilegiada do papel decisivo que a ABMES cumpriu nesse processo, como legítima representante das mantenedoras das instituições particulares. Entretanto, os desafios em termos da expansão quantitativa do setor e, em especial, do aprimoramento de sua qualidade são ainda enormes. Todos esperam que a ABMES continue a contribuir para a nossa Educação, tal como o fez até hoje.

Paulo Renato Souza
Deputado Federal

Desejo manifestar meus cumprimentos pelos anos transcorridos e minha convicção de que uma entidade do perfil da ABMES cumpre uma missão importante.

Renato Janine Ribeiro
Diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Há dez anos que, trabalhando na Secretaria da Educação Superior (SESu/MEC), tenho contato com a ABMES e testemunhado o empenho e a preocupação constantes em acompanhar os debates mais importantes sobre educação superior, desde as diretrizes curriculares nacionais, até a discussão das diversas regulamentações sobre o ensino superior, nas áreas de avaliação, regulação e supervisão, como interlocutora legítima do ensino particular junto ao MEC. Cabe ressaltar as suas publicações sobre legislação, artigos especializados e o Prêmio Top Educacional Mário Palmério que demonstram o compromisso com a atualização e reflexão sobre busca de qualidade no ensino superior.

Rubens de Oliveira Martins
Coordenador-geral da Secretaria da Educação Superior (SESu/MEC)

É com grande satisfação que faço este depoimento à ABMES, que nestes 25 anos de existência, labuta pela melhoria da qualidade da educação brasileira. Tive o privilégio de participar de atividades promovidas pela ABMES, que em diversas ocasiões marcou o seu posicionamento em temas relevantes para a comunidade acadêmica. O seu papel contributivo para o aprimoramento das políticas educacionais junto às autoridades de nosso País é significativo, permitindo que os mantenedores das instituições privadas de educação superior ampliem cada vez mais o acesso à educação, com o compromisso por um ensino de qualidade. Particularmente, quero agradecer a parceria da ABMES com o Conselho Federal de Administração, que tive a honra de presidir nos últimos dez anos, quando tivemos a oportunidade de discutir, juntamente com a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (Angrad), o ensino de Administração em nosso País, que hoje possui mais de 700 mil alunos matriculados, sendo 91% somente em IES privadas. Obrigado ABMES. Parabéns ABMES.

Rui Otávio Bernardes de Andrade
Presidente do Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro,
Presidente da Organização Latino-Americana de Administração
e ex-Presidente do Conselho Federal de Administração





Contribuições da ABMES à discussão dos grandes temas educacionais



Introdução

Ao longo dos seus 25 anos, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) marcou a sua presença no cenário nacional por uma contribuição decisiva na discussão e encaminhamento de grandes temas pertinentes ao desenvolvimento da educação superior, com destaque para o papel do ensino superior particular. Teve o mérito de suscitar muitas questões, encaminhar proposições de políticas e programas em defesa das aspirações do setor, do respeito da livre iniciativa e do pluralismo educacional na sociedade brasileira. Soube articular as instituições, criar parcerias e mobilizar competências para estudar temas candentes, seja em momentos de crise e de ameaças ao ensino privado, seja em busca do entendimento, do convencimento para trabalhar a consolidação das instituições em estreita sintonia com as aspirações dos associados e os princípios que regem a convivência cívica e democrática. Isso foi possível, em grande medida pela competência e dedicação profissional de um grande número de colaboradores imbuídos da seriedade do trabalho desenvolvido pela ABMES. Com toda a certeza, foi esse esforço que lhe granjeou credibilidade e referência nacional, ao mesmo tempo em que permitiu lançar as bases e começar a edificação de um pensamento voltado para o fortalecimento e o contínuo aperfeiçoamento da educação superior privada no País.

Seria impossível no espaço desse memorial comemorativo descrever e avaliar, com precisão e abrangência, os significados e o alcance da produção intelectual, das reflexões e dos debates produzidos, tanto pela quantidade, quanto pela qualidade e relevância dos seus conteúdos. O fundamental é reconhecer que tem sido por meio da produção desse conhecimento e dos debates de grandes temas que a ABMES se consolidou como entidade representativa do ensino superior privado com os olhos voltados para os problemas do presente e os desafios do futuro.

Buscando propiciar uma visão geral, são apresentadas a seguir as principais contribuições agrupadas por grandes temas, com breves comentários sobre os aportes produzidos. Seguramente, eles permanecem atuais e portadores da perspectiva, assumida com acerto, de que é fundamental para o êxito da entidade investir na produção de conhecimentos e de reflexões fundamentais para descortinar horizontes, ampliar a integração e o reconhecimento do papel desempenhado pelo ensino superior particular para o sistema educacional e o desenvolvimento brasileiro.

Políticas de Educação Superior

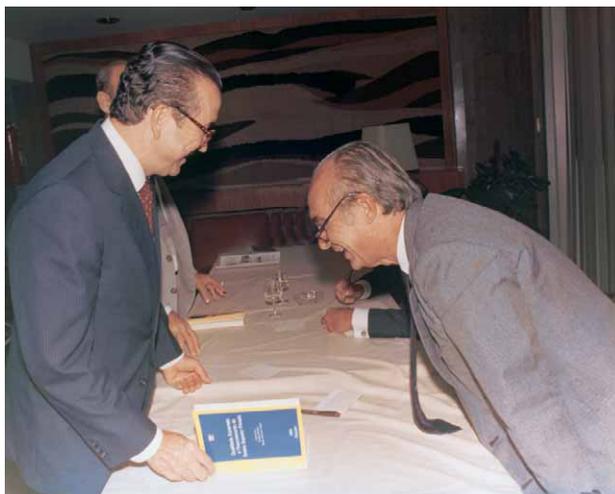
A atuação da ABMES, no cumprimento de sua missão institucional, haveria evidentemente de estar voltada para a temática que mais repercute na vida das suas entidades associadas: as políticas públicas para o setor de educação superior. Para tanto, durante toda a sua trajetória, procurou catalisar esforços e articular dirigentes e especialistas para refletir e debater sobre inúmeros temas como: legislação e medidas de regulação; programas e projetos governamentais; estruturas acadêmicas e de gestão; expansão, qualidade, avaliação, e muitos outros que, em diferentes momentos, suscitaram preocupações e/ou interesses dos mantenedores. Para situar o contexto dessas contribuições, vale um breve registro histórico dos principais momentos percorridos.

A ABMES surgiu da necessidade do segmento privado de educação superior se contrapor a um contexto de restrições que se impôs a partir dos anos 80. Após um período favorável e de estímulos governamentais à expansão do ensino superior privado, o setor começou a enfrentar um clima adverso. Medidas políticas e administrativas do governo, como, por exemplo, aquelas dirigidas para a drástica contenção de cursos e vagas, a copiosa e repressiva legislação reguladora das mensalidades escolares, assim como uma série de atos em cadeia do então Conselho Federal de Educação, contribuíram para dificultar o desenvolvimento das instituições de ensino superior (IES). Tudo isso agravado por uma conjuntura política, econômica e social conturbada e desfavorável em virtude da escalada da inflação, da recessão, da instabilidade da economia, do esgarçamento das desigualdades e do acirramento dos conflitos sociais.

Impunha-se, portanto, um esforço para congregar os mantenedores e dirigentes do ensino superior privado do País no sentido de articular os seus anseios e as suas lutas para uma atuação conjunta. Pouco mais de um ano da sua criação, a ABMES realizou, nos dias 9 e 11 de novembro de 1983, o seu "I Encontro Nacional", ocasião em que as manifestações, as análises e os debates proporcionaram as bases para a construção de um pensamento representativo dos mantenedores e agentes privados com vistas a fortalecer o papel e defender o espaço da educação superior particular no sistema educacional brasileiro. Tais fundamentos derivaram, sobretudo, das firmes convicções dos educadores privados quanto aos princípios da livre iniciativa que motivaram e alicerçaram a criação da entidade. Impunha-se a defesa da liberdade de pensamento e do pluralismo político, ideológico e confessional, em contraposição às políticas educacionais sustentadas pelo Estado militar/centralizador, e às proposições eivadas de totalitarismo que teimavam se impor durante o processo de redemocratização. Enquanto as primeiras privilegiaram um modelo unitário de organização do ensino de terceiro grau, as segundas propugnavam pelo "padrão único de universidade pública, democrática e gratuita". Todavia, a ABMES não surgiu apenas como uma associação corporativa de defesa do ensino de livre iniciativa. A própria temática do primeiro encontro foi uma expressão dos compromissos que assumia com relação aos grandes desafios da educação superior brasileira: "Qualidade, Expansão e Financiamento do Ensino Superior Privado" ocuparam a atenção dos participantes e deram o título à primeira publicação da Associação, livro que consolidou as exposições e os debates travados.



1º. Encontro Nacional da ABMES, em 1983



Lançamento da publicação “Qualidade, Expansão e Financiamento”, em 1984

Durante a primeira etapa da sua existência, delimitada pela gestão de Candido Mendes (1982/1993), a ABMES vivenciou um período de grande efervescência política com a ocorrência de alguns acontecimentos decisivos para a vida nacional. O final do regime militar de exceção, a crise inflacionária, a transição democrática e o processo constituinte. Foram fatos marcantes da história brasileira que contribuíram para o descortino de novos caminhos e horizontes para a Nação, os quais culminaram com a elaboração e promulgação da Carta Magna em 1988.

Durante a gestão de Édson Franco (1994/2004), considerada como uma segunda fase da vida institucional da ABMES, as contribuições para a discussão das políticas e grandes temas educacionais foram ampliadas e estruturadas com o fito de propugnar os ideais traçados das freqüentes investidas dos seus opositores, bem como de formular e encaminhar propostas de políticas de educação superior. Para esse fim, foram desenvolvidas diferentes iniciativas como estudos, seminários e publicações que tiveram um papel decisivo para a compreensão dos problemas e para o encaminhamento das proposições. Neste período, também ocorreram fatos relevantes, com destaque para as intensas e polarizadas discussões, notadamente no que respeita às relações “público x privado” e aos controles do Estado. Entre eles, destacam-se: a extinção do Conselho Federal de Educação (CFE), posteriormente substituído pelo Conselho Nacional de Educação (CNE); a elaboração, tramitação e promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE); a instalação dos processos avaliativos centrados no Exame Nacional de Cursos, o “Provão”; a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e do Programa Universidade para Todos (ProUni).

No período atual, sob a gestão do Professor Gabriel Mario Rodrigues, a ABMES continua investindo no fortalecimento da sua atuação política, fundamentada nas contribuições acadêmicas e no desencadeamento de novas iniciativas, principalmente no âmbito da comunicação e da mobilização como foi, por exemplo, a instituição do “Dia da Responsabilidade Social”. Sobressaíram, também, as discussões e os encaminhamentos aos órgãos governamentais de subsídios e termos de negociação em relação a grandes temas que incidiram na formulação das recentes políticas de

educação, com destaque para: o Projeto de Reforma Universitária, o ProUni e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

É importante sublinhar que, nesse meio quarto de século, a ABMES manteve-se fiel ao declarado compromisso de defender a livre iniciativa e os interesses e direitos das mantenedoras e mantidas, junto aos órgãos estatais, buscando estabelecer uma relação madura e independente, na convicção de que o princípio da liberdade de ensino é condição *sine qua non* da democracia. A partir desse pressuposto, a Associação construiu um processo pró-ativo de interlocução com o Estado e com os diversos agentes da sociedade civil interessados no desenvolvimento da educação superior. Isto significa que na condução das suas ações privilegiou o espírito público construtivo, descartando-se o comportamento passivo que estiola a inteligência e a liberdade, bem como as posturas de confrontos propensas à desconstrução e à obstrução dos canais de diálogo.

As contribuições relativas às políticas de educação superior tiveram como público-alvo a comunidade, os dirigentes de IES com os seus professores, estudantes e suas famílias que, de uma forma ou de outra, associados ou não, são clientes, beneficiários ou colaboradores do setor de ensino superior privado. Grande parte das contribuições nasceu de seminários, encontros e reuniões onde foram compartilhadas idéias, reflexões e experiências. Por tudo isso, pode-se afirmar que a ABMES se transformou em um fórum ímpar de debates que reúne quem tem o que ensinar e quem quer aprender; um estímulo para quem luta para vencer os desafios de uma organização de educação superior. Assim, a qualidade da atuação da ABMES é o reflexo dessas contribuições voltadas para o desenvolvimento do ensino superior particular.

Estado e Educação Superior

Estado e Educação Superior constitui certamente a temática que mereceu especial atenção pela ABMES por ser o referencial dos espaços e das formas de interlocução na definição das políticas públicas e, portanto, das condições para a construção dos caminhos de desenvolvimento do ensino superior particular. Vale lembrar que a Associação nasceu num momento de mudanças e de redefinição das relações do Estado com a sociedade: o final do regime militar, a Nova República e o processo Constituinte. Fazia-se mister uma articulação do setor de ensino superior particular para identificar e expressar os seus interesses, assegurar a sua participação e trazer à tona as posições consoantes à sua importância e ao seu papel histórico no contexto social do País.

Nesse sentido, a ABMES desencadeou várias iniciativas que resultaram em expressivas contribuições para discussão dessa temática. Muitas delas vitoriosas e que continuam emanando benefícios até os dias atuais, especialmente as inscritas na Constituição Federal. Já por ocasião do "I Encontro Nacional" da ABMES, quando se construiu um amplo diagnóstico da situação e das perspectivas do setor, a relação entre o Poder Público e a iniciativa privada no campo da educação foi intensamente debatida em busca da superação de estereótipos e do fortalecimento dos pontos de convergência. Ficou claro que a realização de um esforço conjunto não apenas seria desejável, mas necessário para responder aos desafios do desenvolvimento nacional. Para tanto, seria necessário vencer muitos obstáculos decorrentes da atuação centralizadora do Estado, de forma controladora e quase policial em detrimento da supervisão construtiva

e pedagógica; remover os entulhos normativos; e defender a diversidade em oposição ao o modelo unitário e padronizado de organização do ensino de terceiro grau.

Os primeiros fundamentos norteadores de um novo patamar do relacionamento entre o Estado e o ensino superior particular foram construídos, com clareza, na primeira edição da revista *Estudos*, que explicitou os principais pontos e princípios a serem defendidos, destacando-se:

- ◆ Defesa da democratização da educação não só pela garantia do direito à educação a todos os cidadãos, mas também da liberdade da oferta pela iniciativa privada, como atividade regulada e não como uma concessão;
- ◆ Entendimento da educação como responsabilidade do Estado, mas promovida com a colaboração da sociedade;
- ◆ Igualdade de tratamento por parte dos poderes públicos, sem discriminação e instabilidade normativa;
- ◆ Garantia do pluralismo democrático tanto no plano das idéias, credos religiosos, valores culturais e políticos, bem como de diversidade institucional com igualdade de tratamento.

A revista *Estudos* n. 2 recepcionou o documento “O ensino privado e o poder público” e aprofundou as questões relativas à inserção da educação privada numa sociedade democrática, enfatizando a distinção entre interesses públicos e interesses privados e a busca de uma gestão eficiente, inovadora e ética.

Acompanhamento das Políticas Públicas

No primeiro ano do governo da Nova República, a ABMES ofertou contribuição para a Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior, instituída em atendimento ao compromisso assumido pelo candidato eleito, Tancredo Neves. O documento registrado na revista *Estudos* n. 3 enfatizou, dentre outras questões, a regulação, o apoio e o pluralismo institucional.



Seminário “Muda Brasil”, em 1984



Seminário "Desafios da Educação no Século XXI: Integração Regional, Ciência e Tecnologia, em 1995

Nos encaminhamentos da Associação relativos às políticas públicas de educação superior predominou o princípio do diálogo. Buscou-se não só evitar o confronto público versus privado, como também viabilizar uma parceira legítima com o Estado, somando forças, dividindo tarefas, especializando funções e empolgando os diversos setores da educação, no esforço de levar a educação a todos, sem exceção.

Esta postura não significou em nenhum momento subserviência a governantes, mas respeito e firmeza de convicções. Assim foi por ocasião do processo constituinte, quando a ABMES postulou a inscrição de disposições consideradas essenciais para o setor privado na nova ordem jurídica do País. Muitas delas foram vitoriosas, a começar pelo reconhecimento da iniciativa privada que comparece no texto constitucional como um dos requisitos da realização do Estado Democrático. O direito de educar é assegurado, na sua plenitude, à área privada, conforme ficou consagrado pelos Artigos 206 e 209. Educação não é serviço público que depende de delegação do Estado. As conquistas inscritas no novo ordenamento constitucional não significariam, entretanto, imediata auto-aplicação. A tendência centralizadora e interventora do Estado permaneceria na legislação regulamentar, exigindo permanente luta e vigilância dos integrantes da ABMES.

Nesse sentido, os 25 anos transcorridos estão repletos de mobilizações, estudos e providências, com o objetivo de defender o setor e pressionar os governantes para que, no exercício das suas funções, assegurassem o cumprimento do papel constitucional do Estado como promotor da autêntica democratização do ensino, de forma a resguardar o direito do setor privado de participar do sistema educacional e garantir o acesso da população aos estudos por meio de incentivos como os programas de financiamento, de crédito educativo e de bolsas de estudos.

Essa trajetória é marcada pela contínua presença da ABMES no acompanhamento das intervenções feitas pelo Estado na educação superior, por meio de leis, decretos, medidas provisórias, resoluções e portarias, muitas das quais com inevitáveis restrições para a iniciativa privada. Em diversas oportunidades, nos âmbitos governamentais e não governamentais, a entidade se fez ouvir buscando sempre propor alternativas, muitas vezes com sucesso, para alterar o entulho legislativo que oprime o setor de ensino superior particular.

É importante destacar que essa atuação da entidade não se limitou às ações defensivas de caráter corporativo, porquanto tiveram também objetivos contributivos e pró-ativos. Mencione-se, por exemplo, a sua atuação em colaboração com as Comissões de Educação da Câmara Federal e do Senado, para estudar um marco regulatório para o ensino superior particular, tendo em vista a necessidade de estabelecer um arcabouço legal capaz de ordenar volumosa regulamentação vigente, cheia de superposições e conflitos que asfixiam o ensino privado.

Outra contribuição de grande relevância foi o conjunto de proposições que resultou do “Ciclo de Debates sobre Políticas Públicas de Educação Superior”, ocorrido no período de 3 de abril a 5 de junho de 2002, em Brasília, e que foram encaminhadas como subsídios aos candidatos à presidência da República. Tais proposições envolveram as seguintes grandes linhas temáticas: a) legislação, autonomia e regulação; b) expansão, financiamento e equidade; c) avaliação, gestão e qualidade; e d) pós-graduação e pesquisa.

Nessa mesma linha, merece ser ressaltada o aporte feito pela ABMES no encaminhamento das discussões sobre avaliação e qualidade da educação superior. Esse tema tem merecido um tratamento especial porque diz respeito a um dos grandes desafios do setor privado e uma das razões motivadoras da criação da entidade. “A ABMES nasceu com um espírito. Hoje necessita readaptar-se e ter seu novo espaço e caminhar para a avaliação de qualidade”. (Ata da Assembléia Geral Extraordinária da ABMES realizada a 6 de novembro de 1991). Neste sentido, a ABMES foi pioneira, antecipando-se ao próprio Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (Pauib), quando desenvolveu estudos visando a avaliar e a promover a melhoria a qualidade do ensino superior.

A Reforma Universitária

Com a intenção de colaborar nas discussões e na elaboração das propostas de reforma da educação superior desencadeadas pelo governo nas gestões dos Ministros Cristovam Buarque, Tarso Genro e Fernando Haddad, a ABMES, juntamente com as entidades que formaram o “Fórum da Livre Iniciativa da Educação”, promoveu



Seminário “Legislação do Ensino Superior em 1999: uma Visão Crítica”, em 2000



Seminário “Institucionalização da Pesquisa nas IES Particulares”, em 2000

intenso trabalho gerador de inúmeras considerações e recomendações ao “Anteprojeto de Reforma da Educação Superior”.

Prevaleceu o entendimento de que uma verdadeira reforma deveria ser sistêmica, englobando a educação básica e outras importantes questões da atualidade como a introdução crescente de novas tecnologias da comunicação e informação na oferta do ensino; a formação tecnológica; a educação continuada e a distância; o financiamento da pesquisa e da pós-graduação e o apoio ao estudante.

Assim, especificamente com relação ao Projeto de Reforma da Educação Superior (PL7/2006), a ABMES procurou demonstrar que o mesmo não atende aos requerimentos da sociedade brasileira para vencer os atuais desafios da educação superior, razão pela qual a proposta necessita de revisão para eliminar impropriedades e equívocos, com destaque para os pontos que transgridem princípios constitucionais; as restrições à autonomia universitária; as incongruências relativas à avaliação da qualidade do ensino e as omissões sobre outros pontos relevantes, como o da pertinência social da educação superior e o do seu comprometimento com a inovação, a criatividade e a competitividade tecnológica e econômica do País. A ABMES também ressaltou que o Projeto revela um caráter intervencionista que não se coaduna com a atual realidade brasileira.

O Programa Universidade para Todos

Em março de 2004, o Governo Federal propôs um projeto de inclusão social, denominado Programa Universidade para Todos (ProUni), por meio do qual, em troca da isenção de tributos federais, as entidades mantenedoras de instituições de ensino superior, nas suas diversas naturezas jurídicas, pudessem oferecer bolsas de estudo aos estudantes de graduação.

Do projeto inicial à Medida Provisória que instituiu o Programa, houve uma intensa negociação que muito contribuiu para o amadurecimento da parte do próprio Governo e da sociedade para um novo patamar de entendimento e de relacionamento entre o Poder Público e o segmento das instituições de ensino superior privado. Inúmeras reuniões, seminários e estudos foram realizados

por parte de instituições representativas. As entidades, de forma democrática, demonstraram que o Programa continha uma série de equívocos e ilegalidades que precisavam ser corrigidos, sem desconsiderar, no entanto, os aspectos positivos e inovadores da iniciativa governamental.

Para tanto, foi decisiva a participação da ABMES nas discussões, na edição e na regulamentação das normas referentes à proposta final do ProUni. A ABMES logrou estabelecer com o governo, por meio de sua participação em audiências públicas e mediante apresentação das suas propostas, um profícuo debate que resultou no aperfeiçoamento e na adequação do projeto à realidade das IES privadas, sem prejudicar o interesse público e sem alterar os aspectos positivos e inovadores do ProUni.

Pode-se afirmar que a promulgação da Lei n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005, constituiu um grande avanço de cooperação. Em sentido lato, representou, no âmbito da área educacional, uma aplicação dos princípios gerais concebidos para a parceria público-privada, com proveito mútuo e inequívocos benefícios sociais, como os almejados pelo ProUni.

Plano de Desenvolvimento da Educação

Diante do anúncio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) feito pelo governo em março de 2007, a ABMES ofereceu uma contribuição crítica e pró-ativa, visando ao seu aperfeiçoamento. Para tanto promoveu o Seminário “Educação como desafio para o desenvolvimento: proposições do setor privado”, com o objetivo de identificar subsídios ao referido plano.

Assim, a par do reconhecimento dos seus aspectos positivos, foram formuladas e apresentadas várias proposições que integraram o documento *Políticas para a Educação Superior: propostas do setor privado*. Tendo em vista a situação crítica em que se encontra a escola pública, principalmente no âmbito do ensino fundamental é médio, o documento enumerou um conjunto de medidas e de providências a começar pela garantia dos recursos para a educação e a superação dos baixos índices de qualidade.



Seminário sobre formação de professores, em 2000

As sugestões foram detalhadas nos seguintes tópicos: a) Pacto Nacional pela Educação; b) Colaboração federativa; c) Aliança com a sociedade civil; d) Necessidade de marcos jurídicos apropriados; e) Integração entre os níveis de ensino; f) Necessidade de ação coordenada; g) Adequação da estrutura organizacional do MEC; h) Juventude e violência; i) O risco da padronização; j) Cumprimento do Plano Nacional de Educação; k) A questão crucial do financiamento; l) Participação do setor privado; m) Encontro de gerações; n) Compromisso pró-alfabetização; o) Instituição do "Adote uma escola"; p) Mobilização pró-creche; q) Pesquisas para o desenvolvimento da educação; r) Criação de unidades de ensino médio profissionalizante; s) Criação de um prêmio educacional para os municípios de melhor desempenho.

Legislação da Educação Superior

Considerando a legislação como o instrumento principal de definição das políticas educacionais e de ordenamento da organização e funcionamento do sistema de educação superior, a ABMES sempre manteve esse tema na sua agenda. Ademais, os dispositivos legais editados pelo Poder Executivo, além da sua dimensão desmesurada, conhecida como "legismania", mais se caracterizaram pelas sanções punitivas e pelo elevado grau de coercitividade do que por um conjunto de normas harmônicas e estimuladoras da criatividade, da liberdade e da cooperação.

A atuação da ABMES no que se refere à legislação tem sido, portanto, muito intensa, com o objetivo de promover o seu aprimoramento e, de forma especial, contribuir para que as instituições associadas possam cumprir as suas missões dentro dos parâmetros da legalidade – condição fundamental da democracia. Como principais alvos e usuárias das normas no campo da educação superior, as IES e as suas mantenedoras precisavam estar preparadas e bem informadas para exercer uma postura crítica em relação aos limites e à funcionalidade das matérias normativas, dado o papel estratégico, condicionante e pragmático que desempenham sobre toda atividade educativa. Com esse enfoque atento à produção das normas legais, à sua dinâmica de operar contínuas mudanças, muitas vezes, ao sabor instável dos governantes, a ABMES pautou a sua atuação com autonomia, rigor científico e embasamento jurídico, essenciais à sustentação política dos legítimos anseios do setor e ao pleno desenvolvimento dos projetos educacionais das instituições.

Direito Educacional

Assim como em todo relacionamento humano, a prática educativa é pautada pelo Direito. Está submetida às regras de conduta, sem as quais seria impossível a convivência democrática e social na realização de uma atividade fundamental na formação dos cidadãos. Como o Direito, a produção das normas está sempre a serviço do poder e dos governos e, no caso de sistemas eminentemente centralizadores como o brasileiro, há uma tendência de hipertrofia da função normativa, gerando intensa e profícua atividade legislativa de controle. Quanto maior o caráter intervencionista do Estado, maior a inflação legislativa.

Mas, além de fixar princípios e regras gerais, a legislação estabelece competências, operações, processos e procedimentos, delimita o papel das mantenedoras e regula, por meio de leis, decretos e portarias, os mais diversos processos como



Manual de avaliação das condições de ensino, em 2002

o credenciamento e o recredenciamento de universidades, a autorização de cursos, a criação dos centros universitários, a avaliação, a educação a distância, os cursos sequenciais, os cursos fora de sede, o catálogo de condições de oferta, a pesquisa, a pós-graduação, a carga horária, os currículos, os diplomas, a produção intelectual. Além disso, as normas já existentes estão sujeitas a mudanças que precisam ser administradas por meio de novas normas. A tudo isso, somaram-se as Medidas Provisórias, uma distorção constitucional, pela qual são produzidas alterações normativas de forma intempestiva e ininterrupta.

Para se organizar um sistema, corrigir os desvios e extinguir regras obsoletas há que se produzir uma nova ordem, ou seja, outra disposição normativa.

Assim, em matéria de Direito Educacional, a luta da ABMES tem sido a de assegurar que esse processo se atenha aos limites estabelecidos pela Constituição que afirma no seu Art. 209:

- O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:
- I — cumprimento das **normas gerais** da educação nacional...e,
- II — autorização e **avaliação de qualidade** pelo Poder Público (gn);

Diante da multiplicidade e da transitoriedade das normas, quase sempre mutáveis e contingenciais, a ABMES promoveu inúmeras ações visando a assegurar a correta interpretação e aplicação das mesmas à luz dos princípios e valores que orientam a atividade educacional, expressos nos artigos 205 e 206 da Constituição Federal, bem como de defesa das liberdades e prerrogativas que a própria LDB conferiu às IES.

Como pré-requisito para cumprir esta incumbência, a ABMES empenhou-se para disponibilizar aos mantenedores associados informações atualizadas e organizadas sobre a legislação. Assim, nasceu a publicação: *Ensino Superior: Legislação Atualizada*, em 1997. Dois anos depois, foi feita uma consolidação das normas incluindo outros importantes atos normativos, editados antes de 1997, como é o caso da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esse trabalho que se mantém até os dias atuais, demonstra a preocupação da Associação não apenas em coletar as normas, mas também em identificar e entender os princípios que fundamentaram a proposição e a consequente elaboração das mesmas, visando a subsidiar as instituições de ensino no seu trabalho acadêmico.



Mesa redonda "Mantenedoras e mantidas - duas entidades e dois esquemas de gestão", em 2002

A coletânea anual *Ensino Superior: Legislação Atualizada* tornou-se valioso referencial normativo para as instituições de ensino superior, órgãos oficiais, dirigentes, professores, pesquisadores e cidadãos envolvidos com a educação brasileira.

Além da informação atualizada, a ABMES tem oferecido subsídios para a formulação de normas regulamentadoras, buscando assegurar a coerência das mesmas com os ditames constitucionais e as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pois a participação democrática dos atores envolvidos na definição dessas normas é, certamente, o caminho mais adequado ao permanente e desejável diálogo entre o governo e as instituições.

Nesse sentido, a Associação buscou estabelecer, desde a sua criação, canais de interação com diversos órgãos governamentais tais como a Secretaria da Educação Superior (SESu/MEC); o Conselho Nacional de Educação (CNE); o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep); a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); as Comissões de Educação do Congresso Nacional; as Comissões Técnicas da SESu; o Fundo de Apoio ao Estudante (Fies) e vários outros, com o intuito de acompanhar e buscar o aprimoramento da legislação.

Algumas contribuições, dentre as inúmeras apresentadas ao longo desses 25 anos, merecem ser mencionadas:

- ◆ Representação junto à Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior, no governo José Sarney. Os subsídios da ABMES foram documentados na revista *Estudos* n. 3;
- ◆ Participação nos processos de discussão da Constituinte que resultaram na promulgação da Constituição de 1988. Uma análise sobre as novas perspectivas da Carta Magna para o ensino particular consta da revista *Estudos* n. 10;
- ◆ Acompanhamento e apresentação de subsídios à elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e na elaboração dos planos de governo Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. A LDB foi matéria da revista

Estudos n. 17, dezembro de 1996 e também examinada na revista *Estudos* n° 19, junho de 1997 que discutiu o Decreto n.º 2.207/1997;

- ◆ Contribuição efetiva à edição do Decreto n.º 2.306/1997 (que alterou o Decreto n.º 2.207/1997), tendo em vista as sugestões elaboradas pela ABMES;
- ◆ Apresentação de propostas de alterações às Medidas Provisórias das mensalidades escolares;
- ◆ Encaminhamento de propostas ao Conselho Nacional de Educação e à SESu/MEC sobre as diretrizes curriculares para os cursos de graduação em diversas áreas, bem como de sugestões de alterações no regime de trabalho do corpo docente, visando a torná-lo mais compatível com a realidade das IES. Edições da revista *Estudos* n. 22, abril de 1998 e *Estudos* n. 25, agosto 1999, bem como a recente publicação *Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação*, novembro de 2007, de autoria de Celso da Costa Frauches e Shirley Nunes Frauches, trazem completas informações sobre a matéria;
- ◆ Encaminhamento de pedido de modificações supressivas ao Decreto n.º 3.276/1999 que impedia a oferta dos cursos de Pedagogia de formação de professores para as séries iniciais do primeiro grau;
- ◆ Encaminhamento do pedido de revisão da Portaria n.º 482/2000 referente aos cursos seqüenciais, cujos dispositivos apresentam choques evidentes com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Resolução CES-CNE n.º 1/1999;
- ◆ Encaminhamento à SESu/MEC de sugestões de diretrizes para o processo de avaliação externa com vistas ao recredenciamento das instituições de ensino superior. Essa temática foi examinada com profundidade e documentada pela revista *Estudos* n. 23, novembro de 1998;
- ◆ Participação (representação) nos grupos de trabalho referentes às ações do Ministério da Educação para normatização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem,) e do Fundo de Apoio ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e Sied-SUP;



Seminário "Avaliação de ensino", em 2002



- ◆ Realização, em 14 de fevereiro de 2000, do painel: “Legislação do ensino superior em 1999: uma visão crítica” que discutiu o papel do Estado na edição de normas legais bem como de suas conseqüências para a vida das instituições de ensino superior;
- ◆ Promoção de um seminário no dia 8 de agosto de 2001, em Brasília para examinar o conteúdo e as implicações do polêmico Decreto n.º 3.860/01;
- ◆ Realização, em março de 2003, do Seminário “O novo Código Civil e suas implicações nas entidades mantenedoras”. A matéria foi documentada pela revista *Estudos* n. 31, junho de 2003;
- ◆ Realização de dois seminários em 2005 sobre o “Marco regulatório do ensino superior particular”, que discutiu a necessidade de um ordenamento consolidado da legislação para o ensino superior particular. Entre outras contribuições sobre o tema, *ABMES Cadernos* 10 publicou um texto de Cláudio de Moura Castro;
- ◆ A questão legal das relações entre mantenedoras e mantidas foi assunto enfocado pela revista *Estudos* n. 32, outubro de 2003;
- ◆ O “Anteprojeto de Lei da Educação Superior” é amplamente discutido na revista *Estudos* n. 35, novembro de 2005.

Organização e Gestão da Educação Superior

A gestão constitui o principal eixo de sustentação para as organizações de ensino superior particular, visando o seu funcionamento com eficiência e qualidade. Por essa razão, apoiar e sensibilizar as IES para promoverem uma gestão inovadora – pautada na competência, na liderança, na flexibilidade, na contextualização permanente, na capacidade de produzir e administrar as transformações do mundo atual – tem sido uma atividade destacada da ABMES.

Entre as várias dezenas de iniciativas realizadas, destacam-se:

- ◆ Discussão sobre o regime econômico na iniciativa educacional privada foi o tema do seminário sobre “Rumos emergentes da educação superior”, realizado em novembro de 1988; A sucessão na empresa familiar, envolvendo questões legais, gerenciais, fiscais e tributárias, foi a temática examinada em dois seminários realizados em julho e outubro de 1993 e, posteriormente, em novembro de 1999; por sua vez, a criação e gerenciamento de mantenedoras e mantidas foi o tema de uma mesa-redonda em setembro de 2002;
- ◆ Diversos eventos proporcionaram a disseminação de informações e a discussão dos aspectos administrativos pertinentes na organização e funcionamento das universidades, centros universitários e instituições não-universitárias, como os ocorridos em agosto de 1997 e em setembro de 1999;
- ◆ Problemas e desafios do financiamento e da manutenção do ensino superior privado sempre preocuparam os mantenedores em decorrência de inúmeros fatores conjunturais adversos. Por essa razão, a ABMES esteve sempre atenta



Seminário sobre a proposta de avaliação do MEC, em 2003

na busca de soluções e de alternativas, mediante a realização de análises, pesquisas e seminários. A questão dos “desequilíbrios na procura ao ensino superior” foi objeto de um fórum de debates em abril de 1992; como financiar programas e projetos e as novas estratégias de marketing foram discutidas em 1999; um curso sobre gestão, planejamento, orçamento, acompanhamento e avaliação de IES, foi realizado em maio de 2003. Uma mesa redonda sobre financiamento estudantil ocorreu em abril de 2003, com o objetivo de orientar as práticas de gestão e financiamento das IES privadas;

- ◆ O mesmo se aplica em relação ao planejamento, como a discussão e a elaboração de “Planos de Desenvolvimento nas IES”, tema da reunião entre dirigentes e professores das instituições de ensino superior particular, realizada em abril de 2000; a utilização do “Projeto de Desenvolvimento Institucional” (PDI) como instrumento orientador da gestão e da avaliação das IES, foi examinada com os órgãos governamentais, em reunião realizada em janeiro de 2002;
- ◆ Ainda no que se refere à gestão, foi promovido em 2001 o curso “Universidade permanente” para a atualização de dirigentes e gestores das instituições de ensino superior associadas. Por sua vez, as implicações da atual política de educação superior para a gestão, desenvolvimento e o financiamento das instituições privadas de ensino superior foi o tema do seminário realizado em setembro de 2003.
- ◆ Inúmeros outros seminários promovidos pela ABMES, numa prática quase mensal, discutiu relevantes temas, tais como: “Elementos mercadológicos e competitivos na gestão de instituições de ensino”; “A sustentabilidade e captação de recursos na educação superior no Brasil”; “As novas estratégias de gestão”; “A análise de cenários, tendências e perspectivas do ensino superior privado no Brasil”; “A educação corporativa como prática educacional inovadora”; “A Internacionalização da Educação Superior”.

A temática da gestão e organização das IES particulares foi também objeto de várias edições da revista *Estudos*. Em seu n. 14, por exemplo, foram reunidos textos sobre: a) relação mantenedora e mantida; b) a autonomia e gestão; c) o projeto institucional na busca de novos espaços e aliados para as IES: escola e comunidade, escola e empresa.

As questões relativas à construção do projeto institucional e os desafios das IES com referência à gestão e à avaliação foram temas abordados pela revista *Estudos* n. 24, junho de 1999. Por sua vez, a organização do ensino superior sob o aspecto da qualidade dos cursos e das instituições constituiu matéria de *Estudos* n. 29, julho de 2001 e as novas estratégias de gestão do setor privado foram reportadas pela revista *Estudos* n. 37, agosto de 2007. Entre as edições do *ABMES Cadernos*, encontram-se diversos trabalhos relacionados à gestão que foram agraciados com o Prêmio Top Educacional Professor Mario Palmério. Deve ser destacado também o trabalho “Funções do coordenador do curso” de autoria de Édson Franco publicado pelo *ABMES Cadernos* n. 8, maio de 2002, o qual constitui um verdadeiro guia de gestão acadêmica.

Assim, graças à credibilidade e seriedade conquistadas, a ABMES desempenhou um papel muito importante. De um lado, buscou priorizar a missão pedagógica das IES e de outro, envidou esforços para evitar a competição predatória portadora de graves prejuízos para as instituições e para o setor de ensino superior privado, como um todo. Foi dentro dessa filosofia que se devolveram as atividades da ABMES no plano das questões acadêmicas, com destaque para: a) estudos e pesquisas sobre temas de interesse das IES; b) cursos, seminários e simpósios; c) criação da ABMES Editora, cujos títulos viabilizaram a disseminação de informações e conhecimentos junto aos principais segmentos constitutivos do setor privado. Tais ações sempre contaram com a valiosa colaboração de renomados representantes da comunidade acadêmica e dos órgãos governamentais.

Expansão e democratização do acesso

Após a fase da expansão das universidades estatais, quando vultosos investimentos e empréstimos internacionais (Bird e Leste Europeu) foram destinados aos majestosos *campi* universitários, o País passou a enfrentar uma verdadeira recessão na oferta de educação superior. No sistema de ensino superior público, ocorreu até mesmo uma retração. Em contrapartida, ampliavam-se as legítimas aspirações de milhares de indivíduos que procuravam acesso à universidade, todos anos, não necessariamente atraídos pela capacitação científica, cultural e artística, mas em função dos seus interesses concretos com o intento de melhorar as suas condições de vida, de empregabilidade, de crescimento profissional e de ascensão social. Uma demanda que o modelo único de educação universitária imposto pela reforma de 1968 mostrou-se incapaz de atender. Impunha-se, na verdade, uma expansão da educação superior em sintonia com as aspirações dos jovens, ou seja, uma oferta de ensino mais orientado para a formação profissionalizante e com disciplinas mais práticas. Entretanto, a oferta desse ensino pelo sistema estatal era obstada pela crise fiscal, pelo aviltamento orçamentário das IES públicas, pela baixa eficiência das suas estruturas e, também, pelas resistências internas para responder mais prontamente aos desafios e demandas do mercado. Assim, apesar das pressões sociais, o Brasil continuava com uma das mais baixas taxas de escolarização superior da América Latina, além de apresentar uma estrutura de ensino concentrada e desigual, tanto regional como setorialmente.

Somente o setor privado seria capaz de enfrentar esse quadro desalentador, apesar dos inúmeros obstáculos. Além do constante tolhimento das medidas governamentais de controle e de contenção, outros fatores restringiam severamente o processo



Seminário "O Novo Código Civil", em 2003

de expansão. A crise e a estagnação econômica da década de 1980 limitavam a capacidade de investimento dos mantenedores. Por sua vez, o declínio do poder de compra da população reprimia a demanda e o limitado fluxo de concluintes do ensino médio constituía, certamente, um grande gargalo de contenção. Tudo isso era agravado pelos conflitos das mensalidades em decorrência da escala da inflação e dos congelamentos de preços e outras intervenções impostas pelos governos.

Hoje, quando se examina a educação universitária oferecida pelo setor privado, verifica-se que são inquestionáveis os seus indicadores positivos, com destaque para a expressiva cobertura das matrículas e a conseqüente elevação do nível de escolarização da população – sobretudo a residente no interior e a excluída do acesso à universidade pública gratuita. O ensino de graduação é hoje a função social mais relevante realizada pelo setor privado. Até poucas décadas, a educação universitária era privilégio de uma pequena elite brasileira que podia ter acesso à universidade pública e gratuita. O setor privado foi o grande responsável pela democratização desse direito educacional e desse bem cultural. E esse mérito, inquestionavelmente, deve ser atribuído também e de forma significativa à atuação da ABMES e às suas contribuições em termos de estudos, análises, discussões e proposições junto às estâncias governamentais e principalmente na mobilização do próprio segmento privado. De fato, desde a sua criação, essa temática esteve presente nas suas preocupações, seja no sentido de superar obstáculos ou de criar condições favoráveis, buscando a flexibilização necessária para atender à variedade de vocações regionais e assegurar os meios de financiamento e de sustentabilidade, seja pela busca da convergência e complementaridade com as ações do Poder Público.

Essa foi a tônica do "I Encontro Nacional" da entidade e que permaneceu até os dias atuais. Uma atuação que contribuiu decisivamente para consolidar o reconhecimento de que não há perspectiva para o ensino superior brasileiro sem a participação significativa da iniciativa privada.

O tema da expansão foi abordado exaustivamente em diversas ocasiões conforme matérias constantes da revista *Estudos* (especialmente nas edições n. 15, julho de 1996 e n. 21, outubro de 1997) que examinaram os seus diversos aspectos e fatores limitantes, como: a) legais (imposição do critério da necessidade social); b) sociais

(pobreza, desigualdades); c) econômicos (capacidade de investimento, distorções de mercado); d) demográficos (requerimentos de demanda qualificada); e e) conjunturais (instabilidade política e econômica).

Registre-se que nessa luta, a ABMES buscou contemplar a superação das dificuldades de todos os segmentos do setor – IES filantrópicas, comunitárias e particulares em sentido estrito. Assim, por exemplo, tratou desde a questão da filantropia¹, alvo de constantes questionamentos pelo Poder Público Federal, até à reversão de tabus contrários ao lucro alcançada principalmente pela inserção, na Lei n.º 9.870 de 23 de novembro de 1999, da possibilidade de aplicação da figura de “entidade com fins lucrativos” às pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições de ensino superior.

Avaliação e o desafio da qualidade

Ao lado das conquistas que levaram o setor privado a assumir inquestionável liderança, sob o aspecto quantitativo, no ensino de graduação em quase todas as áreas, regiões e modalidades de ensino, a ABMES manteve-se atenta para o desafio da qualidade. Mais do que desfazer o mito de que a expansão privada implicava a oferta de um ensino de padrão inferior, a entidade cuidou de incorporar nas suas ações as idéias e mandamentos constitucionais da “avaliação como garantia da qualidade”. Sobretudo, porque a educação, em todos os seus níveis e modalidades, é instrumento para alcance dos objetivos fundamentais e mais amplos, expressos no art. 3.º, da Carta Magna (a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a garantia do desenvolvimento nacional; a redução de desigualdades sociais; a promoção do bem de todos), razão pela qual a educação é tratada como bem jurídico, atribuindo-se ao Estado² e à sociedade a tarefa de oferecê-la com qualidade.

Evidentemente, essa caminhada foi permeada por muitas dificuldades e objeções, com destaque para aquelas oriundas das visões ideológicas opostas à participação da livre iniciativa na oferta da educação. Muitas vezes, tal postura foi geradora de percepções distorcidas e preconceituosas que influenciaram a burocracia do Estado e a própria mídia. A classificação de IES em níveis inferiores com base nos resultados do “Provão”, em decorrência de critérios e comparações tendenciosas ou por força do *background* do alunado, contribuiu para reforçar os argumentos negativos e contrários à educação privada.

A ABMES, consciente da sua responsabilidade como porta-voz das entidades associadas e do comprometimento das mesmas com o processo educacional, buscou estimular a reflexão, a discussão, a elaboração e a disseminação de estudos e análises

1 Atente-se, por exemplo, ao posicionamento crítico em relação à Lei n.º 9.732/1998 que, no campo previdenciário, impôs significativos ônus para as IES sem finalidade lucrativa, especialmente as confessionais.

2 Apesar de a Constituição Federal exigir garantia de padrão de qualidade de ensino e da LDB buscar o cumprimento dessa exigência, por via da criação de mecanismos de controles estatais periódicos, sua regulamentação pelo governo federal, de forma atabalhoada, inconsistente e descontínua, tem obstado o alcance do mandato constitucional, com graves prejuízos para as instituições de ensino, para os alunos, para a sociedade e para o País.



Encontro sobre internacionalização do ensino, em 2003

para subsidiar o desenvolvimento das instituições de ensino superior particular, especialmente no sentido de elevar os padrões qualitativos e de potencializar a capacidade de inovação do ensino superior particular. Por isso, a questão da avaliação visando à melhoria da qualidade e à elevação do desempenho gerencial das IES particulares foi sempre tratada com a maior relevância, inclusive por envolver aspectos polêmicos, pois é o julgamento da qualidade que dá o suporte para as ações de regulação pelo Poder Público. Por outro lado, constitui também o referencial para o cumprimento da sua responsabilização com o social e com o gerenciamento eficiente do processo educativo.

Bem antes dos programas governamentais de avaliação implementados pelo governo FHC e reformulados pelo governo Lula, a ABMES já ostentava uma forte atuação no campo da avaliação.

Entre outras ações concretas estão aquelas de assessoramento às IES na área de avaliação (auto-avaliação e avaliação externa). Assim, a Associação contribuiu, de forma expressiva, para o estabelecimento de indicadores de qualidade, visando à qualificação do corpo docente e técnico das instituições de ensino superior particular e à preparação delas para o processo de credenciamento.

Uma iniciativa pioneira, apesar de não ter prosperado como almejado, foi a criação, em 1991, do Instituto Brasileiro de Qualidade do Ensino Superior (Ibqes), "visando a avaliar e a promover a melhoria da qualidade do ensino superior privado". A proposta foi objeto de uma experiência-piloto, quando o IBQES promoveu a avaliação de dez instituições de ensino superior particular que se apresentaram voluntariamente. Como conseqüências dessa avaliação foram definidos dois eixos para o papel da ABMES. Em primeiro lugar, competiria à ABMES ser uma "instância orientadora e subsidiadora do processo de avaliação", mas não uma "instância avaliadora" das instituições associadas. Em segundo lugar, a ABMES deveria consolidar-se como um espaço catalisador de todas as discussões sobre o ensino superior, e não só da avaliação, por meio da realização de encontros, seminários, reuniões, estudos sobre temas e questões de interesse do segmento privado.

Dentro dessa compreensão, cogitou-se, como alternativa para o desenvolvimento das atividades de avaliação, a criação de uma espécie de “Capes Privada”, idéia que produziria frutos e que evoluiria mais tarde para a criação, em 18 de junho de 1998, da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (Funadesp). Além de promover a certificação das instituições de ensino superior particular, mediante a atribuição de um selo de qualidade, essa fundação deveria também cuidar da qualificação da gestão acadêmica e conceder de bolsas de fomento à pesquisa, à extensão, à institucionalização da pós-graduação e à capacitação dos quadros docentes.

É importante ressaltar, entretanto, que ABMES nunca se afastou da temática da avaliação. Não é por outra razão que é o termo que aparece com a maior frequência nas reuniões, nos discursos, nos textos e nas publicações da Associação, cuja posição foi sempre contributiva às iniciativas do Poder Público Federal, acompanhando, criticando ou aplaudindo as ações empreendidas pelo Ministério da Educação.

Obviamente que a avaliação da qualidade no âmbito da educação superior haveria de merecer grande atenção por parte da ABMES, em especial no sentido de assegurar que a função constitucional atribuída ao governo (Artigo 209) pudesse ser realizada com isenção e de forma harmônica com os princípios pedagógicos e do direito que regem o processo educativo. Em outros termos, isso significava estar alerta para que essas normas gerais e operacionais não viessem contrariar a Constituição e para que a avaliação de qualidade não se caracterizasse por uma sistemática valorativa, com base em apreciações subjetivas, ao invés de medidas objetivas, obtidas por processos transparentes e resultados publicamente comprovados.

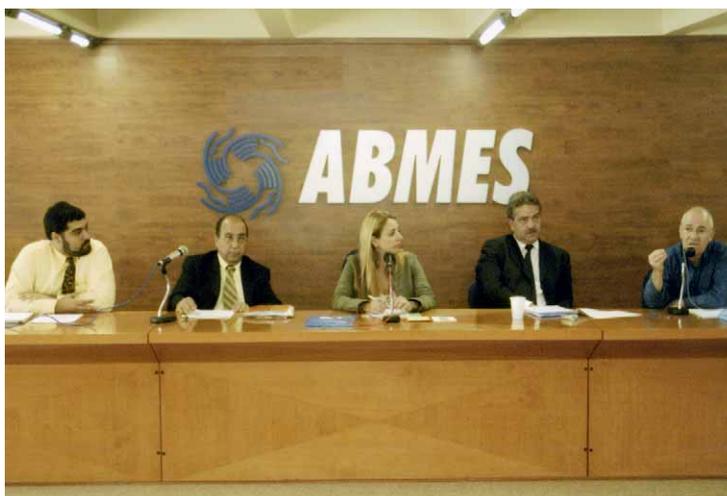
Muitos embates então ocorreram, sempre que os procedimentos adotados eram inconsistentes, sem clareza nos seus objetivos ou contrariavam princípios da liberdade e da autonomia que regem a missão pedagógica das instituições de ensino superior particular.

A atuação da ABMES, por exemplo, foi destacada quando se implantou o Exame Nacional de Cursos (ENC), o Provão, que inicialmente operou como um instrumento de ranqueamento das instituições de ensino superior, cuja utilização pela mídia, mais acarretou prejuízos do que benefícios para a melhoria da qualidade³.

Outro instrumento que suscitou muitos questionamentos pela ABMES foi o das Comissões de Especialistas incumbidas da importante e imprescindível tarefa de realizar a avaliação das condições de oferta dos cursos superiores e a avaliação das instituições, visando ao credenciamento ou descredenciamento. Frequentemente, não eram constituídas de forma plural e atuavam com parâmetros não condizentes nos métodos e objetivos.

A adoção de um mesmo parâmetro para “qualificar” realidades diferentes ou de dois pesos e duas medidas para objetos iguais tem sido uma das principais incongruências

3 O fato de os concluintes não terem anotado em seus históricos escolares os resultados do Provão era um determinante do desinteresse e até mesmo de atitudes desfavoráveis por parte dos examinados.



Seminário “Educação como desafio para o desenvolvimento proposições para o setor privado”, em 2006

das avaliações governamentais, algumas delas com suporte na legislação⁴. Nos últimos anos, a ABMES deparou-se com a intensificação do processo regulatório do governo federal sobre o ensino superior. Antecedendo a proposta do anteprojeto de reforma universitária, já mencionado, a promulgação da Lei n.º 10.861 e a edição da Portaria n.º 2.051, em 2004, deram nova configuração à estrutura organizacional da avaliação, tendo “por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior e a orientação da expansão da sua oferta”. Instituiu-se um novo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), com novo formato e novas motivações, bem como uma Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Conaes), nova instância de coordenação e supervisão das políticas e processos avaliativos que serão conduzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O estabelecimento destas mudanças no quadro normativo da avaliação dos cursos e das instituições de ensino superior demandou da Entidade a imprescindível mobilização para exercitar a visão crítica e a compreensão ampla desses novos processos de avaliação. Neste sentido, a ABMES atuou decisivamente, subsidiando análises, discussões e ações dos gestores do ensino superior, conforme se constata pelos seminários, estudos e publicações produzidos.

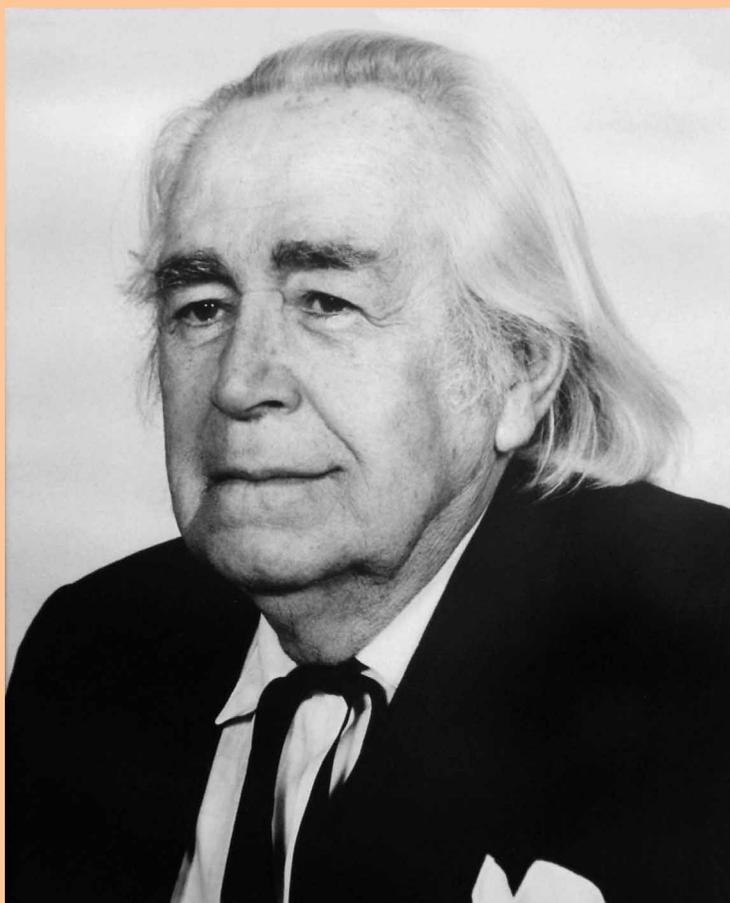
4 É o que propicia, por exemplo, o artigo 46, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, pelo seu parágrafo 1.º, prevê punição pela má qualidade no ensino superior particular, podendo levar ao fechamento de cursos e ao descredenciamento de instituições, enquanto concede tratamento privilegiado às instituições estatais, isentando os seus dirigentes de qualquer sanção pelas deficiências eventualmente detectadas pela avaliação na IES sob a sua responsabilidade. Pelo contrário, prevê o fornecimento de “recursos adicionais para superar as deficiências”.





Prêmios

Identificar, divulgar e premiar as iniciativas inovadoras das instituições de ensino superior e homenagear gestores, políticos e empresários com serviços prestados à educação são os objetivos dos prêmios instituídos pela ABMES.



Mário Palmério

Mário de Ascensão Palmério nasceu em Monte Carmelo, em Minas Gerais, no dia 1.º de março de 1916. Empreendedor e com experiência na área educacional, construiu, na cidade de Uberaba, em 1945, um conjunto de edifícios que daria origem às Faculdades Integradas de Uberaba e, posteriormente, à Universidade de Uberaba.

Escritor – são de sua autoria os livros Vila dos Confins e Chapadão do Bugre – político, foi eleito deputado federal por dois mandatos; embaixador do Brasil no Paraguai e compositor de grande prestígio no meio artístico de Assunção. O reconhecimento do valor literário de sua obra veio com a eleição, em 4 de abril de 1969, para a vaga de Guimarães Rosa na Academia Brasileira de Letras.

Após longo período de permanência na Amazônia, por onde morou e viajou em busca de novos temas e novos ambientes para seu ofício de novelista, regressou à Uberaba para reassumir seus encargos educacionais. Em outubro de 1988, Mário assistiu, no Gabinete do Ministro da Educação em Brasília, à assinatura do reconhecimento da Universidade de Uberaba, assumindo logo em seguida a reitoria dessa instituição, permanecendo no cargo até abril de 1996.

Mário de Ascensão Palmério faleceu em Uberaba, no dia 24 de setembro de 1996.



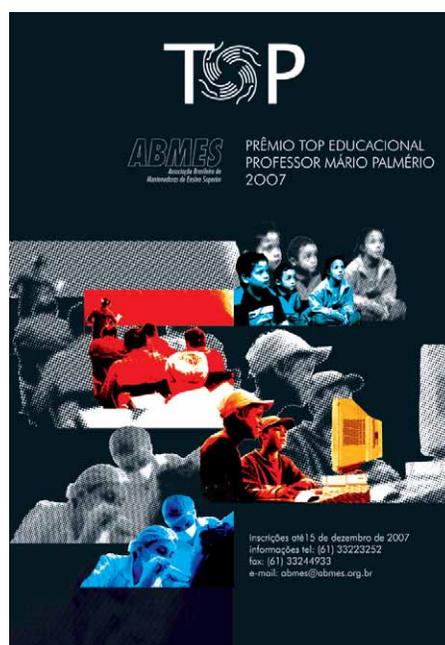
Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério

O Prêmio Top Educacional foi criado em dezembro de 1992 pelo então presidente da ABMES, Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco, com o objetivo de conhecer e premiar as propostas inovadoras das instituições de ensino superior públicas e privadas.

A partir de 1997, passou a denominar-se Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério em homenagem ao educador, político, músico, diplomata e escritor, fundador da Universidade de Uberaba, morto em 1996.

De uma forma geral, os projetos encaminhados pelas instituições de ensino superior (IES) à ABMES para concorrer ao Prêmio põem em destaque a preocupação em realizar estudos, pesquisas e ações voltados para as questões sociais mais amplas e para o desenvolvimento de alternativas capazes de promover a melhoria da qualidade do ensino e de atender aos anseios específicos da comunidade. Merecem também destaque as ações voltadas para a implantação de uma cultura de pesquisa e de avaliação nas IES para o desenvolvimento e os programas de inclusão na escola, no trabalho, no ambiente familiar e na sociedade.

Para fortalecer ainda mais essa iniciativa, a ABMES decidiu oferecer, a partir de 1999, uma premiação em dinheiro ao projeto vencedor e às menções honrosas e dedicar uma edição anual do ABMES Cadernos à publicação de artigos dos respectivos coordenadores. A cerimônia de premiação é precedida de um painel com a participação dos coordenadores dos projetos premiados.



Resultados das edições anuais e ininterruptas do Prêmio

1993



Luiz Carlos Scavarda

1.º lugar

“Programa de integração universidade – escola secundária” da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. (Rio de Janeiro, RJ). Coordenador: Luiz Carlos Scavarda.

Menções Honrosas

- ◆ “Projeto para integração social do portador de deficiência auditiva, por meio da integração com o computador” da Universidade Católica de Petrópolis. (Petrópolis, RJ).
- ◆ “Projeto Mescon – mestrado em convênio” destinado a capacitar docentes de instituições localizadas no estado do Rio de Janeiro: Universidade Salgado de Oliveira, Faculdades Integradas Castelo Branco, hoje Universidade Castelo Branco, Universidade do Grande Rio e Universidade de Nova Iguaçu. (Rio de Janeiro, RJ).

1994



Pe. Décio Batista Teixeira e Gláucia Melasso Garcia de Carvalho.

1.º lugar

“Programa de alfabetização de adultos” da Universidade Católica de Brasília. (Brasília, DF). Coordenadora: Gláucia Melasso Garcia.

1995



Márcia de Azevedo Arouca, Édson Franco,
Eliana de Azevedo Arouca e Vera Lúcia Pereira Lima

1.º lugar

Projeto "Expressão" da Universidade Mogi das Cruzes. (Mogi das Cruzes, SP).
Coordenadoras: Márcia de Azevedo Arouca, Eliana de Azevedo Arouca
e Vera Lúcia Pereira Lima.

1996



Valdir Lanza e Mônica Cristina de Moura

1.º lugar

"Projeto do curso de Educação Artística" da Faculdade Anhembí Morumbi.
(São Paulo, SP). Coordenadora: Mônica Cristina de Moura.

Menções Honrosas

- ◆ Projeto "Inovação curricular no curso de Psicologia" das Faculdades Integradas Newton Paiva Ferreira (Belo Horizonte, MG).
- ◆ Projeto "Sistema modular integrado – uma proposta de inovação curricular" da Universidade Estácio de Sá. (Rio de Janeiro, RJ).

1997



1.º lugar

Altamiro Galindo, Célia Galindo e Rosa M.J. Persona

“Alternativas para um programa de alfabetização de adultos” da Universidade de Cuiabá. (Cuiabá, MT). Coordenadora: Rosa M. J. Persona.

Menções Honrosas

- ◆ “Nova sistemática para o estágio curricular supervisionado” da Universidade Potiguar. (Natal, RN).
- ◆ “Laboratório de Serviço Social: a criatividade” da Universidade da Amazônia. (Belém, PA).

1998



Vilmar Thomé

1.º lugar

“Descentralização da gestão financeira: crédito diferenciado” da Universidade de Santa Cruz do Sul. (Santa Cruz do Sul, RS). Coordenador: Vilmar Thomé.

Menções Honrosas

- ◆ “Projeto de pesquisa de políticas e de desenvolvimento integral participativo de universos sociais periféricos” da Universidade Católica de Brasília. (Brasília, DF).
- ◆ “Projeto Pepalantus” do Centro Universitário Newton Paiva. (Belo Horizonte, MG).

1999



Éfrem Maranhão e Vicente Bohne

1.º lugar

“Projeto pedagógico do curso de Medicina” da Universidade São Francisco. (Bragança Paulista, SP). Coordenador: Sérgio Luiz Martin Nardy.

Menções Honrosas

- ◆ Projeto “O jornal-laboratório Revelação e a humanização da narrativa jornalística” da Universidade de Uberaba. (Uberaba, MG).
- ◆ “Pólo de modernização tecnológica” da Universidade de Santa Cruz do Sul. (Santa Cruz do Sul, RS).

2000



Isaac Roitman e Gabriel Mario Rodrigues

1.º lugar

Projeto “Implantação da cultura de pesquisa na Universidade Mogi das Cruzes” da Universidade Mogi das Cruzes. (Mogi das Cruzes, SP). Coordenador: Isaac Roitman.

Menções Honrosas

- ◆ “Ser acadêmico do Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes” da Universidade Cidade de São Paulo. (São Paulo, SP).
- ◆ “Integração dos sistemas de avaliação interna e externa como instrumento de tomada de decisão” da Universidade do Vale do Itajaí. (Itajaí, SC).

2001



Angela Moreira, Paulo Newton Paiva, Édson Franco e Rosana Antunes

1.º lugar

“A universidade por um trânsito mais humano” do Centro Universitário Newton Paiva. (Belo Horizonte, MG). Coordenadora: Rosana Antunes.

Menção Honrosa

“Projeto fortalecimento das atividades de extensão e suas repercussões no ensino e na pesquisa da graduação” do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais. (Coronel Fabriciano, MG).

2002



1.º lugar

Mônica Moura

“Espaço Interdisciplinar de Criação: o Centro de Design e Moda Anhembi Morumbi como gerador do fortalecimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão” da Universidade Anhembi Morumbi. (São Paulo, SP). Coordenadora: Mônica Moura e Sérgio Garrido.

Menções Honrosas

- ◆ “O Centro Universitário Newton Paiva respondendo às demandas sociais: assistência comunitária às toxicomanias” do Centro Universitário Newton Paiva. (Belo Horizonte, MG).
- ◆ “A Pesquisa e a Extensão no Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura da Uniube: uma estratégia de efetivação” da Universidade de Uberaba. (Uberaba, MG).

2003



Gabriel Mario Rodrigues, Gisele Paulucci, Maria Salete da Costa e Patrícia Passos Gonçalves Palácio

1.º lugar

“A contribuição do uso do computador na aquisição da linguagem escrita por jovens e adultos em processo de alfabetização” da Universidade Anhembi Morumbi. (São Paulo, SP). Coordenadoras: Gisele Paulucci, Maria Salete da Costa e Patrícia Passos Gonçalves Palácio.

Menções Honrosas

- ◆ “Projeto de Alfabetização São Pedro na Ponta do Lápis” das Faculdades Integradas São Pedro. (Vitória, ES).
- ◆ “Programa Cidadania e Vida” do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais. (Coronel Fabriciano, MG).

2004



Adrienne de Paiva Fernandes e Gabriel Mario Rodrigues

1.º lugar

“Enfermagem em ação – de mãos dadas com a comunidade” do Centro Universitário de Brasília. (Brasília/DF). Coordenadoras: Adrienne de Paiva Fernandes; Mara Lúcia Castilho; Nilva Jacqueline Reis Linhares.

Menções honrosas:

- ◆ “Pólo Unama de liberdade assistida” da Universidade da Amazônia. (Belém, PA).
- ◆ “Programa educação matemática em ação” do Centro Universitário Barra Mansa. (Barra Mansa/RJ).

2005



1.º lugar

Vilma Dardengo, Fernanda Otoni de Barros, Adriana Abel Penedo, Rubens Ferronato e Gabriel Mario Rodrigues

"Programa Gota D'Água" do Centro Universitário São Camilo.
(Cachoeiro do Itapemirim, ES). Coordenadora: Adriana Abel Penedo.

Menções Honrosas:

- ◆ "Ensino de Matemática para deficientes visuais pela utilização do instrumento Multiplano: concreto e virtual" da Faculdade de Ciências Aplicadas de Cascavel (Cascavel, PR).
- ◆ "A universidade e a luta pela construção dos direitos humanos: como a atenção integral ao paciente judiciário reduz o sofrimento mental" do Centro Universitário Newton Paiva. (Belo Horizonte, MG).

2006



1.º lugar

Vilma Aparecida Gimenez da Cruz, Fabiano Bachmann e Carlos Roberto Carvalho Leite

"Promovendo a cidadania e o desenvolvimento das competências profissionais valorizadas pelo mundo do trabalho" das Faculdades de Tecnologia Senai.
(Florianópolis, SC). Coordenador: Fabiano Bachmann.

Menções Honrosas:

- ◆ "Modelos simulados para o ensino de técnica operatória" da Universidade Federal da Paraíba. (João Pessoa, PB).
- ◆ "Biblioteca Digital da Unopar" da Universidade do Norte do Paraná. (Londrina, PR).



Milton Santos

O geógrafo Milton Santos – que dá nome ao Prêmio – nasceu em Brotas de Macaúbas, no interior da Bahia, em 1926. Era professor emérito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Faleceu em São Paulo, no dia 24 de junho de 2001.

Sua vasta obra, ainda pouco conhecida e estudada no Brasil, revolucionou não apenas a Geografia mas as ciências humanas e sociais. Com sua genial conceituação do espaço geográfico, Milton ofereceu a possibilidade de se compreender a totalidade do mundo. Abordou, como ninguém, a problemática da urbanização no Terceiro Mundo, a teoria e a metodologia geográficas, temas sobre os quais publicou mais de quarenta livros e cerca de 300 artigos, traduzidos para o espanhol, francês, inglês e japonês. Ensinou em diversas universidades na Europa, África, América do Sul e América do Norte.

Dentre as honrarias recebidas em reconhecimento ao seu trabalho intelectual, destacam-se os títulos de *Doutor Honoris Causa* de inúmeras universidades no Brasil e no exterior e o Prêmio Vautrin Lud, correspondente ao “Prêmio Nobel” da Geografia. Milton Santos foi o único pesquisador fora do mundo anglo-saxão a receber este importante prêmio.

Prêmio Milton Santos de Educação Superior

O Prêmio Milton Santos de Educação Superior, lançado em dezembro de 2004, pelo presidente Gabriel Mario Rodrigues, tem como objetivo reconhecer o mérito de personalidades que contribuem para o aprimoramento da educação superior no País nas seguintes categorias: "gestão de instituição de ensino superior", "desempenho político" e "gestão empresarial".

2004



Vera Gissoni, Gabriel Mario Rodrigues, Édson Franco e Candido Mendes

O Prêmio foi concedido, em caráter excepcional, em dezembro de 2004, às seguintes personalidades pertencentes ao grupo de mantenedores / fundadores da ABMES:

- ◆ Candido Antonio Mendes de Almeida, reitor da Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, RJ e ex-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.
- ◆ Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco, reitor da Universidade da Amazônia, Belém, PA, e ex-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.
- ◆ Electro Bonini, chanceler da Universidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP.
- ◆ Gabriel Mario Rodrigues, reitor da Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, SP, e ex-presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo.
- ◆ Vera Costa Gissoni, chanceler da Universidade Castelo Branco, Rio de Janeiro, RJ e ex-vice-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.

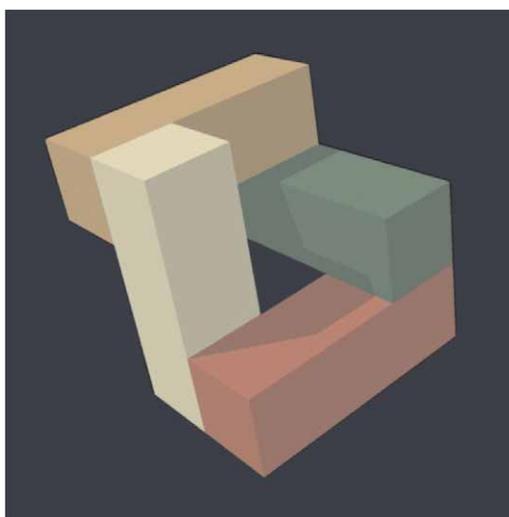
2006



Nelson Savioli, representando José Roberto Marinho, Antônio Carbonari e Átila Freitas Lira

O Prêmio, na sua segunda edição, em 2006, foi entregue às seguintes personalidades:

- ◆ Antonio Carbonari Netto – “Gestão de ensino superior”. Reitor do Centro Universitário Anhangüera; diretor do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Instituições de Ensino Superior no Estado de São Paulo; vice-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.
- ◆ Átila Freitas Lira – “Desempenho político”. Deputado Federal pelo PSDB do Piauí. Membro da Comissão de Educação, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Reforma da Educação Superior.
- ◆ José Roberto Marinho – “Gestão empresarial”. Vice-presidente de Responsabilidade Social das Organizações Globo e Presidente da Fundação Roberto Marinho.



**PRÊMIO MILTON SANTOS
DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**







Dia da Responsabilidade Social do Ensino Superior Privado

“Além de incentivar as parcerias entre as instituições e a sociedade, a campanha do ‘Dia’ aumenta a visibilidade do ensino superior privado e fortalece o seu papel junto à sociedade.”



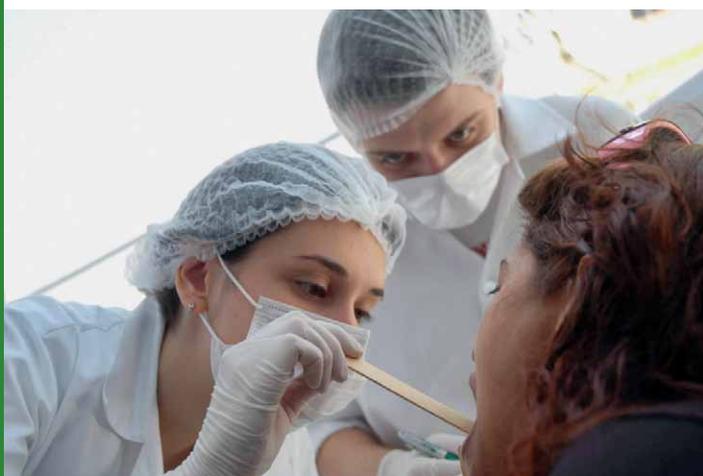
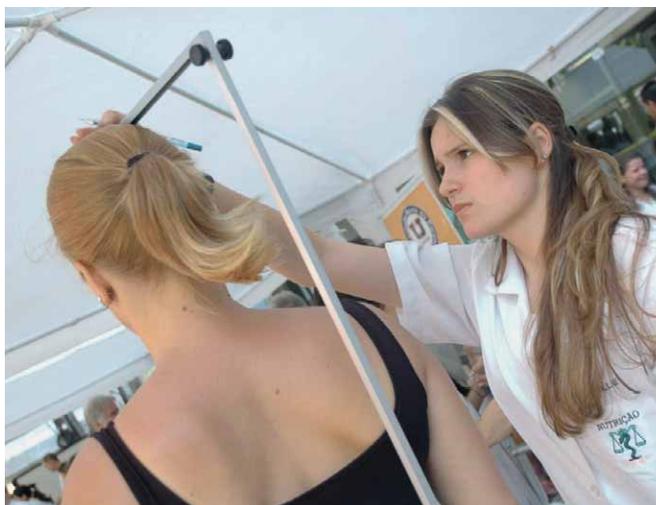
O presidente Gabriel Mario Rodrigues instituiu, em 2005, o “Dia Nacional da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular” como um dos caminhos para informar à sociedade e ao governo a grande importância do setor privado e demonstrar, com fatos e números, que as instituições de ensino superior (IES) particulares vêm cumprindo o papel para o qual foram criadas.

As campanhas para a realização do “Dia” contam com o apoio das entidades representativas do ensino superior particular, dos sindicatos de professores, das representações regionais da ABMES, dos Fóruns de Extensão e de Graduação das IES particulares, da Universidade Solidária, do Canal Futura, das revistas Linha Direta e Ensino Superior e de veículos de comunicação regionais e locais.

Campanha de 2005

O “Dia”, comemorado pela primeira vez em 29 de outubro de 2005, foi precedido por seminários de sensibilização e por edições especiais da revista Estudos sobre o tema responsabilidade/compromisso social das IES.

Nos seus *campi*, em praças públicas, em shoppings centers, em centros recreativos e em outros lugares, 197 IES, de 21 estados brasileiros e do Distrito Federal, desenvolveram 2.007 atividades, com a participação de 6.440 professores, 44.001 alunos, permitindo atendimento a mais de 380.000 pessoas





Durante toda a Campanha, foi grande a movimentação nas IES, visando à organização de um grande acontecimento. Nos seus campi, em praças públicas, em shoppings centers, em centros recreativos e em outros lugares, 197 IES, de 21 estados brasileiros e do Distrito Federal, desenvolveram 2.007 atividades, com a participação de 6.440 professores, 44.001 alunos, permitindo atendimento a mais de mais de 380.000 pessoas. Houve casos em que as IES de uma mesma cidade promoveram eventos conjuntos com outras instituições, provocando grande repercussão na mídia local e, em outros, IES privadas e públicas uniram seus esforços em torno dos objetivos do "Dia".

Campanha de 2006

A Campanha de 2006, que culminou com a realização do "Dia" em 22 de outubro de 2006, contou também com a adesão das mesmas instituições que participaram da primeira. Os dados preliminares de 2006 mostram que houve crescimento significativo do número de instituições participantes e das atividades realizadas. Eis o que mostram os números: 24 estados e o Distrito Federal, 400 IES, 3.086 atividades, 671.873 atendimentos à comunidade, participação de 14.860 professores, 118.856 alunos e 9.007 técnicos.



Campanha de 2007

Para sensibilizar as IES a participarem do “Dia”, que neste ano, será comemorado a 27 de outubro, foram realizados cinco seminários – “A ABMES vai até você!” nas seguintes cidades: Recife, Belo Horizonte, Salvador, Curitiba e Goiânia. Os seminários desenvolveram-se em torno de dois temas: responsabilidade social das instituições de ensino superior e implicações das normas legais no desenvolvimento administrativo e acadêmico das IES. A escolha dos temas teve como propósito mostrar as articulações entre eles, considerando que a responsabilidade social é uma das dez dimensões do Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior (Sinaes). Neste sentido, a conferência, os “cases” e o curso, que compuseram a estrutura dos seminários, trouxeram importantes ganhos para os gestores das IES, coordenadores de cursos, professores e alunos. Além disso, a ABMES realiza em novembro o primeiro Concurso de Curtas de Responsabilidade Social nas Instituições de Ensino Superior (IES). A ação tem a finalidade de promover e incentivar a criação de vídeos relativos à campanha. O concurso é dividido em três categorias: Vídeo Documentário/Vídeo Reportagem, Vídeo Institucional, e Videoclipe.

Revista Responsabilidade Social

A revista Responsabilidade Social, criada para divulgar o relatório do “Dia”, é fruto de um grande esforço de síntese e de revisão dos relatórios pós-dia enviados pelas IES. Além destes dados, a revista publica uma entrevista com o presidente da ABMES e artigos sobre o tema responsabilidade social.







Publicações da ABMES Editora

“Encontro nas iniciativas da ABMES, no âmbito dos estudos, das publicações, da adoção de políticas de apoio à pesquisa e à excelência no ensino, um empenho em responder aos interesses maiores da sociedade. Num ambiente dominado por uma mentalidade estatista e centralista, a ABMES é um importante fator na defesa da liberdade do ensino e da pesquisa.”



Jornal ABMES Notícias

A ABMES editou, a partir de 1991, 95 números do jornal *ABMES Notícias*. A publicação é um instrumento de preservação da memória das atividades da ABMES e dos principais acontecimentos na área educacional. Periodicidade: trimestral. Tiragem: 2.000 exemplares.

Catálogo Geral das IES Associadas à ABMES

O *Catálogo* reúne os dados cadastrais das instituições mantenedoras associadas à ABMES e os de suas respectivas mantidas e, destas, as informações relativas aos cursos de graduação, seqüenciais, de especialização, de mestrado e de doutorado. Ao lado da organização expressiva de dados, as edições contêm listagem completa das universidades e dos centros universitários brasileiros, públicos e privados. Trata-se, em última análise, de um retrato da ABMES. Periodicidade: bianual. Tiragem: 1.500 exemplares.

- ◆ Catálogo geral das instituições de ensino superior Associadas à ABMES n. 1, 1994
- ◆ Catálogo geral das instituições de ensino superior Associadas à ABMES n. 2, 1997
- ◆ Catálogo geral das instituições de ensino superior associadas à ABMES n. 3, 1999
- ◆ Catálogo geral das instituições de ensino superior associadas à ABMES n. 4, 2002
- ◆ Catálogo geral das instituições de ensino superior associadas à ABMES n. 5, 2004
- ◆ Catálogo geral das instituições de ensino superior associadas à ABMES n. 6, 2007

Revista Estudos

A revista *Estudos*, criada em 1982, de conteúdo temático, tem como objetivo reunir trabalhos sobre grandes temas educacionais, elaborados por profissionais reconhecidos nacionalmente, como subsídio ao aprofundamento de debates e de reflexões das instituições de ensino superior. Periodicidade: Irregular. Tiragem: 1.500 exemplares.

Até o ano de 2007 foram publicadas as seguintes edições:

O ensino superior particular. O que é o ensino superior particular, sua história e propósitos, seus números; a escola particular e a sociedade; a pesquisa e a extensão no ensino superior particular e o ensino superior particular no Brasil. (*Estudos* n.1, s/data).

O ensino privado e o poder público. Reúne temas que se revelam críticos para o ensino privado. Subjacente a toda a discussão, está a questão central da convivência com o Estado e com o ensino público. (*Estudos* n. 2, s/ data).

Subsídios à Comissão Nacional de Reformulação de Educação Superior – Exposição do Professor Candido Mendes. O papel do ensino superior particular e o seu desempenho no Brasil; a coexistência com o setor público; a política pública do ensino superior; a emergência do pluralismo do ensino superior e o regime *ad intra* da atividade privada de interesse social. (*Estudos* n.2, s/data).

O clandestino direito de educar. Aborda os temas – educadores privados e comunitários: dicotomia insinuada, a ambigüidade institucionalizada, o educador, o empresário social, a economia perversa e os preços políticos para o ensino privado. (*Estudos* n.4, s/data).

O que faz a escola particular para além do ensino. Apresenta dados, análises e conclusões da pesquisa sobre o ensino superior privado. (*Estudos* n.5, s/data).

Avaliação da qualidade do ensino na escola superior particular. Analisa de forma aprofundada o processo de avaliação institucional, solidificando alguns conceitos com respeito à avaliação e estimulando as IES a repensarem a questão. (*Estudos* n.6, s/data).

Rumos emergentes da educação superior. Reúne relatórios das atividades da ABM; trabalhos sobre avaliação de qualidade do ensino superior nas escolas particulares e experiências de avaliação do ensino superior. (*Estudos* n.7, s/data).

Instituto Brasileiro de Qualificação do Ensino Superior – projeto de criação. Apresenta o projeto de criação do Instituto Brasileiro de Qualificação do Ensino Superior (Ibques), destacando os seguintes itens: objetivos gerais e específicos; produtos; organização e funcionamento; implantação, orçamento, fontes de recursos, metodologia, planos de trabalho e metas. (*Estudos* n.8, s/data).

Por uma educação desmistificada e livre. Perspectiva da educação no programa do governo Collor; Estado e Sociedade: sócios do direito de ensino; mobilização institucional de um novo capital; o programa e a lei: os novos rumos de educação e os critérios emergentes da regulação constitucional. (*Estudos* n.9, s/data).

A nova Carta Magna e o direito de educar da iniciativa privada. Apresenta reflexões sobre a nova perspectiva aberta ao ensino particular no plano da educação pela Carta Magna promulgada a 5 de outubro de 1988. (*Estudos* n.10, s/data).

Perfil do aluno e do profissional no ensino superior particular. Pesquisa sobre o perfil do aluno e do profissional formado pela escola privada. (*Estudos* n.11, s/data).

O destino da universidade. Ensaio de Cristovam Buarque que aborda os temas: contemporaneidade e crise; universidade sem fronteiras; compromisso com a qualidade, integração com a sociedade. (*Estudos* n.12, agosto 1991, s/data).

Projeto pedagógico como referência à avaliação do ensino. Reúne textos sobre aspectos teóricos e práticos da construção do projeto pedagógico das instituições de ensino superior. (*Estudos* n. 13, junho, 1992).

O papel das instituições de ensino superior: pluralismo. Reúne os seguintes textos: papel do estado frente ao ensino público e particular: relação mantenedora e mantida, autonomia e gestão; ensino, pesquisa e expansão: indissociabilidade e interdisciplinariedade; projeto institucional na busca de novos espaços e aliados para as IES: escola e comunidade, escola e empresa. (*Estudos* n. 14, dezembro, 1994).



A questão da expansão no ensino superior brasileiro. Aborda a expansão do ensino superior brasileiro; as políticas e mecanismos de controle da expansão, os fatores limitantes e o novo contexto educacional. (*Estudos* n. 15, julho, 1996).

Autonomia universitária. Contém textos sobre gestão e autonomia universitárias; qualidade como requisito para o exercício da autonomia universitária; o ensino superior e o desafio da globalização; autonomia: a receita do Banco Mundial. (*Estudos* n. 16, novembro, 1996).

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (*Estudos* n. 17, dezembro, 1996).

Contribuições à definição de uma nova política de ensino superior. Edição reunindo os temas: LDB e a responsabilidade social das instituições universitárias; a expansão do ensino superior; o desenvolvimento da pesquisa nas instituições universitárias; ensino particular, gestão, financiamento e avaliação de qualidade nas instituições universitárias. (*Estudos* n.18, fevereiro, 1997).

O Decreto n.º 2.207/97 e a LDB: avanço ou recuo? Contém textos do Seminário orientado para a discussão e a compreensão do citado Decreto, visando a orientar as instituições de ensino superior nas suas possíveis opções de organização institucional e de desenvolvimento do trabalho acadêmico. (*Estudos* n.19, junho, 1997).

A construção do projeto de centros universitários: orientações do MEC e realidade das escolas. Contém textos sobre centros universitários – aspectos legais, pedagógicos e administrativos, autonomia e pesquisa. (*Estudos* n. 20, agosto 1997).

Por uma educação de qualidade para todos. Os textos reunidos na edição, que versam sobre autonomia, expansão, acesso e avaliação, dentre outros, fundamentaram a elaboração de subsídios da ABMES ao Plano Nacional de Educação. (*Estudos* n. 21, outubro, 1997).

Diretrizes curriculares para os cursos de graduação. Reúne textos sobre o desenvolvimento curricular dos cursos de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Direito, Engenharia, Pedagogia e Processamento de Dados. (*Estudos* n. 22, abril 1998).

O recredenciamento e a situação atual das IES: capacitação docente, pesquisa e avaliação. Temas da edição: recredenciamento (aspectos legais e realidade das IES); evolução do sistema de pós-graduação no Brasil; perspectivas e alternativas da pesquisa nas IES não-universitárias; desafios do ensino de graduação. (*Estudos* n. 23, novembro, 1998).

Desafios e caminhos para a construção do projeto institucional das IES em tempos de avaliação de qualidade. Temas da edição: heterogeneidade e qualidade: desafios para o ensino superior privado; projeto pedagógico como referência à gestão e à avaliação. (*Estudos* n. 24, junho, 1999).

Diretrizes curriculares: possibilidades de flexibilização e mudanças. Temas da edição: currículo mínimo rumo às diretrizes curriculares; comissões de especialistas e realidade das IES; padrões de qualidade para autorização

e reconhecimento de cursos; estudo comparativo das determinações das comissões de especialistas. (*Estudos* n. 25, agosto, 1999).

Educação a distância: formas tradicionais e novas tecnologias.

Temas da edição: bases legais, perspectivas e histórias da educação a distância; limites e possibilidades da universidade virtual: experiência das instituições brasileiras na área de educação a distância. (*Estudos* n. 26, novembro, 1999).

Financiamento do ensino superior particular. Temas da edição: análises das possibilidades de financiar programas e projetos das IES e de conhecer alternativas de apoio ao estudante e aos cursos de graduação. (*Estudos* n. 27, maio, 2000).

Reflexões sobre docência, gestão e avaliação do ensino superior. Temas da edição: formação de professores e os institutos superiores de educação; auto-avaliação institucional; panorama da pesquisa e da pós-graduação no Brasil; análise crítica da avaliação pelo Exame Nacional de Cursos (Administração); papel dos coordenadores dos cursos de graduação. (*Estudos* n. 28, dezembro, 2000).

Organização do ensino superior e qualidade de cursos e instituições.

Reúne textos sobre universidades e centros universitários, excelência e qualificação para o ensino. (*Estudos* n. 29, julho, 2001).

Cursos superiores de formação específica: uma experiência que promete.

Trabalhos de especialistas sobre as experiências pioneiras na Universidade Anhembi Morumbi e na Universidade de Salvador sobre a implementação dos cursos seqüenciais. (*Estudos* n. 30, maio, 2002).

O Novo Código Civil e as Implicações nas Entidades Mantenedoras. Contém a íntegra das conferências e dos debates do seminário de mesmo nome realizado no dia 11 de março de 2003, em Brasília. (*Estudos* n. 31, julho, 2003).

Mantenedoras e mantidas: duas entidades e dois esquemas de gestão.

Contém textos e os resultados das discussões ocorridas no âmbito da ABMES, em seminário do mesmo nome, sobre a relação entre mantenedoras e mantidas. (*Estudos* n. 32, outubro, 2003).

Internacionalização de educação superior. Reúne textos do seminário Internacionalização da Educação Superior, cujo conteúdo oferece subsídios às instituições sobre os benefícios e prejuízos da internacionalização da educação superior. (*Estudos* n. 33, abril, 2004).

Responsabilidade Social das IES. Contém textos com reflexões conceituais sobre o tema, cujo conteúdo é de grande valia para as IES que buscam os caminhos da renovação, aperfeiçoamento e cumprimento das funções para as quais foram criadas. (*Estudos* n. 34, abril, 2005).

Anteprojeto de Lei da Educação Superior. Reúne artigos de especialistas das áreas de educação e de direito educacional, além da contribuição do Fórum da Livre Iniciativa na Educação. Ao final, os leitores encontrarão a íntegra, do texto do Anteprojeto de Lei da Educação Superior. (*Estudos* n. 35, novembro, 2005).

Responsabilidade social da educação superior: contribuições da rede universitária de ética e desenvolvimento social do BID. Reúne artigos de especialistas da Rede Universitária de Ética e Desenvolvimento Social do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bid), organização que tem estimulado as discussões sobre ética e responsabilidade social universitária em parceria com mais de 109 universidades da América Latina, especialmente as de língua espanhola. (*Estudos* n. 36, junho, 2006).

Novas estratégias de atuação do setor privado. Reúne textos do seminário Inflação de doutores: desperdício ou potencial de receita? O caso das IES particulares, realizado em Brasília, no dia 8 de agosto de 2007, bem como textos de especialistas sobre o tema. (*Estudos* n. 37, agosto 2007).

ABMES Cadernos

Destina-se à publicação de trabalhos, relatórios e artigos. A ABMES dedica uma edição anual à publicação de artigos dos coordenadores dos projetos vencedores do Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério. Periodicidade: Irregular. Tiragem: 1.500 exemplares

A técnica em nossos dias – a instrução e a educação. Milton Santos. O trabalho contém um quadro esclarecedor sobre as técnicas no final do século XX e uma análise da associação (e dos ganhos) da técnica com a ciência, responsável pela grande revolução tecnológica e pela instalação, na atualidade, da era da informação. (*ABMES Cadernos* 1, outubro, 1998).

Ocupação, emprego e programação escolar. João Jesus de Salles Puppo. A experiência do autor sobre a matéria resgata neste trabalho o processo de construção da “Classificação Brasileira de Ocupações” (CBO), vinculando-a à reforma institucional que a LDB trouxe ao mundo do trabalho e à universidade. (*ABMES Cadernos* 2, maio, 1999).

Reflexões sobre as implicações da legislação de ensino na vida acadêmica. Nina Beatriz Stocco Ranieri. A autora analisa com rigor científico a presença, o peso, o controle e as dimensões da intervenção do Estado na educação superior, por meio da edição de normas com inevitáveis restrições para iniciativa privada, para os sistemas estaduais e para as próprias instituições de ensino superior. (*ABMES Cadernos* 3, setembro, 1999).

Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 1999. Contém artigos dos coordenadores das propostas premiadas: Projeto pedagógico do curso de Medicina da Universidade São Francisco; Jornal-laboratório “Revelação” e a humanização da narrativa jornalística; Integração da universidade com a comunidade regional: pólo de modernização tecnológica do Vale do Rio Pardo. (*ABMES Cadernos* 4, março, 2000).

Legislação do ensino superior em 1999: uma visão crítica. Silvino Lopes Neto e Sérgio Amaral Campello. Os autores destacam em seus artigos o importante papel da legislação na fundamentação, na organização e na funcionalidade da educação brasileira. Buscam explicar as causas da “febre legiferante brasileira”, retomando a origem romanística do nosso sistema jurídico; a instabilidade política da história do Brasil, as dimensões do País e a heterogeneidade regional, gerando



Ano 22 n. 33
Abril de 2004

Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

ESTUDOS



ENSINO
SUPERIOR
2006

RESPONSABILIDADE SOCIAL

ano 2 | nº 2 | Abril de 2007

INTERNACIONALIZAÇÃO

2 Editorial
Plano de Desenvolvimento da Educação

4 Avaliação
Ciclo avaliativo do Sinaes

6 Capas
Formação de professores

8 Fúndios
Projetos de pesquisa

ABMES Notícias

Publicação da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

AVALIAÇÃO E EAD SÃO TEMAS DE SEMINÁRIO NA ABMES

Com a presença de membros do Ministério da Educação, realizou-se no dia 27 de fevereiro de 2007, no Auditório Victorino Lenza, um painel de discussão sobre o ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. O painel foi moderado pelo diretor de Políticas de Avaliação da Educação Superior, Gabriel Morumbi, e contou com a participação de representantes de instituições de ensino superior e do MEC.



Jan/Fev/Mar 2007 - n. 94



INEP DÁ INÍCIO AO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A Portaria Normativa MEC nº 1/2007 define o calendário do ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, implementado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC). Comissões de especialistas vão visitar as instituições de ensino superior que oferecem cursos nas áreas participantes do Enade 2005, e em 2009, 2006. Páginas 4 e 5.

Adalberto Carvalho, coordenador de Acreditação de Cursos e Instituições de Ensino Superior; Rubens Martins, assessor do Departamento de Políticas e Supervisão da Educação Superior; Hélio Chaves, diretor de Políticas de Avaliação da Educação Superior; Gabriel Morumbi, presidente da ABMES.

2 Editorial
A hora certa é agora

3 Densup/MEC
Diretor comparece a ABMES

6 ABMES EDITORA
Coletânea de normas de 2006

ABMES Notícias

Publicação da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

ABMES COMPLETA 25 ANOS E ELEGE NOVA DIRETORIA

No ano em que completa 25 anos de intensos e reconhecidos trabalhos nas áreas acadêmica e política, a ABMES elegerá sua nova diretoria para a gestão 2007/2008 em 8 de maio, cujo presidente será Gabriel Morumbi, 1.º vice-presidente Anhembi Morumbi, 2.º vice-presidente Gabriel Morumbi, presidente do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC).

a preocupação centralizada do poder da União estimulada pelo poder presidencialista, eminentemente centralizador. (*ABMES Cadernos 5*, novembro, 2000).

Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 2000. Contém artigos dos coordenadores das propostas premiadas em 2000: A implantação da cultura da pesquisa na Universidade Mogi das Cruzes; Ser acadêmico – Centro de apoio aos deficientes; A integração dos sistemas de avaliação interna e externa como instrumento de tomada de decisão. (*ABMES Cadernos 6*, maio 2001).

Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 2001. Contém artigos dos coordenadores das propostas premiadas em 2001: A Universidade por um trânsito mais humano; A extensão no Centro Universitário de Minas Gerais a serviço da vida: evidências de uma prática comunitária. (*ABMES Cadernos 7*, maio 2001).

Funções do coordenador do curso: como construir o coordenador ideal. Com base na sua vasta experiência profissional tanto como professor quanto dirigente da Universidade da Amazônia (Unama), Édson Franco reúne neste trabalho suas idéias sobre o perfil ideal do coordenador do curso para que ele possa desempenhar de forma competente as suas funções. (*ABMES Cadernos 8*, maio de 2002).

Prêmio Top Educacional Professor Mario Palmério 2002. Contém artigos dos coordenadores das propostas premiadas em 2002: Espaço interdisciplinar de criação: o Centro de Design e Moda Anhembi Morumbi; O Centro Universitário Newton Paiva respondendo a demandas sociais; Pesquisa e extensão no Projeto Pedagógico do curso de Arquitetura da Universidade de Uberaba. (*ABMES Cadernos 9*, março de 2003).

Marco Legal do Ensino Superior Particular. Claudio de Moura Castro. Instigante ensaio, contendo reflexões e propostas para a reformulação do ensino superior privado. De forma rigorosa, o autor aborda temas de grande interesse não só para as instituições de ensino superior particulares como também para os órgãos do governo. (*ABMES Cadernos 10*, fevereiro de 2004).

Prêmio Top Educacional Professor Mario Palmério 2003 – Alfabetização de Jovens e Adultos”. Contém artigos dos coordenadores das propostas premiadas em 2003: A contribuição do uso do computador na aquisição da linguagem escrita por jovens e adultos em processo de alfabetização; Educação de jovens e adultos: um compromisso social; São Pedro na ponta do lápis: uma experiência na alfabetização de jovens e adultos. (*ABMES Cadernos 11*, junho de 2004).

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. A ABMES reuniu na edição documentos e normas que orientam e regulamentam o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. (*ABMES Cadernos 12*, setembro de 2004).

Programa Universidade para Todos – ProUni. A ABMES dedica a edição ao ProUni que regula a atuação de atividades beneficentes de assistência social no ensino superior. (*ABMES Cadernos 13*, outubro de 2004).

Prêmio Top Educacional Professor Mario Palmério 2004. Contém artigos dos coordenadores das propostas premiadas em 2004: Enfermagem em ação – de mãos dadas com a comunidade; Programa educação matemática em ação; Pólo Unama de Liberdade Assistida. (*ABMES Cadernos 14*, abril de 2005).

Fórum Nacional da Livre Iniciativa na Educação: subsídios ao Anteprojeto de reforma da educação superior do MEC. Contém as propostas do segmento privado à elaboração de políticas para o fortalecimento e a melhoria da educação brasileira. (*ABMES Cadernos 15*, abril de 2005).

Prêmio Top Educacional Professor Mario Palmério 2005. Contém artigos dos coordenadores das propostas premiadas em 2005: Gota D'Água: rede de alianças em defesa dos recursos hídricos; Ensino de matemática para deficientes visuais; Programa de atenção integral ao paciente judiciário portador de sofrimento mental infrator. (*ABMES Cadernos 16*, junho de 2006).

Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 2006. Contém artigos dos coordenadores das propostas premiadas em 2006: Promovendo a cidadania e o desenvolvimento das competências profissionais valorizadas pelo mundo do trabalho; Modelos simulados para o ensino de técnica operatória; Biblioteca Digital da Unopar. (*ABMES Cadernos 17*, julho de 2007).

Série Grandes Depoimentos

A *Série Grandes Depoimentos* destina-se a divulgar o pensamento de personalidades de renome no cenário educacional e político do Brasil. Periodicidade: irregular. Tiragem: 1.500 exemplares.

Grandes Depoimentos 1. A universidade e o ensino. Eunice Ribeiro Durham, 2002. A ABMES inaugurou a série com Eunice Ribeiro Durham, professora da Universidade de São Paulo. A autora apresenta reflexões sobre as questões polêmicas da educação no Brasil, tais como a necessidade de expansão do ensino universitário, as políticas de apoio às universidades públicas e privadas, os modelos de universidades, a interdisciplinariedade e a multidisciplinariedade acadêmicas, as relações dos governos com as instituições de ensino superior, dentre outras questões.

Grandes Depoimentos 2. A refundação da universidade. Cristovam Buarque, 2005. O autor Buarque defende no seu trabalho a idéia de se assegurar a educação básica de qualidade, antes de se pensar na reforma universitária. Critica os aspectos nitidamente corporativos e destaca a falta de visão histórica do anteprojeto de lei de reforma do ensino superior.

Números do ensino superior privado no Brasil

Trabalho elaborado pela ABMES com o propósito de demonstrar as dimensões do ensino superior privado no País, com base nos dados gerais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (Inep/MEC). Periodicidade: anual. Tiragem: 1.500 exemplares.

- ◆ Números do Ensino Superior Privado no Brasil 2000. Ano base: 1999
- ◆ Números do Ensino Superior Privado no Brasil 2001. Ano base: 2000
- ◆ Números do Ensino Superior Privado no Brasil 2002. Ano base: 2001
- ◆ Números do Ensino Superior Privado no Brasil 2003. Ano base: 2002

- ◆ Números do Ensino Superior Privado no Brasil 2004. Ano base: 2003
- ◆ Números do Ensino Superior Privado no Brasil 2005. Ano base: 2004
- ◆ Números do Ensino Superior Privado no Brasil 2006. Ano base: 2005
- ◆ Números do Ensino Superior Privado no Brasil 2007. Ano base: 2006

Legislação do Ensino Superior

Coletânea anual das normas referentes ao ensino superior que se seguiram à Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional. Inclui também as normas anteriores à LDB que estão ainda em vigor. Trata-se de uma fonte bem organizada de consulta sobre o tema. Periodicidade: anual. Tiragem: 1.500 exemplares.

- ◆ Ensino Superior: Legislação Atualizada, 2/1998, março de 1999
- ◆ Ensino Superior: Legislação Atualizada, 3/1999, fevereiro de 2000
- ◆ Ensino Superior: Legislação Atualizada, 4/2000, maio de 2001
- ◆ Ensino Superior: Legislação Atualizada, 5/2001, maio de 2002
- ◆ Ensino Superior: Legislação Atualizada, 6/2002, maio de 2003
- ◆ Ensino Superior: Legislação Atualizada, 7/2003, março de 2004
- ◆ Ensino Superior: Legislação Atualizada, 8/2004, março de 2005
- ◆ Ensino Superior: Legislação Atualizada, 9/2005, março de 2006
- ◆ Ensino Superior: Legislação Atualizada, 10/2006, fevereiro de 2007

Revista Responsabilidade Social

A revista *Responsabilidade Social*, criada para divulgar o relatório do "Dia", é fruto de um grande esforço de síntese e de revisão dos relatórios pós-dia enviados pelas IES. Além desses dados, as duas edições da revista publicam entrevistas com o presidente da ABMES, Gabriel Mario Rodrigues, e artigos sobre o tema responsabilidade social. Periodicidade: anual. Tiragem: 5.000 exemplares.

- ◆ Revista Responsabilidade Social n. 1, julho de 2006
- ◆ Revista Responsabilidade Social n. 2, abril de 2007

Publicações especiais

- ◆ **Desafios da educação no século XXI: integração regional, ciência e tecnologia.** 1995. Contém artigos apresentados no seminário do mesmo nome que reuniu especialistas dos países do Mercosul.

- ◆ **O ensino superior público e particular e o território brasileiro. 2000.**
Estudo geográfico do fenômeno da educação superior no País realizado por Milton Santos e Maria Laura Silveira, demonstrando como o território impõe sua lógica à dinâmica do ensino superior. As conclusões do trabalho envolvem as influências recíprocas da educação superior e do território; o jogo e as perspectivas da demanda e da oferta; a educação e a divisão do trabalho e os dilemas do ensino superior e privado.
- ◆ **Políticas públicas de educação superior: desafios e proposições. 2002.**
Contém os resultados das discussões e dos debates de dois seminários realizados pelas ABMES em abril e em junho de 2002. O primeiro avaliou as políticas implementadas na área de educação do governo Fernando Henrique e o segundo apresentou propostas dos mantenedores e de professores das instituições de ensino superior brasileiras, posteriormente entregues aos candidatos à presidência da República.
- ◆ **Políticas públicas de educação superior: desafios e proposições.**
Propostas dos presidentiáveis. 2002. Transcrição dos depoimentos e dos debates havidos na ABMES com os representantes dos principais candidatos à presidência da República. Contém ainda um quadro comparativo das propostas dos candidatos.
- ◆ **Temas atuais para a educação superior: proposições para estimular a investigação e a inovação. 2006.** Cláudio Neiva e Flávio Roberto Collaço.
O livro apresenta uma aprofundada reflexão sobre princípios do devido respeito ao aluno, ao empreendedor privado de ensino superior, ao dinheiro público, à federação educacional brasileira e à concepção de programas de avaliação.
- ◆ **Políticas para a educação superior: propostas do setor privado. 2006.**
Documento resultante do seminário realizado pela ABMES no final de 2006 para ser entregue ao ministro da Educação Fernando Haddad. As proposições oferecidas têm como base os seguintes pressupostos relativos à educação e ao desenvolvimento nacional, à responsabilidade social e à regulação do ensino superior.

Apoio a publicações

- ◆ **Utopia e realidade: a construção do projeto institucional no ensino superior.** Édson Franco. Editora Universa, 1998. Os artigos reunidos neste livro, elaborados por Édson Franco, apontam para as características essenciais do projeto pedagógico, tais como a busca de novos aliados (comunidade/empresa); a conquista da qualidade; a importância da auto-avaliação e da avaliação externa; o atendimento às necessidades sociais; a valorização da experiência profissional.
- ◆ **Clima organizacional – uma abordagem vivencial, de Hélio Graça.**
Brasília: Funadesp, 1999. O autor consegue, de maneira sucinta, abordar o tema, tão importante para a gestão de recursos humanos em qualquer organização, com a clareza daquele que vivenciou o processo, produzindo instrumentos de coleta de dados, desenvolvendo metodologia de tabulação e definindo análises de fatores.

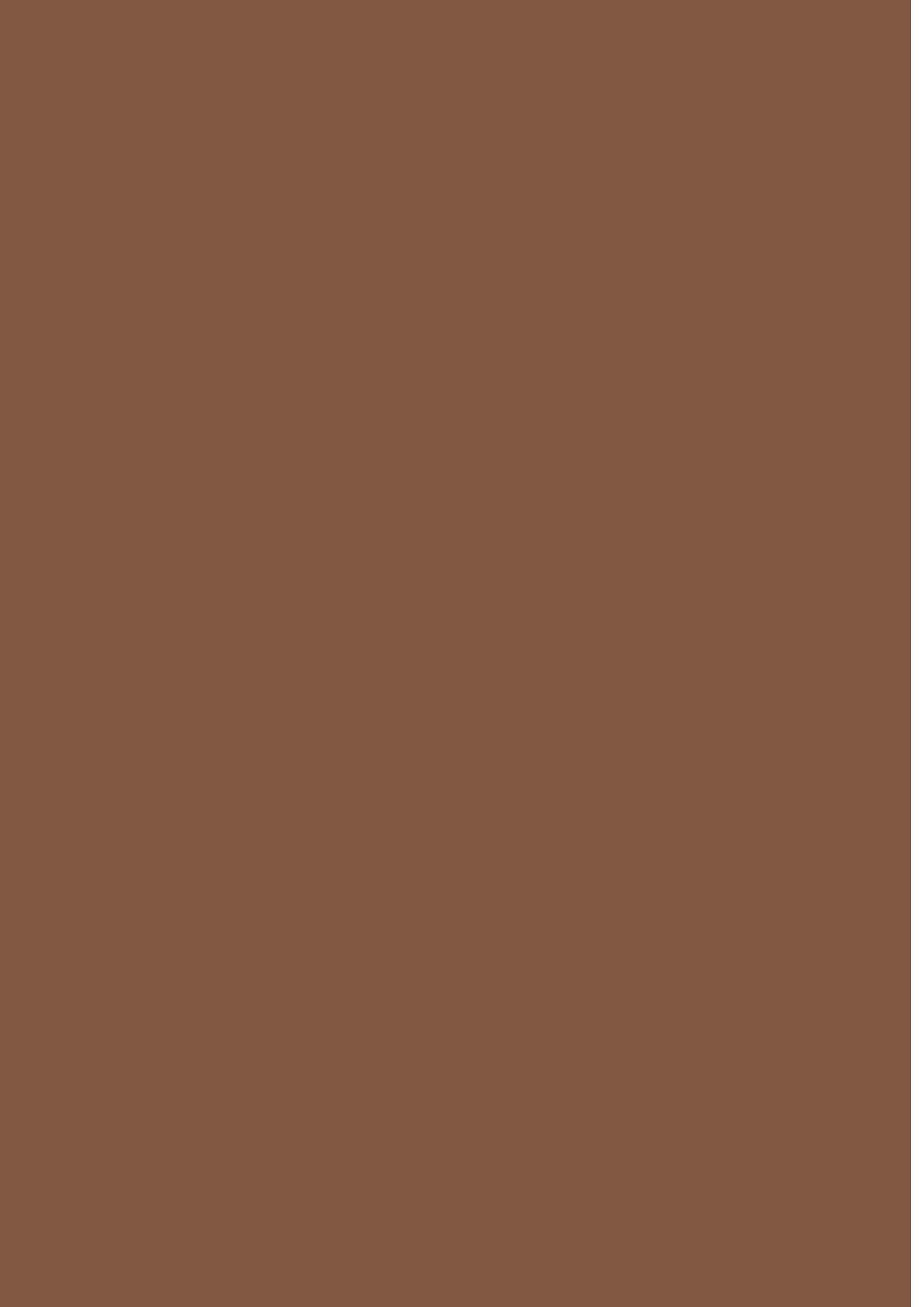
- 
- ◆ **A profissão acadêmica no Brasil – As múltiplas facetas do nosso sistema de ensino superior.** Elizabeth Balbachevsky. Brasília: Funadesp, 1999. Livro que investiga e retrata, de forma original e rigorosa, a diversidade do sistema, as raízes e conseqüências dessa diversidade, utilizando, como foco, a atividade do professor, o que tornou possível delinear os traços mais marcantes desse importante protagonista, bem como sua interação com o ambiente institucional, público ou privado.
 - ◆ **Anais do Seminário – Gestão de IES: da teoria à prática.** Alberto Fernando Monteiro do Nascimento, Ana Célia Bahia Silva, Édson Franco, Hélio Graça, Sérgio Fiuza de Mello Mendes. Brasília: Funadesp, 1999. Contém textos apresentados no Seminário, realizado em Brasília em dezembro de 1999, com o objetivo de sensibilizar os gestores das instituições de ensino superior particular para a importância do projeto de avaliação institucional, do marketing educacional, da interação necessária da gestão, planejamento e avaliação institucional.
 - ◆ **A pós-graduação stricto sensu nas IES particulares.** Série Documentos. Brasília: Funadesp, 2000. Nesta publicação estão explicitadas as proposições formuladas a partir de exposições e discussões ocorridas na reunião de Pró-Reitores de Pós-graduação das IES particulares, realizada em Brasília, no dia 04 de julho de 2000.
 - ◆ **Programas de bolsas de estudo e pesquisa – normas gerais.** Série Documentos. Brasília: Funadesp, 2001. O documento sistematiza as normas gerais dos Programas de Bolsas de Estudo e de Pesquisa, voltados primordialmente para a capacitação de recursos humanos e para o fomento à pesquisa, na busca da qualidade do ensino superior particular.





Colaboradores da ABMES

O capítulo contempla os nomes de pessoas que participaram das atividades da ABMES na condição de consultores, autores de artigos, livros, conferencistas, componentes de mesas-redondas e painéis e membros de comissões.





Eunice Durham



Abílio Baeta Neves



Ana Célia Bahia e Silva



Jacques Schwartzman



Guiomar Namó de Mello



Antônio de A. Freitas Júnior



Arthur Roquette de Macedo

Abílio Baeta Neves • Adalberto Carvalho • Adelaide Resende • Adelmir Santana • Adilson Gurgel de Castro • Adolfo Ignacio Calderón Flores • Adonias Costa da Silveira • Adriana Abel Penedo • Adrienne de Paiva Fernandes • Alan Wagenberg • Alberto Fernando Monteiro do Nascimento • Alexandre Mendes Nina • Alfredo Júlio Fernandes Neto • Almir de Souza Maia • Álvaro José Cunha • Alzira Leite Carvalhais Camargo • Amábile Pácios • Ana Célia Bahia e Silva • Ana Cristina Canettieri • Ana de Lourdes Barbosa de Castro • Ana Lúcia Gomes • Ana Maria Costa de Sousa • Andréia Tostes Figueiras Fernandes • Ângela Maria de Camargo Moreira • Anna Maria Faria lida • Antônia de Carvalho Bussmann • Antônio Carlos Caruso Ronca • Antônio Carlos Xavier • Antônio Colaço • Antônio de Araújo Freitas Júnior • Antônio de Oliveira •

Antônio Góis • Antônio José Barbosa • Antonio Leonel da Silva Cunha • Antonio McDowell de Figueiredo • Antonio Millioli Filho • Antonio Teixeira de Souza Júnior • Ariosto Holanda • Arthur Fonseca Filho • Arthur Roquette de Macedo • Átila Lira • Bernardo Kliksberg • Cândida Maiffre • Cândido Costa Gomes • Carlos Alberto Andreucci • Carlos Alberto Magalhães • Carlos Alberto Reyes Maldonado • Carlos Antonio Monteiro • Carlos Fioravante • Carlos Floriano • Carlos Roberto Antunes dos Santos • Carlos Roberto Carvalho Leite • Carlos Vogt • Carmem Maia • Carmen Sílvia Maluf • Carmen Castro Neves • Catalina Delpiano Troncoso • Célia Carbone • Celso Cláudio de Hildebrand e Grisi • Celso da Costa Frauches • César Augusto Tibúrcio da Silva • César Esmanhotto • Christian de Paul Barchifontaine • Cícero Gontijo • Cid Gesteira • Cláudia Baena Soares • Claudio de Moura Castro •

Claudio Neiva • Cláudio Sampaio • Clélia Brandão Alvarenga Craveiro • Clélia Craveiro • Cleo Joaquim Ortigara • Constantino Ottaviano • Corinta Grisolia Geraldi • Cristiane Alperstedt • Cristina Canettieri • Cristina Surek • Cristovam Buarque • Custódio Pereira • Daltro Nunes • Daniel Luzzi • Daniel Ximenez • Dario Trevisan • Dércio Munhoz • Dilson Trennepohl • Dilvo Ristoff • Dirce Mendes da Fonseca • Dirceu do Nascimento • Divonzir Gusso • Domingos Muchon • Edilene Vieira Machado • Edivaldo Boaventura • Édson de Oliveira Nunes • Edson Machado de Souza • Eduardo Franco • Eduardo Soares • Éfrem Maranhão • Eleuda Coelho de Oliveira • Eliane Botelho Junqueira • Elias Freire • Elismar Álvares da Silva Campos • Elizabeth Balbachevsky • Elizabeth Guedes • Elizabeth Petarli Ribeiro • Elizabeth Rizatto • Elizabeth Vargas • Elvira Maria Pereira de Mello • Ernani Bayer • Eronita Silva Barcelos • Eunice Durham • Eurides Brito • Fabiano Bachman • Fernanda Otoni de Barros • Fernando Haddad • Fernando Ponte de Souza • Fernando Rabello • Fernando Spagnolo • Flaviano Agostinho de Lima • Flávio Grynszpan • Francisco César de Sá Barreto • François Vallaëys • Fredric Litto • Gabriel Joaquim Isaac Chalita • Gastão Vieira • Geraldo Moisés Martins • Geraldo Nunes • Gilberto Selber • Glaci Zancan •



Gustavo Fagundes



Raulino Tramontin



Adolfo Ignacio Calderón



Sérgio Werther Duque-Estrada

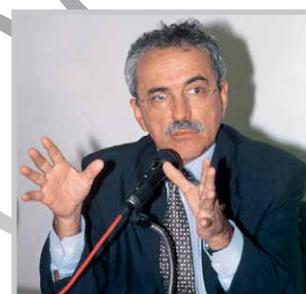


João Batista Araújo e Oliveira



Maristela Basso

Gláucia Melasso Garcia de Carvalho • Guilherme Brandão • Guilherme Marback Neto • Guiomar Namó de Mello • Gustavo Ioschpe • Gustavo Jacques Dias Alvim • Gustavo Monteiro Fagundes • Harry Focking • Hartwig Stein • Helena Freitas • Helena Sampaio • Hélgio Trindade • Heliane Bergo • Hélio Chaves • Heloisa Henné Marinho Silva • Hugo Lopez • Humberto Eustáquio Horta • Iara Xavier • Ildeu Moreira Coelho •



Átila Lira



Édson de Oliveira Nunes

Ima Passos • Irineu Colombo • Itamar Diogo dos Santos • Itana Marques • Ivan Rocha • Isaac Roitman • Ivônio Barros • Jacob Daghljan • Jacqueline Bernardo Pereira de Oliveira • Jacques Schwartzman • Jaeme Luiz Callai • Jaime Giolo • Jesus Hortal Sánchez • João Batista Araújo e Oliveira • João Catarin Mezomo • João Cláudio Todorov • João Roberto Moreira Alves • João Vianney •



Ildeu Moreira Coêlho



José Roberto Covac



Cid Gesteira e Orlando Pilati



Silvino Lopes Neto

Joaquim Lemos Gomes de Souza • Jocimar Archangelo • Joel Pimentel Ulhôa • Jorge Alexandre Onoda • Jorge Wertheim • José Augusto Guilhon Albuquerque • José Carlos Almeida da Silva • José Dias Sobrinho • José Eduardo Faria • José Eustáquio Romão • José Flávio Sombra Saraiva • José Henrique Santos • José Luiz Pagnussat • José Manoel Baltar da Rocha • José Manuel de F. Montecilla • José Marques de Melo • José Paschoal Rossetti • José Roberto Covac • José Roberto Merlin • José Roberto Whitaker Penteado • José Seixas Lourenço • José Vicente • Josineide Franklin Cavalcante • Júlio César da Silva • Karl Albert Diniz • Kátia Morosov Alonso • Lauro Ribas Zimmer • Leocir Pessini • Lina Sandra Barreto • Livia Borges • Luci Mendes Bonini • Lúcia de Fátima Guerra Ferreira • Lúcia Maria de Assis Vieira • Lúcia Rezende • Lúcia Siano • Luís Carrizo • Luis César Esmanhoto • Luís Vicente Dutra • Luiz Carlos de Queiroz Cabrera • Luiz Roberto Liza Curi • Luiz Síveres • Manoel de Barros Sobrinho • Manoel Marcos Maciel Formiga • Manuel Ceciliano Salles de Almeida • Manuel Palácios • Mara Lúcia Castillho • Mara Regina Lemes De Sordi • Mara Regina Roesler • Marcius Fantozzi Giorgetti • Marco Antonio Fabro • Marcos Amatucci • Marcos Noberto Lang • Margarida Maia do Rego Barros Pires Leal • Maria Amélia Sabbag Zainko • Maria Augusta Martins Davidovich • Maria Beatriz de Melo Lobo • Maria Beatriz Luce • Maria Beatriz Moreira Luz

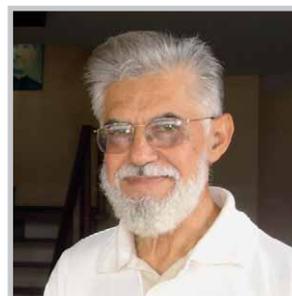


Nina Beatriz Stocco Ranieri



Cláudio Moura Castro

• Maria Cristina Storópoli • Maria do Socorro Emerenciano • Maria do Socorro Martins Calhau • Maria Helena Ferreira da Cunha • Maria Helena Guimarães Castro • Maria Inês Laranjeira • Maria Izabel da Cunha • Maria José Vieira Feres • Maria Lúcia Vilhena Garcia • Maria Rosemary Coimbra Campos Sheen • Marilene Garcia • Marília Costa Morosoni • Marília Peluso • Mario César Barreto • Mário Pederneiras • Marisa Maass • Maristela Basso • Martin Mikoski • Matheus Gorovitz • Maurício Garcia • Maurício Lanski • Milton Linhares • Milton Ribeiro • Milton Santos • Misael Lima Barreto • Mônica Jimenez de la Jara • Mônica Magnaterra • Mozart Pereira dos Santos • Nazaré Mendonça das Neves • Newton Lima Neto • Ney Garcia • Ney José Lazzari • Nilva Jacqueline Reis Linhares • Nina Beatriz Stocco Ranieri • Niuvenius Junqueira Paoli • Nival Nunes de Almeida • Núbia Maria de Vasconcelos Maciel • Oliver Mizne • Orlando Pilati • Oscar Alves • Osmar Dias • Oswaldo Biolchi • Paulo Alcântara Gomes • Paulo Eduardo Marcondes de Salles • Paulo Finger • Paulo Lemos • Paulo Monteiro Vieira Braga Barone • Paulo Renato Souza • Paulo Roberto Gouvêa Medina • Paulo Vadas • Pedro Floriano dos Santos Santos • Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva • Raulino Tramontin • Rebeca Sheres • Regina Beatriz Tavares da Silva • Renato Flores Júnior •



Geraldo Moisés Martins



Éfrem Maranhão



Roberto Fragale

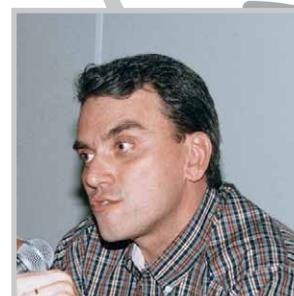


Rosemary Sheen



Simon Schwartzman

Renato Janine Ribeiro • Renato Marques • Reynaldo Guimarães • Ricardo de Oliveira Martins • Ricardo Luiz Salvador • Rita de Cássia Andriole de Souza • Rinalva Cassiano Silva • Roberto A. R. de Aguiar • Roberto Fragale • Roberto Leal Lobo • Roberto Leal Lobo e Silva • Robertson Moreira de Sá • Rodolfo Lémez • Rodrigo Lamego Soares • Ronald Braga • Roque Danilo Bersch • Rosa Persona • Rosa Pessina • Rosângela Gourlat • Rosemary Sheem • Rubens Ferronato •



Sérgio Fiúza do Valle Mendes



Ivan Rocha



Gastão Vieira



Edivaldo Boaventura



Ana Maria Costa de Sousa



Celso da Costa Frauches



Mara De Sordi

Rubens de Oliveira Martins • Rubens Martins
• Rui Otávio Bernardes de Andrade • Ryon
Braga • Sérgio Augusto Soares de Oliviera
Naddeo • Sérgio Campello • Sérgio Cruz
• Sérgio Fiúza do Valle Mendes • Sérgio
Garrido • Sérgio Tiezzi • Sérgio Werther
Duque-Estrada • Silvana Taschek Hastreiter
• Sílvia Tereza Sparano Reich • Silvino Lopes
Neto • Silvio Sérgio Strauss Vasquez • Simon
Schwartzman • Sofia Mitsuyio Tagushi da
Cunha • Susana Regina Salum Rangel •
Ulysses Panisset • Úmile Calasso Sobrinho
• Valdir Lanza • Valmor Bolan • Vera Lúcia
Pessoa Soares • Vilma Aparecida de Carvalho
Cruz • Vilmar Thomé • Walter Garcia •
Walter Sottomayor • Wanderley de Souza •
Wilhelmus Jacobus Absil • Whang Teixeira
• Yara Xavier • Yugo Okida • Zélia Batista
Nespoli • Zilma Gomes Parente de Barros •
Zoraide Leitão de Oliveira •





Mantenedoras associadas



Academia Baiana de Ensino, Pesquisa e Extensão Ltda. • ACEF SA. • Administração de Ensino Superior de Guarapar • Administradora Educacional Santos Ltda. • Aeso Ensino Superior de Olinda Ltda. • AMC - Serviços Educacionais S/C Ltda. • Anhanguera Educacional S.A. • Associação Amapaense de Ensino e Cultura • Associação Baiana de Ensino Superior • Associação Barramansense de Ensino • Associação Brasileira de Educação Familiar e Social • Associação Brasileira de Ensino Universitário • Associação Caruaruense de Ensino Superior • Associação Catalana de Educação • Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Uberaba • Associação Cristã Evangélica Sul Americana • Associação Cultural e Educacional do Pará • Associação Cultural Evolução • Associação de Ensino de Cambé • Associação de Ensino de Campo Grande • Associação de Ensino de Marília Ltda. • Associação de Ensino de Ribeirão Preto • Associação de Ensino e Cultura "Pio Décimo" S/C Ltda. • Associação de Ensino e Pesquisa "Graccho Cardoso" S/C Ltda. • Associação de Ensino e Pesquisa de Unaí • Associação de Ensino Integrado e Organizado Universitário • Associação de Ensino Novo Ateneu • Associação de Ensino Superior • Associação de Ensino Superior da Vitória de Santo Antão • Associação de Ensino Superior de Indaiatuba • Associação de Ensino Superior e Tecnológico do Piauí • Associação de Formação de Trabalhadores em Informática • Associação de Integração Social de Itajubá • Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Luís • Associação de Pesquisa e Ensino Superior do Bahia • Associação Educacional de Araras • Associação Educacional de Ensino Superior de São José do Rio Preto • Associação Educacional do Litoral Santista • Associação Educacional do Planalto Central • Associação Educacional do Vale do Itajaí • Associação Educacional Dom Bosco • Associação Educacional Machado de Assis • Associação Educacional Nossa Senhora Aparecida • Associação Educacional Nove de Julho • Associação Educacional Plínio Leite • Associação Educacional São Paulo Apóstolo • Associação Educacional Souza Graff S/C Ltda. • Associação Educacional Veiga de Almeida • Associação Educativa do Brasil • Associação Educativa Evangélica • Associação Escola Superior de Propaganda e Marketing • Associação Fluminense de Educação • Associação Goiana de Ensino • Associação Jacarepaguá de Ensino Superior • Associação Jataiense de Educação • Associação Lençoense de Educação e Cultura • Associação Limeirense de Educação • Associação Natalense de Educação e Cultura S/C Ltda. • Associação Olindense Dom Vital de Ensino Superior • Associação para o Desenvolvimento Educacional do Pará • Associação Paulista de Educação e Cultura • Associação Pestalozzi de Niterói • Associação Piauiense de Educação e Cultura • Associação Potiguar de Educação e Cultura • Associação Princesa Isabel de Educação e Cultura • Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo • Associação Recifense de Educação e Cultura • Associação Região Tocantina de Educação e Cultura S/C Ltda. • Associação Religiosa e Beneficente Jesus Maria José • Associação Rolandense de Ensino e Cultura • Associação Salgado de Oliveira de Educ. e Cultura - Universo/GO • Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura • Associação Santa Marcelina • Associação São Bento de Ensino • Associação Teresinense de Ensino S/C Ltda. • Associação Universitária Santa Úrsula • Associação Varzeagrandense de Ensino e Cultura • Associação Vitoriana de Ensino Superior • Autarquia Municipal de Ensino Superior de Goiana • Brasil Central de Educação e Cultura • Campanha Nacional de Escolas da Comunidade • CEI - Centro Educacional Integrado Ltda. • Centro Baiano de Ensino Superior Ltda. • Centro de Apoio de Vivências Agrárias • Centro de Assistência ao Desenv. de Formação Profissional Ltda. • Centro de Ciências de Jussara • Centro de Desenvolvimento de Tecnologia e Recursos Humanos • Centro de Educação Superior de Brasília • Centro de Educação Superior de Guanambi • Centro de Educação Superior de Inhumas Ltda. •

Centro de Educação Superior Reinaldo Ramos S/C Ltda. • Centro de Ensino Atenas Maranhense Ltda. • Centro de Ensino São Lucas Ltda. • Centro de Ensino Superior de Campo Grande • Centro de Ensino Superior de Campos Gerais • Centro de Ensino Superior de Dracena • Centro de Ensino Superior de Maringá • Centro de Ensino Superior de Rondonópolis • Centro de Ensino Superior de Rubiataba Ltda. • Centro de Ensino Superior de Santo André • Centro de Ensino Superior de Uberaba • Centro de Ensino Superior de Vespasiano • Centro de Ensino Superior do Paraná • Centro de Ensino Superior Nilton Lins • Centro de Ensino Superior Santa Fé • Centro de Ensino Unificado de Brasília • Centro de Ensino Unificado de Teresina • Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda. • Centro de Estudos Avançados do Pará • Centro de Estudos Superiores Positivo • Centro de Formação Profissional Bezerra de Araújo Ltda. • Centro Educacional Alves Faria Ltda. • Centro Educacional de Ensino Superior de Brasília Ltda. • Centro Educacional de Formação Superior • Centro Educacional de Realengo • Centro Educacional Hyarte • Centro Educacional Sorocabano Uirapuru Ltda. • Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. • Centro Nordestino de Ensino Superior S/S Ltda. • Centro Regional de Cultura • Centro Regional de Ensino Superior Arno Kreutz • Centro Tecnológico Cambury Ltda. • Centro Unificado de Educação Barretos Ltda. • Centro Universitário UNA Ltda. • Colégio Brasileiro de Estudos Sistêmicos S/C Ltda. • Colégio Dom Bosco Ltda. • Colégio Santa Luzia Ltda. • Colégio São Francisco • Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina • Complexo de Ensino Superior do Brasil Ltda. • Comunidade Evangélica Luterana São Paulo • Congregação de Santa Dorotéia do Brasil • Congregação dos Oblatos de São José/Fac. Pe. João Bagozzi • Dinâmica Organização Projetos e Consultoria Ltda. • Dom Bosco Ensino Superior Ltda. • Empreendimento Educacional Maracanaú Ltda. • Empreendimentos Culturais e Educacional da Bahia Ltda. • Empreendimentos e Suportes Tecnológicos e Educacionais Ltda. • Empresa Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S.A. • Empresa Capixaba de Ensino, Pesquisa e Extensão S.A. • Ensino Superior Bureau Jurídico • Escola de Enfermagem Nova Esperança Ltda. • Escola de Enfermagem Santa Emília de Rodat • Escola Superior Aberta do Brasil Ltda. • Escola Superior de Adm. e Negócios do Norte Fluminense • Facs • Faculdade Cathedral de Ensino Superior • Faculdade Evangélica de Brasília S/S Ltda. • Faculdade Montessoriano de Salvador • Faculdades Cathedral de Ensino Superior de Barra do Garças • Faculdades Metropolitanas Unidas - Associação Educacional • Faculdades Pitágoras de Montes Claros Ltda. • Fateb - Educação Integral Ltda. • Febasp Associação Civil • Fefisa - Centro Educacional João Ramalho S/C Ltda. • Flamingo 2001 - Curso Fundamental • Fundação Arnaldo Vieira de Carvalho • Fundação Assis Gurgacz • Fundação Bahiana para Desenvolvimento das Ciências • Fundação Benedito Pereira Nunes • Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica • Fundação Comunitária Educacional e Cultural de Patrocínio • Fundação Comunitária Tricordiana de Educação • Fundação Comunitária, Científica e Cultural de Boa Esperança • Fundação Cultural Campanha da Princesa • Fundação Cultural de Araxá • Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo • Fundação de Assistência e Educação • Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas • Fundação de Ensino e Tecnologia de Alfenas • Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha • Fundação de Rotarianos de São Paulo • Fundação Dom Aguirre • Fundação Edson Queiroz • Fundação Educacional da Região dos Lagos • Fundação Educacional de Caratinga • Fundação Educacional de Fernandópolis • Fundação Educacional de Goiás • Fundação Educacional de Ituiutaba • Fundação Educacional de Lavras • Fundação Educacional de Votuporanga • Fundação Educacional Dom André Arcoverde • Fundação Educacional Filgueiras Lima • Fundação Educacional Guaxupé • Fundação Educacional

Jandaia do Sul • Fundação Educacional Jayme de Altavila • Fundação Educacional Lucas Machado • Fundação Educacional Luiz Reid • Fundação Educacional Machado de Assis • Fundação Educacional Machado Sobrinho • Fundação Educacional Monsenhor Messias • Fundação Educacional Nordeste Mineiro • Fundação Educacional para o Desenvolvimento das Ciências Agrárias • Fundação Educacional Rosemar Pimentel • Fundação Educacional Serra dos Órgãos • Fundação Educacional Severino Sombra • Fundação Educacional Unificada Campograndense • Fundação Escola de Gestão Pública • Fundação Esperança • Fundação Francisco Mascarenhas • Fundação Helena Antipoff • Fundação Instituto de Ensino para Osasco • Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações • Fundação Karnig Bazarian • Fundação Mineira de Educação e Cultura • Fundação Octacílio Gualberto • Fundação Oswaldo Aranha • Fundação Paulista de Tecnologia e Educação • Fundação São João Batista • Fundação Sul Mineira de Ensino • Fundação Técnico-Educacional Souza Marques • Fundação UNIRG • Fundação Universidade de Itaúna • Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina • Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social • Fundação Valeparaibana de Ensino • Fundação Visconde de Cairu • Grupo de Ensino Fundamental, Médio, Técnico e Superior do Piauí S/C Ltda. • Grupo Magister de Ensino • Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia • Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação e Assistência Social • Instituição Educacional Matogrossense • Instituição Educacional Prof. Luiz Rosa S/C Ltda. • Instituição Educacional São Judas Tadeu • Instituição Educacional São Miguel Paulista • Instituição Escola Paulista de Ensino Superior • Instituição Moura Lacerda • Instituto Americano de Lins da Igreja Metodista • Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras • Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação • Instituto Coração de Jesus • Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda. • Instituto de Cultura Espirita do Paraná • Instituto de Cultura Técnica Sociedade Civil Ltda. • Instituto de Educação Costa Braga • Instituto de Ensino e Pesquisa do Planalto Central Ltda. • Instituto de Ensino Superior da Amazônia • Instituto de Ensino Superior da Amazônia • Instituto de Ensino Superior de Candeias Ltda. • Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra • Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico • Instituto de Estudos da Alma • Instituto Educacional Irineu Evangelista de Souza • Instituto Educacional Jaguaru • Instituto Educacional Piracicabano • Instituto Educacional Santo Agostinho • Instituto Educacional Seminário Paulopolitano • Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia • Instituto Latino Americano de Educação e Cultura Ltda. • Instituto Metodista Granbery • Instituto Metodista Izabela Hendrix • Instituto Novos Horizontes de Ensino Superior e Pesquisa Ltda. • Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa • Instituto Rui Barbosa do Brasil Ltda. • Instituto Santareno de Educação Superior • Instituto São Domingos Cursos e Serviços Editoriais Ltda. • Instituto Superior de Comunicação Publicitária • Instituto Superior de Cultura Capixaba • Instituto Superior de Ensino Celso Lisboa • Instituto Superior em Ciências da Humanidade • Instituto Vale do Cricaré • Instituto Veris • Instituto Vianna Júnior Ltda. • Institutos Paraibanos de Educação • ISCP - Sociedade Educacional S.A. • ISJB/Insp. São João Bosco - Centro de Convenções Israel Pinheiro • Materdei - Administradora Educacional Ltda. • Missão Salesiana de Mato Grosso • Organização Cultural Educacional Filantrópica • Organização Educacional Artur Fernandes Ltda. • Organização Educacional Farias Brito Ltda. • Organização Hélio Alonso de Educação e Cultura • Organização Mogiana de Educação e Cultura S/S Ltda. • Organização Paraense Educacional e de Empreendimentos Ltda. • Organização Paranaense de Ensino Técnico Ltda. • Organização Santo Andreense Educação e Cultura • Organização Sete de Setembro de Cultura e Ensino Ltda. • PIA Sociedade de São Paulo • Pioneira Educacional Ltda. • Pitágoras-

Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda. • Rede Brasileira de Educação a Distância • Saberes Instituto de Ensino Ltda. • Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial • Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial • Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Minas Gerais • Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional • Sociedade Educacional Atual da Amazônia LTDA • Sociedade Amazonense de Educação e Cultura • Sociedade Assistencial de Educação e Cultura • Sociedade Assistencial de Educação e Cultura • Sociedade Baiana de Educação e Cultura S/A • Sociedade Baiana de Educação Empresarial • Sociedade Brasileira de Ensino Superior • Sociedade Brasileira de Instrução • Sociedade Brasileira de Programação Educacional • Sociedade Capixaba de Educação Ltda. • Sociedade Central de Ensino Superior • Sociedade Civil Cultura e Educação • Sociedade Civil de Educação São Marcos • Sociedade Civil Integrada "Madre Celeste" Ltda. • Sociedade Cultural e Educacional da Bahia • Sociedade de Cultura e Educação do Litoral Sul • Sociedade de Cultura, Ensino e Educação de Pernambuco Ltda. • Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas • Sociedade de Educação do Vale do Ipojuca Ltda. • Sociedade de Educação e Cultura de Goiás • Sociedade de Educação e Cultura de São José do Rio Preto Limitada • Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio • Sociedade de Educação Ritter dos Reis • Sociedade de Ensino Superior da Paraíba • Sociedade de Ensino Superior de Amadeus • Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu • Sociedade de Ensino Superior de Vitória Ltda. • Sociedade de Ensino Superior do Amapá • Sociedade de Ensino Superior do Pará • Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá • Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá • Sociedade de Ensino Superior Mozarteum • Sociedade de Ensino Superior Professora Fernanda Bicchieri Soares • Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. • Sociedade de Estudos Empresariais Avançado da Bahia • Sociedade Educacional Arnaldo Horácio Ferreira S/C Ltda. • Sociedade Educacional Caxiense S/C Ltda. • Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S/C • Sociedade Educacional da Bahia S/C Ltda. • Sociedade Educacional de Ensino Superior do Lago Ltda. • Sociedade Educacional de Viana • Sociedade Educacional do Espírito Santo • Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul • Sociedade Educacional e Cultural de Divinópolis Ltda. • Sociedade Educacional e Cultural Vale do Una Ltda. • Sociedade Educacional Garra Ltda. • Sociedade Educacional Ideal • Sociedade Educacional Mater Christi Ltda. • Sociedade Educacional Santa Marta Ltda. • Sociedade Educacional Santa Rita Ltda. • Sociedade Educacional São Paulo • Sociedade Educacional Sulsancaetanense S/C Ltda. • Sociedade Educacional Tuiuti Ltda. • Sociedade Educacional Uberabense • Sociedade Educacional Vale do Aporé Ltda. • Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba • Sociedade Interativa de Educação e Cultura • Sociedade Mantenedora de Educação Superior da Bahia S/C • Sociedade Maranhense de Cultura Superior • Sociedade Metropolitana de Educação, Cultura e Tecnologia S/C Ltda. • Sociedade Padre Anchieta de Ensino Ltda. • Sociedade Paraibana de Ensino e Pesquisa S/S Ltda. • Sociedade Paranaense de Ensino e Informática • Sociedade Paranaense de Ensino e Tecnologia • Sociedade Propagadora das Belas Artes • Sociedade Propagadora Esdeva • Sociedade Recifense de Estudos de Ciências Humanas • Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda. • Sociedade Regional de Ensino e Saúde S/C Ltda. • Sociedade Universitária Gama Filho • Sociedade Universitária Redentor • Sociedade Vicente Pallotti • TCC Educação, Ciência e Cultura Ltda. • União Brasiliense de Educação e Cultura • União Centro Rondoniense de Ensino Superior • União das Escolas Superiores Campomaiorenses • União das Escolas Superiores de Cuiabá • União das Escolas Superiores de Jaboaão • União das Escolas Superiores de Rondônia • União das Faculdades de Tangará da Serra

• União de Educação e Cultura Gildásio Amado • **União de Educação e Cultura Vale do Jaguaribe Ltda.** • **União de Ensino Superior da Amazônia Ocidental S/C Ltda.** • União de Ensino Superior do Pará • **União de Ensino Superior, Pesquisa e Extensão Ltda.** • União de Negócios e Administração Ltda • **União Dinâmica de Faculdades Cataratas S/C Ltda.** • União Educacional de Brasília • **União Educacional de Cascavel** • **União Educacional do Planalto Central** • **União Educacional do Vale do Aço** • **União Educacional Minas Gerais S/C Ltda.** • **União Empresarial Educacional Ltda.** • **União Norte do Paraná de Ensino S.A.** • **União para a Formação, Educação e Cultura do ABC Ltda.** • **União Paranaense de Ensino e Cultura** • **União Pioneira de Integração Social** • **União Rondonense de Ensino e Cultura Ltda.** • **União Social Camiliana** • **União Sul-Americana de Educação Ltda.** • **Unidade Baiana de Ensino Pesquisa e Extensão** • **Unidade de Ensino Superior Ingá Ltda.** • **Waldyr Lima Editora Ltda.***

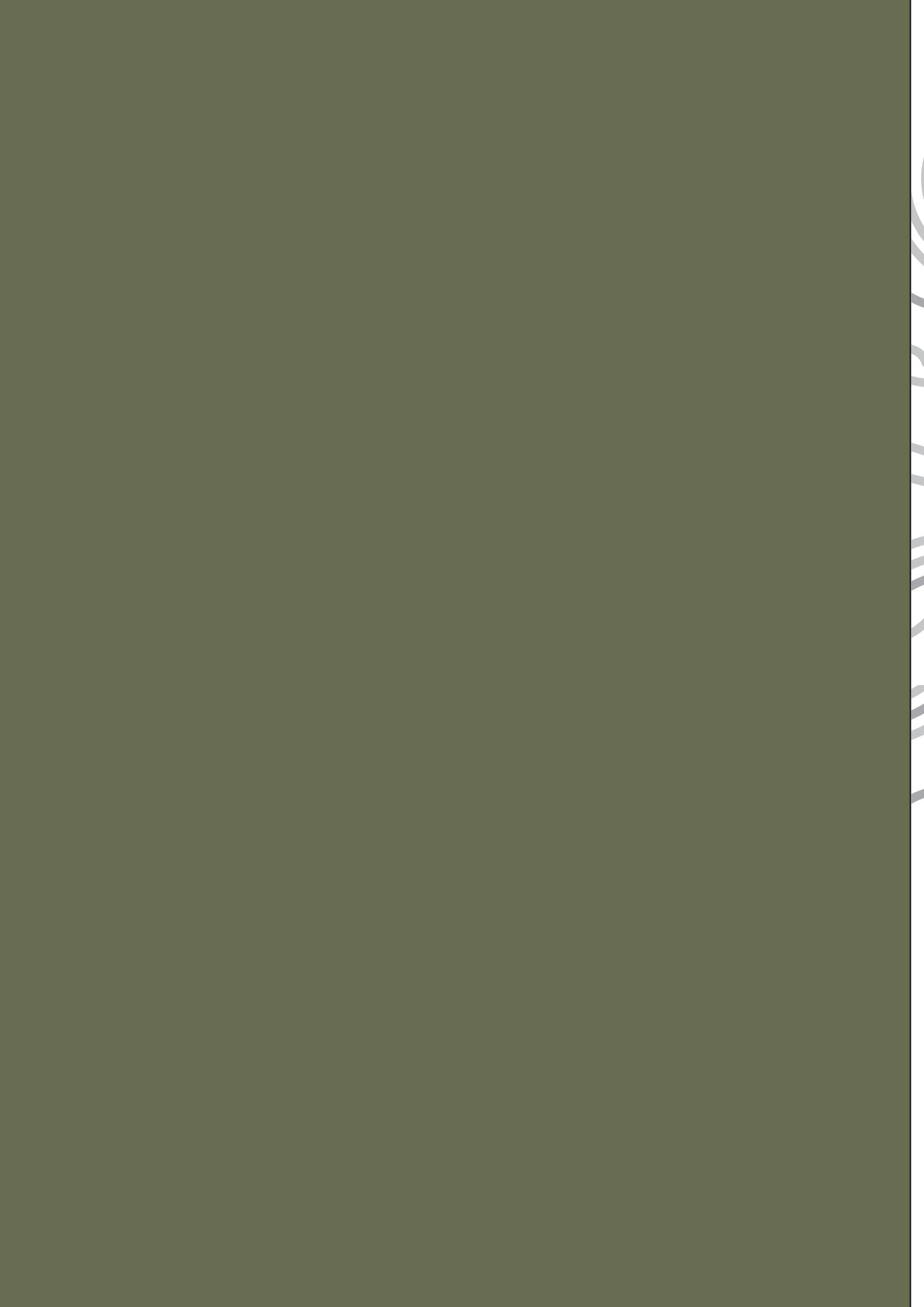
* Os nomes em destaque são os das mantenedoras / fundadoras da ABMES.





Espaço físico e virtual

“Ninguém poderia prever que aquele grãzinho de mostarda fosse transformar-se numa árvore frondosa que hoje abriga centenas de IES, milhares de professores e alunos, todos recebendo da árvore-mãe, a ABMES.”



O tempo compreendido entre 1982 e 2007 foi acompanhado por um grande aumento das ações desenvolvidas pela ABMES e do número de mantenedoras e mantidas associadas.

Pari passu com tais mudanças, ocorreu significativa ampliação e melhoria das instalações e da infra-estrutura. Funcionando inicialmente em três pequenas salas do Edifício Radio Center, na W3 Norte, a ABMES dispõe hoje de sete salas amplas no Edifício Torre Pátio Brasil Shopping, no Setor Comercial Sul, local próximo do setor hoteleiro e de fácil acesso aos associados.



As instalações da ABMES permitem a realização das atividades estabelecidas no seu Plano de Trabalho, além de atender às reivindicações específicas dos associados na realização de trabalhos e de reuniões e encontros.



No moderno Auditório Victorio Lanza realizam-se as grandes reuniões, seminários, painéis e outros eventos, e na Sala de Homenagens - inaugurada com as fotos de Paulo Lima e Sérgio Magalhães - as reuniões da diretoria e de outras de pequeno porte realizadas pela ABMES e/ou associados.

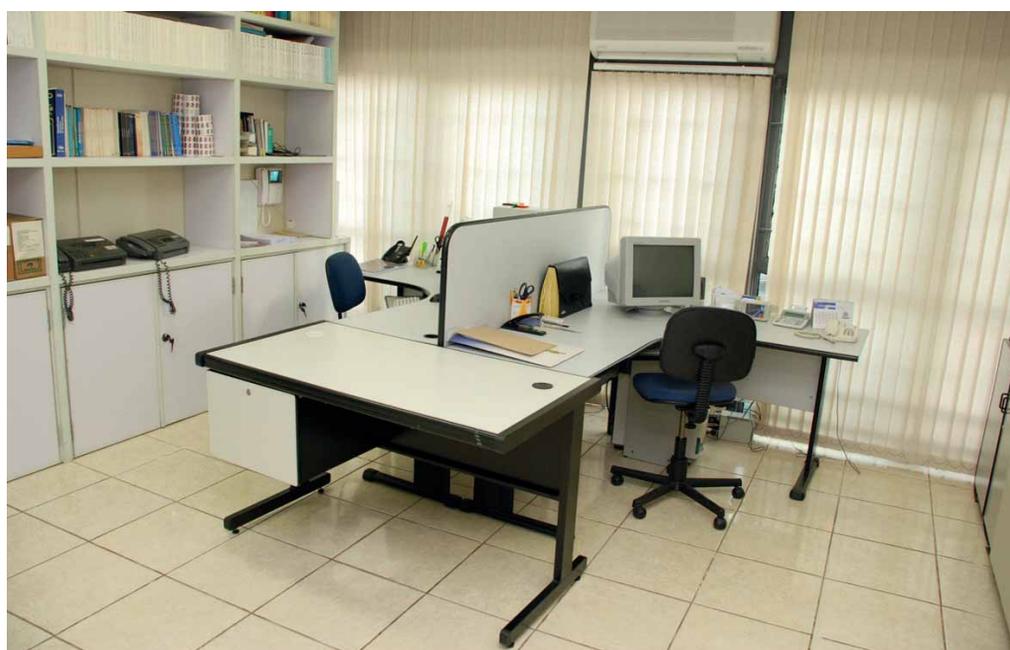


Uma das grandes novidades é a transmissão dos seminários mensais pela internet. A transmissão, ao vivo, é liberada quinze minutos antes do seminário. Além disso, a ABMES disponibiliza também salas com mesas e computadores para os associados e visitantes, bem como internet wi-fi para aqueles que trazem seus notebooks.

O espaço virtual da ABMES compreende a Home Page – que contém todas as informações sobre a ABMES, conteúdo das publicações, agenda de eventos, legislação do ensino superior, cartas do presidente, entre outros –, bem como uma comunidade no Orkut e um espaço na “Ilha Vestibular Brasil”, no 2Life.



Ao lado do pessoal especializado, as instalações confortáveis e arejadas e os equipamentos modernos propiciam a agilização dos processos operacionais internos e externos da ABMES.







ABMES - Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
SCS Quadra 07 - Bloco "A" Torre Pátio Brasil Shopping - Sala 526
CEP 70 330-911 - Brasília - DF
Tel.: (061) 3322-3252 Fax: 3224-4933
Home Page: <http://www.abmes.org.br>
E-mail: abmes@abmes.org.br

Supervisão e Coordenação Editorial

Cecília Eugenia Rocha Horta

Elaboração

Cecília Eugenia Rocha Horta
Geraldo Moisés Martins
Jamilé Costa Sallum

Revisão de textos

Whang Teixeira

Digitação

Leandro Rodrigues Uessugue

Projeto Gráfico e Capa

Fernando Rabello

Diagramação

Grau Design Gráfico



Impresso em papel Couchê fosco 120 g/m² no miolo e Cartão Supremo 250 g/m² na capa,
Cooper Light 10/14 no texto e Frutiger nos títulos. CTP e impressão: Athalaia Gráfica e Editora.
Tiragem: 1000 exemplares.